

António Galhordas, Carlos do Carmo, Manuel Lopes, Siza Vieira, Rui Mendes, Maria Keil, Luís Francisco Rebelo

## Independentes declaram apoio à CDU

Confirmando o movimento de interesse que se desenha em torno da concorrência da CDU — Coligação Democrática Unitária às próximas eleições legislativas, numerosas personalidades da vida cívica, cultural e política do País, com destaque para cidadãos sem filiação partidária, têm vindo a manifestar o seu apoio à CDU.

Desse conjunto, destacamos desde já, o apoio dos seguintes democratas independentes:

— **Luís Francisco Rebelo** — escritor e advogado, Lisboa;

— **António Galhordas** — médico/cirurgião, Lisboa;

— **Álvaro Siza Vieira** — arquitecto, Porto;

— **Jorge Peixinho** — músico, Lisboa;

— **Manuel Lopes** — sindicalista, Lisboa;

— **Sá Nogueira** — artista plástico, Lisboa;

— **Rui Mendes** — actor, Lisboa;

— **João César Monteiro** — cineasta, Lisboa;

— **Mário Pimentel** — professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real;

— **Luís Serrano** — professor universitário, Aveiro;

— **Jorge Alarcão** — professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra;

— **Raquel Maria** — actriz, Lisboa;

— **Maria Keil** — artista plástica, Lisboa;

— **Ivo Cortesão** — professor, Coimbra;

— **Carlos do Carmo** — cantor, Lisboa;

— **António Reis** — actor, Lisboa;

— **Jaime Azinheira** — artista plástico, Porto;

— **Duarte Vidal** — advogado, Lisboa.

Na Declaração de Apoio subscrita por estas personalidades, salienta-se designadamente que «no momento em que as eleições para a AR representam uma grande oportunidade de mudança, a CDU afirma-se portadora de orientações de aprofundamento da liberdade e da democracia» e que «esta é uma condição indispensável para que os portugueses possam benefi-

ciar de um autêntico desenvolvimento que, respeitando o equilíbrio ecológico, garanta a melhoria efectiva da qualidade de vida, através da concretização dos direitos económicos, sociais e culturais consagrados na Constituição».

Na referida Declaração sublinha-se também que para a concretização de «uma alternativa democrática ao Governo do PSD e à sua política» a realidade mostra que «o reforço da expressão eleitoral da CDU constitui um factor e uma contribuição da mais alta importância».

O Gabinete de Imprensa da CDU



## Listas CDU Cabeças de lista de Bragança e Emigração

Pág. 4

## Candidatos da Juventude

Pág. 5

## Acordos de paz em Angola

• Comentário do PCP

Pág. 9

• Noticiário

Pág. 15

## O Governo e a propaganda

• Artigo de Octávio Texeira

Pág. 18

## PCP denuncia:

# Governo quer avançar de qualquer maneira com o «Pacote Laboral»

Em nota da Comissão Política ontem divulgada, o PCP alerta para que «a maioria do PSD, na Assembleia da República decidiu agendar para o próximo dia 12 de Junho a discussão e votação da autorização legislativa através da qual o Governo se propõe rever profundamente a Legislação Laboral ao mesmo tempo que apressadamente tentava fechar a Assembleia da República, impedindo desse modo a aprovação de importantes Projectos de Lei susceptíveis de melhorar as condições de

vida e de trabalho da população.»

O PCP sublinha que «o governo PSD/Cavaco Silva ao insistir avançar com o «Pacote Laboral», contra a vontade da quase totalidade das organizações que se manifestaram durante a discussão pública, reduz a um mero formalismo o direito Constitucional das organizações de trabalhadores de participarem na elaboração da legislação laboral, além de reincidir na tentativa de subtrair à Assembleia da República

matéria da sua competência reservada.»

A Comissão Política do PCP sublinha ser «de estranhar e lamentar que o Partido Socialista, num momento em que o Governo desencadeia uma tão grave ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, atingindo direitos fundamentais dos cidadãos, mantenha sobre esta matéria o mais completo silêncio.»

O documento aponta ainda que «desmentindo a propaganda governamental acerca do diálogo, da estabili-

dade e da paz social multiplicam-se os conflitos sociais, os trabalhadores de numerosos sectores e empresas, através da sua luta corajosa e combativa, resistem à política antisocial do Governo PSD/Cavaco Silva», afirmando ainda que «a Comissão Política do PCP reafirma o compromisso já assumido publicamente pelo PCP de na próxima legislatura e uma vez derrotada a direita tudo fazer para se conseguir revo- gar toda a legislação gravosa que agora vier a ser aprovada.»

EDITORIAL

# O país real e as aparências



## RESUMO

### 27 Segunda-feira

Emília Gusmão, mulher do líder da resistência timorense Xanana Gusmão, defende em Lisboa visita de deputados portugueses a Timor ■ No âmbito do programa de auxílio alimentar da CEE, Portugal apoia com 40 mil contos a população de Angola e Moçambique ■ Rebeldes etíopes entram em Adis Ababa, após acordo de cessar fogo ■ Os resultados das eleições municipais em Espanha indicam uma descida do PSOE e uma subida acentuada do Partido Popular e da Esquerda Unida ■ Amnistia Internacional comemora os trinta anos da sua existência.

### 28 Terça-feira

A Comissão Política do PCP afirma que a não adesão ao Sistema Monetário Europeu prova a falência do Governo ■ Dados divulgados em Bruxelas revelam que Portugal manteve em Abril a segunda maior taxa de inflação da CEE ■ O Presidente da Assembleia da República, Victor Crespo, reafirma a Mário Soares não haver amnistia para FP-25 ■ Coreia do Norte pede adesão à ONU ■ NATO cria força de reacção rápida que poderá contar entre 50 mil e 70 mil efectivos.

### 29 Quarta-feira

PSD açoriano perde maioria absoluta com a saída do deputado Renato Moura que assume estatuto de independente ■ A Associação Nacional dos Municípios Portugueses contesta a retenção feita pelo Governo às verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro ■ O Conselho de Ministros aprova regime de acesso à televisão por cabo ■ OUA defende sanções a Pretória até ao fim do apartheid ■ Narasimha Rao é eleito para liderar o Partido do Congresso, sucedendo assim a Rajiv Gandhi ■ Governo conservador da Hungria sofre revés político ao ver anulada por inconstitucionalidade a lei destinada a indemnizar antigos proprietários expropriados.

### 30 Quinta-feira

CGTP marca nova semana de luta pelas 40 e 35 horas de trabalho ■ O PCP condena o apoio do Governo português aos planos dos EUA de dotar a NATO de uma força multinacional de acção rápida ■ Mota Amaral admite antecipação das eleições regionais dos Açores ■ Após fuga em território australiano, dois futebolistas timorenses chegam a Lisboa ■ Oskar Lafontaine é eleito para vice-presidente do Partido Social Democrata alemão ■ Por decisão do governo de Bona professores da ex-RDA são proibidos de ensinar.

### 31 Sexta-feira

MPLA e UNITA assinam em Lisboa acordo de paz para Angola ■ Tem início a Convenção Nacio-

nal do PRD, convocada para decidir do futuro do partido ■ Um grupo de intelectuais portugueses pede apoio à resistência timorense ■ Parlamento búlgaro aprova Constituição ■ Bush afirma ter, após diálogo com Primakov, na Casa Branca, visão «mais positiva» da evolução da economia soviética.

### 1 Sábado

Director do Instituto de Socorros a Náufragos afirma que o mar mata mais do que a Sida, por má utilização dos banhistas ■ Festa popular acolhe Eduardo dos Santos no seu regresso a Luanda, após a assinatura do acordo de paz ■ Tem início a campanha para as primeiras eleições legislativas pluralistas na Argélia ■ Partidos e grupos de oposição na Coreia do Sul intensificam protestos antogovernamentais.

### 2 Domingo

O Conselho Nacional da Federação Nacional dos Médicos convoca uma greve nacional de dois dias para exigir do Ministério o cumprimento integral de reivindicações há muito apresentadas ■ Convenção recusa extinção e quer renovar projecto do PRD ■ Listas de candidatos a deputados do CDS voltam à estaca zero depois da demissão de Basílio Horta ■ Operários sul-coreanos aliam-se aos estudantes nas manifestações de protesto contra presidente Roh ■ CDU e FDP rejeitam um referendo sobre a mudança da capital alemã, pedido pelos sociais-democratas.

### 3 Segunda-feira

Ministros da Defesa de Portugal e Moçambique discutem plano de maior cooperação militar entre os dois países ■ Terceiro preso do caso FUP/FP-25 entra em greve de fome ■ Nelson Mandela afirma que as sanções contra Pretória devem ser mantidas na sua totalidade ■ Governo etíope encerra escolas por «temer» um desencadear da violência ■ Novo escândalo atinge o PSOE relacionado com o financiamento que obteve de grandes empresas para a sua campanha eleitoral ■ Forças de Segurança britânicas matam três membros do IRA.

### 4 Terça-feira

PCP, PS e CDS requerem o prolongamento dos trabalhos da Assembleia da República para que não sejam prejudicadas várias matérias em debate ■ UDP e PCP da Madeira suspendem as negociações com vista à constituição de uma coligação para as legislativas de Outubro e regionais de 1992 ■ Jorge Sampaio assume sete compromissos em nome de um futuro governo do PS, que vão da redução das taxas de juro à reformulação do sector da saúde ■ Primeiro-ministro da Albânia apresenta demissão do governo, após uma greve que paralisou o país durante 18 dias.

**O**s democratas portugueses e todos os cidadãos progressistas que até agora não se tenham dado verdadeiramente conta da importância política das eleições legislativas de Outubro têm, nos acontecimentos dos últimos dias e nas palavras que no seguimento de outras foram anteontem proferidas pelo Primeiro-Ministro no programa «1ª Página» da RTP, novos e instrutivos elementos para uma reflexão aprofundada acerca do carácter decisivo da batalha política que naquela data todos seremos chamados a travar contra as forças retrógradas que, na hora actual e na sequência de quase 12 anos de domínio da direita, hegemonomizam o poder.

Portugal vive há dilatados meses - e com particular frenesim nos últimos dias - sob o artificialismo de uma insidiosa campanha eleitoralista e demagógica de grande fôlego da clique cavaquista governante apoiada por vastos recursos financeiros arrecadados numa conjuntura internacional excepcionalmente favorável a Portugal e pela máquina do Estado.

É uma clique que não hesita atropelar a verdade, a legalidade e a moral públicas para velar aos olhos dos portugueses a verdadeira situação do país e o seu projecto de classe, para corromper a consciência dos cidadãos menos esclarecidos e a todo o custo tentar perpetuar-se no poder.

Torna-se cada vez mais flagrante o contraste entre o país real e o país fictício que a mistificação eleitoralista de Cavaco pretende impingir aos portugueses menos prevenidos que em Outubro vão pronunciar-se por meio do voto sobre o governo e a política do país.

E torna-se cada vez mais evidente que o que está em plena execução e em fase de finalização na hora actual é todo um amadurecido plano contra-revolucionário da direita para renovar em Outubro a hegemonia absoluta do Governo e da Assembleia da República, considerados por Cavaco Silva como indispensáveis para a reconstrução a curto prazo e em edição actualizada e aperfeiçoada do capitalismo monopolista de Estado que o 25 de Abril de 74 deitou por terra. Nada foi descurado na elaboração e execução desse plano.

Desde o amordaçar intempestivo da Assembleia da República pela antecipação das férias dos deputados até ao abafamento de inquéritos parlamentares pedidos pela oposição democrática a casos de corrupção do poder de que a comunicação social se fez eco, tudo foi montado para impedir a fiscalização institucional dos actos do governo.

A clique governante, com o voto servil do PSD, ficou assim de mãos livres a partir da primeira metade de Junho e a quatro meses de distância das eleições, para todas as gajices eleitoralistas a que a inconstitucional instrumentalização da RTP e da comunicação social estatizada - a que deve juntar-se a dominada pelos grandes grupos financeiros - dão toda a cobertura.

**N**a maratona eleitoralista de grande fôlego a que todo o governo e pessoalmente Cavaco Silva na actualidade se entregam, com prejuízo do acompanhamento normal dos negócios do Estado; nas parangonas faladas e escritas do Primeiro-Ministro, dos Ministros e dos Secretários e Sub-secretários de Estado, dos governadores civis e dos responsáveis autárquicos do PSD na comunicação social estatizada de maior audiência, como a TV, nas suas activas deambulações pelo país, a imagem de um Portugal fictício é alçada como verdadeira pelos arautos da direita. Todas as teclas da autopropaganda cavaquista são sonoramente marteladas. Cavaco Silva na sua intervenção televisiva de anteontem tocou-as todas:

A «estabilidade governativa» de quatro anos de legislatura em maioria parlamentar absoluta;

O «crescimento económico mais elevado da Europa» (Portugal apresentado lá fora como «exemplo de sucesso»); A «paz social» fruto da «sábua» política de concertação social do governo, «a redução do desemprego», «a subida dos salários»;

O «apoio à Agricultura; o crédito bonificado à Habitação; a baixa das taxas de juro em resultado do «controlo rigoroso» da inflação; as «benesses» da Segurança Social, da «protecção» à infância e à terceira idade; o apoio aos jovens, os progressos da escolaridade e do acesso ao Ensino Superior; as melhorias na prestação da Saúde; os apoios às Artes, à Ciência e à Cultura; a construção acelerada de grandes vias de comunicação e de infra-estruturas; a defesa do ambiente; a reorganização «racional» das Forças Armadas, etc.

Cavaco Silva falsifica a imagem da sua política, atribui-se méritos e iniciativas na melhoria das condições de vida do povo que só a dura luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos trabalhadores da Saúde e do Ensino, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos deficientes conseguiu arrancar e mesmo assim apenas em termos parciais.

**N**ão chegaria o espaço de que aqui dispomos para uma mais exaustiva, esclarecedora e fundamentada contestação das falácias eleitoralistas e da demagogia de Cavaco e dos seus acólitos.

Mas alguns factos e números são elucidativos do país real e constituem um desmentido do quadro artificial idílico dado por Cavaco na sua entrevista televisiva de anteontem. Cada uma das suas afirmações poderiam ser facilmente contestadas.

É, porém impossível esconder que à estabilidade governativa de quatro anos de legislatura não correspondeu a estabilidade política, económica e social apregoada pelo cavaquismo. Mesmo no plano institucional detectam-se surtos de «guerrilha» entre os órgãos de poder Governo - Presidência da República.

No plano político a autêntica ditadura parlamentar do PSD, o desprezo completo pelas propostas e iniciativas da oposição democrática em especial

do PCP são de lei na acção governativa e legislativa do partido cavaquista.

No plano económico o decantado «crescimento» não tem tradução no desenvolvimento da economia nacional. A loa do «maior crescimento da Europa», do «Portugal exemplo de sucesso» é risível:

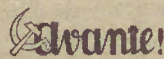
No ano de 1990 o Défice da Balança Comercial atingiu 1214,7 milhões de contos (mais 24 por cento que em 1989), a taxa de cobertura das exportações sobre as importações caiu de 67,1 por cento para 65,7; já no primeiro trimestre de 1991 o Défice atingia já 317,5 milhões de contos (mais 25 por cento que em igual período de 1990) e a taxa de cobertura caiu para 64,9 por cento;

Os «progressos do investimento» escondem a alienação de facto para o capital estrangeiro de sectores da banca, dos seguros, do comércio, do turismo, muito pouco da indústria a não ser nos ramos de alimentação e bebidas; só em investimento espanhol em Portugal passaram para a titularidade espanhola desde a adesão à CEE 1700 empresas à média de 250 por ano e só em 1990 passaram pelo Instituto do Comércio Externo 458 processos, 50 por cento das 1700 totais, do ramo comercial; a Bolsa de Valores portuguesa foi a pior entre os 12 países da CEE com uma quebra de 34,79 por cento; só em Janeiro de 1991 já tinham sido compradas por investidores estrangeiros cerca de 35,5 milhões de contos em acções de empresas portuguesas (+ 86 por cento do que em igual período de 1990).

**P**orém no plano social que o panorama é mais concludente.

O PM silenciou (nos números astronómicos do apregoado aumento dos postos de trabalho) as situações da zona têxtil do Ave onde estão em situação de falência empresas das mais importantes do sector e onde os despedimentos se contam já por milhares; da zona têxtil de lanifícios da Covilhã onde se prevê a falência e o encerramento para breve de empresas em cadeia e o despedimento de milhares de trabalhadores; os casos da Siderurgia, da Setenave e da Quimigal donde nos últimos 5 anos foram despedidos 50 por cento dos efectivos. O rol não teria fim. No sector da Agricultura é impossível esconder o descontentamento dos vitivinicultores, dos produtores de fruta e de produtos pecuários. É porém no amplo movimento de luta em curso (em que se destaca a semana de luta pelas 40 horas de trabalho desencadeada pela CGTP) que o país real mais se exprime. Cerca de 60 empresas fizeram paralisações nos primeiros dois dias da semana, várias a 100 por cento, e mais de 70 por cento dos trabalhadores aderiram às greves. Cerca de 20 sectores da Função Pública paralisaram no mês de Maio, o professorado e pessoal escolar não docente estiveram dois dias em greve, a greve dos músicos do S. Carlos reflecte o desprezo do governo pelos trabalhadores da Cultura. Também aqui o rol seria incomportável para o espaço que dispomos.

E é este país real que é imperioso fazer reflectir e afirmar-se numa alternativa democrática ao cavaquismo governante nas eleições de 6 de Outubro.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX, Tel. 793 8272

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX, Tel. 76 97 25/76 97 22, Telex 18390, Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa, Capital social: 15.000.000\$00, CRC matriculada: 47059, NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 670193/7

Alteração de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793, Telex: 65791 Alterações de última hora: Até às 17 horas — Telef. (01) 97 39 65

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto — R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto — Telef. (02) 89 39 08/69 96 15

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Setor de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa, Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípros, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos, Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

#### TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

# Nova Lei de delimitação dos sectores é contrária aos interesses do País

Em nota divulgada no início da passada semana a Comissão Política do PCP tomou posição sobre importantes aspectos da vida nacional

No documento distribuído, a Comissão Política do CC do PCP alerta para a gravidade da nova lei de delimitação de sectores recentemente aprovada na Assembleia da República, e que mais uma vez põe a claro a orientação fundamental do Governo de Cavaco Silva de reconstituição do capitalismo monopolista.

A abertura ao sector privado dos sectores do transporte aéreo internacional regular, dos aeroportos e do transporte ferroviário em regime de serviço público, visa a privatização da TAP, da ANA e de segmentos rentáveis da CP, é contrária aos interesses do País e dos portugueses, e só pode ser justificada (como o fez o respectivo ministro na Assembleia da República) por razões exclusivamente ideológicas, visando entregar ao grande capital tudo o que possa dar lucro, suportando o Estado todos os custos das respectivas infra-estruturas.

A Comissão Política do PCP expressa a sua preocupação pela posição de abstenção assumida pelo PS na votação da lei. O seu conteúdo substancial e o quadro global da política do Governo do PSD em que ela se insere são demasiado importantes para o futuro do País e do regime democrático, pelo que se não compadecem com posições dúbias de abstencionismo.

O PCP manifesta-se mais uma vez pela necessidade da convergência das forças democráticas, políticas e sociais, tendo por objectivo impedir que prossiga o projecto do PSD de desnacionalização de empresas e sectores essenciais da economia portuguesa, com a sua transferência para a dominação do capital multinacional.

Enquanto prossegue a sua campanha privatizadora, continua o texto, o Governo olvida e escamoteia reais problemas da economia portuguesa, que afectam trabalhadores e empresários, e que se manifestam, por exemplo, no excessivo nível das taxas de crédito bancário, nas elevadas taxas de inflação e no permanente agravamento do défice da balança comercial do País.

A Comissão Política do PCP considera que as declarações do ministro das Finanças acerca da inconveniência da entrada do escudo para o mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu é uma confissão clara da falência da política do Governo de combate à inflação, que por sua vez tem servido de pretexto para as elevadas taxas de juro que afectam gravemente as actividades produtivas.

## Incêndios estão de volta

Sobre a calamidade dos incêndios, o PCP constata que depois do Verão terrível de 90 que devastou cerca de 127 mil hectares de floresta, eis que, com os primeiros calores da nova época estival, se reiniciou o trágico ciclo. Apesar de sucessivos alertas, apesar dos trabalhos de uma Comissão da Assembleia da República, apesar de importantes iniciativas legislativas do grupo parlamentar do PCP, o Governo, impávido e sereno, deixou passar um ano sem avançar com as soluções que a situação impunha. O Governo PSD/Cavaco Silva, que em 1989 justificava a redução do número de fogos pela acção governamental e em 1990 atribua ao clima o aumento dos incêndios, não pode deixar de ser responsabilizado pela passividade e ineficácia face a uma catástrofe de consequências alarmantes: 850 mil hectares de área ardida nos últimos dez anos, vidas perdidas, milhões de contos de prejuízo, desertificação do interior centro-norte, alterações de microclimas, modificação na textura do solo, destruição de fauna e de flora, como é rigorosamente assinalado em Relatório da Comissão da Assembleia da República.

A situação na agricultura portuguesa mereceu igualmente referência nomeadamente em relação às difíceis situações de escoamento e preços do vinho e gado bovino, e quedas significativas nos preços de muitos outros produtos agrícolas. O conhecimento das negociações dos preços comunitários para a campanha 91/92 só torna mais grave a situação. O PCP, que na Assembleia da República já tomou uma oportuna iniciativa para acorrer com urgência àqueles problemas, secunda os protestos e reclamações dos agricultores portugueses, que tiveram uma significativa expressão no passado dia 20 com a iniciativa dos viticultores no Terreiro do Paço, frente ao Ministério da Agricultura.

## Droga flagelo nacional

A Comissão Política do PCP considerou de grande importância a aprovação na generalidade, pela Assembleia da República, do projecto de lei do PCP que estabelece a adopção de medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

O referido projecto, contempla diversos objectivos, de

entre os quais se podem sinteticamente destacar: o reforço das medidas de prevenção primária do uso e abuso de drogas, nomeadamente nas escolas; a garantia de financiamento público, apoio e dotação de meios humanos e materiais adequados e o seu funcionamento eficaz no sentido do tratamento e reinserção social do toxicodependente, o aperfeiçoamento das disposições legais relativas ao procedimento criminal, bem como dos mecanismos de combate ao tráfico. Este projecto de lei tem como preocupação fundamental defender os interesses e o futuro da juventude.

O tráfico de droga aumentou 37% e o consumo aumentou 60% entre os anos de 1989 e 90. A droga transformou-se num grande flagelo nacional com graves consequências. Por isso, é de grande importância que, até ao final da legislatura, o projecto do PCP seja aprovado na especialidade e em votação final global.

O Dia Mundial da Criança, comemorado a 1 de Junho, deveria, segundo a nota divulgada, servir para uma séria reflexão sobre a situação da criança em Portugal, onde muitos milhares são vítimas de maus tratos, de negligência grave e abandono, estimando-se que, em cada ano, 30 mil novos casos se somam aos existentes. O respeito pela criança, sujeito autónomo de direitos, e o desenvolvimento e a qualidade de vida são indissociáveis. O Governo não pode estar ausente desta questão, ou estar presente de uma forma secundária e apendicular. Cabe-lhe promover com eficácia a articulação entre todos os departamentos oficiais relacionados com este problema, em colaboração com os diversos organismos de solidariedade social de apoio à criança.

As questões da educação, dos tempos livres, da maternidade e da paternidade, da saúde materno-infantil, da criança deficiente, dos apoios à mãe solteira, do trabalho infantil, do combate ao tráfico de droga, inscrevem-se como elementos essenciais no combate a este flagelo.

Impõe-se, por outro lado, assegurar a aplicação da legislação que não está a ser cumprida, e o respeito pela convenção dos Direitos da Criança, que foi ratificada e não está a ser respeitada integralmente.

## Mais encargos para os municípios

Mais adiante, refere-se que o processo em curso para tentar empurrar para os municípios a responsabilidade de 12 mil quilómetros de estradas nacionais é esclarecedor da postura do Governo perante o Poder Local.

Com o pretexto de um eventual aproveitamento de um programa comunitário dotado com 12 milhões de contos, o Governo e a Junta Autónoma de Estradas ameaçam que deixarão unilateralmente de assumir as responsabilidades que lhes competem na conservação das estradas. Trata-se de uma verdadeira operação de chantagem tendente a obrigar os municípios a assumir um encargo calculado, no imediato, em mais de 60 milhões de contos.

O PCP manifesta a sua solidariedade para com a posição dos municípios de recusar novas responsabilidades sem as devidas contrapartidas financeiras e sublinha a oportunidade e a importância da reunião nacional de presidentes de Câmaras convocada pela ANMP no próximo dia 7 de Junho.

A baixa taxa de execução dos vários programas operacionais confirma o risco de não aproveitamento dos fundos comunitários à disposição do País.

À forma centralizada e não participada que o Governo

impôs na gestão dos fundos, já por si condicionadora da sua plena captação, há que somar as dificuldades financeiras dos municípios de dispor das verbas necessárias ao seu aproveitamento.

Uma vez mais o PCP reclama que, no interesse do País e do seu desenvolvimento, se proceda a um aumento intercalar do Fundo de Equilíbrio Financeiro de 157,5 para os 180 milhões de contos, de forma a reforçar a capacidade financeira dos municípios e dotá-los dos meios indispensáveis à plena captação dos fundos comunitários.

A situação na Área Metropolitana de Lisboa reclama a adopção das medidas capazes de propiciarem a mais de 2,5 milhões de habitantes um quadro de vida menos penoso, agressivo e inseguro.

A Área Metropolitana de Lisboa, os seus problemas e progressivo agravamento constitui por si um irrefutável desmentido dos proclamados êxitos governativos e a confirmação de que a natureza e dimensão dos seus problemas exigem uma nova concepção e prática política.

Uma justa consideração e adequada resposta aos complexos problemas da AML reclamam, como concluiu o Fórum do PCP realizado no passado dia 24, uma visão integrada e planeada, com o suporte de uma adequada estrutura institucional que assegure uma acção democrática e participada.

Para o PCP, a criação de uma autarquia metropolitana dotada de meios, competências e poderes efectivos constituiria de imediato a resposta institucional mais adequada. As posições do PSD e do PS no sentido de levar a Assembleia da República a concluir por uma solução mais tímida, recuada e menos democrática, limitam a eficácia e as possibilidades de intervenção.

O PCP reafirma o seu empenhamento e disponibilidade de cooperação com todos os que procuram uma vida melhor para esta região.

## Milhares de trabalhadores em luta

A Comissão Política analisou a natureza e a importância das numerosas lutas dos trabalhadores, tendo concluído que se abrem largas perspectivas para o seu desenvolvimento.

Traduzindo o profundo descontentamento causado pela política do Governo, desmentindo o clima de paz social apregoado pelo Governo, nas últimas semanas tiveram lugar a nível de sectores e em centenas de empresas acções de luta mobilizando milhares de trabalhadores. A combatividade da acção dos trabalhadores expressa-se no facto de, entre as formas de luta, predominar o recurso à greve.

Em luta estiveram ou estão trabalhadores da metalurgia, da hotelaria, da pesca da sardinha, da administração central e local, trabalhadores judiciais, professores, músicos, enfermeiros e os trabalhadores da EDP, da Torralta, da Tudor, da Automática Eléctrica, dos Estaleiros de Viana e de muitas outras empresas.

A Comissão Política saúda todos os trabalhadores pela sua acção combativa e apela para a intensificação da luta pela satisfação das suas reivindicações.

No momento presente, devido aos perigos que comporta para os direitos dos trabalhadores, a luta contra o Pacote Laboral constitui uma grande prioridade. A Comissão Política apela para que os militantes do Partido, com a sua acção empenhada, contribuam para garantir o êxito da jornada de luta de 3 a 8 de Junho contra o Pacote Laboral e pela redução do horário de trabalho, que foi convocada pela CGTP-IN.



# Cabeças de lista para as eleições legislativas

Estamos em condições de divulgar os nomes de cabeças de lista da CDU nos círculos da Emigração (Europa e Fora da Europa), Bragança e Açores, ficando assim praticamente concluído o processo de escolha dos candidatos da coligação para as legislativas do próximo Outubro, restando apenas a Região Autónoma da Madeira.

Em Bragança o cabeça de

lista CDU é Manuel João Araújo, 39 anos, funcionário administrativo na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, da Direcção Nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (STAL) e da DOR Bragança do PCP.

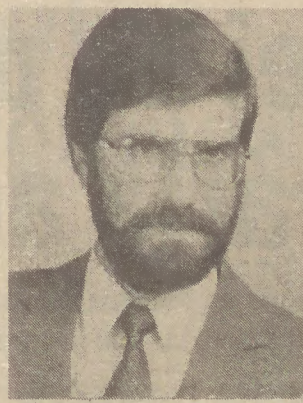
Seguem-se os nomes de Serafim Brás da Silva, 37 anos, responsável pela DOR Bragança e membro da Co-

missão Executiva do partido, e João Baptista de Sousa Araújo, 39 anos, músico, foi candidato do PS à Câmara de Mirandela nas últimas autárquicas, ex-dirigente sindical da função pública, independente proposto pelos «Verdes».

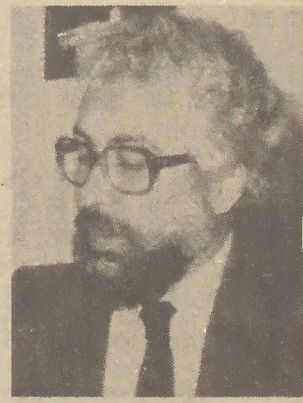
Nos Açores apresenta-se Mário Abrantes que será o cabeça de lista da CDU naquela Região Autónoma.

No círculo Fora da Europa, o cabeça de lista é Alexandre Antunes Pereira, 63 anos, livreiro, emigrante no Brasil e membro da direcção do Centro Cultural 25 de Abril em São Paulo.

No círculo eleitoral Europa o cabeça de lista é António Barbosa Topa, 43 anos, professor e tradutor, emigrante em França, membro do Conselho de Administração da



Manuel João Araújo  
Bragança



Alexandre Antunes Pereira  
círculo Fora da Europa

«Mutuelle du Portugal», independente, seguindo-se António Silva Augusto, 43 anos, operário metalúrgico,

ex-emigrante na RFA e membro da comissão para o trabalho entre a emigração do PCP.

## Honestidade, trabalho e competência

Sem os sobressaltos de outras paragens políticas, com serenidade e responsabilidade, estão conhecidos quase todos os candidatos CDU. O ponto da situação.

Ao longo das últimas seis semanas o «Avante!» foi dando a conhecer, à medida que foram divulgados, os nomes dos cabeças de lista da CDU-Coligação Democrática Unitária pelos diversos círculos eleitorais que em Outubro próximo elegerão os deputados à próxima legislatura da Assembleia da República.

Com a naturalidade que a defesa dos interesses regionais e nacionais, dos trabalhadores e do povo em geral obrigam, os nomes foram surgindo respeitando uma tradição da coligação ilustrada nesta consigna: «Honestidade, Trabalho e Competência».

Critérios que tornam pacíficas questões que em outros lugares políticos do nosso país provocam demissões, dissidências, amuos,

públicas «lavagens de roupa suja» e outras «guerrinhas» de carácter duvidoso. É que há outras formas de estar na política...

Faltando apenas conhecer os candidatos pela ilha da Madeira, façamos um ponto da situação das candidaturas da CDU, para além daquelas que nesta página divulgamos em primeira mão. Começamos pelos círculos eleitorais mais populosos: Lisboa e Porto.

Na capital, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, deputado na AR e antigo deputado no Parlamento Europeu é o cabeça de lista, fazendo parte dos lugares cimeiros deste círculo eleitoral Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, deputado na AR; e ainda Jerónimo de Sousa,

João Amaral, António Filipe, major Mário Tomé (UDP) e João Camilo.

No Porto o cabeça de lista é Luís Sá, licenciado em Direito e membro da Comissão Política do PCP, seguindo-se Raul Castro, advogado, deputado na AR, membro da Assembleia Municipal do Porto e vice-presidente da Intervenção Democrática; Ilda Figueiredo, economista, deputada na AR, e ainda o sindicalista Vítor Ranita e Emídio Ribeiro.

Pela ordem em que se tornaram públicas, aqui relembramos outras candidaturas da CDU.

Em Faro o cabeça de lista é Carlos Brito, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, seguindo-se Carlos Luís Figueira. Em Santarém o cabeça de lista da CDU é

Agostinho Lopes, engenheiro, membro da Comissão Política e da Comissão Executiva do CC do PCP.

Por Setúbal surgem os nomes de Octávio Teixeira, economista, membro da Comissão Política, deputado na AR, e de José Manuel Maia, vice-presidente da AR.

Em Coimbra o cabeça de lista é Vítor Costa, geólogo, deputado na AR. Seguem-se António Avelãs Nunes, independente e membro da Comissão Coordenadora da CDU; Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e ainda Carlos Fraião da DOR Coimbra.

Em Aveiro o cabeça de lista é José Manuel Amaro, advogado e presidente do Círculo Experimental de Teatro de Aveiro. Em Braga o

cabeça de lista é José Manuel Mendes, advogado e escritor, deputado na AR. Em Leiria surge João Luís Gabriel, vereador na Câmara Municipal da Marinha Grande. Em Viseu o cabeça de lista é Cílio Pereira Correia, vice-director do jornal «O Concelho de Tondela».

Castelo Branco tem como primeiro candidato CDU Luís Garra, presidente do Sindicato Têxtil de Castelo Branco e do Conselho Nacional da CGTP, sendo também membro da Assembleia Municipal da Covilhã.

José Manuel Nogueira Gil é o cabeça de lista CDU em Viana do Castelo sendo Inspector Principal do Ministério da Educação.

Virgílio Alves é o cabeça de lista em Vila Real, professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e membro da Associação de Criadores de Gado Maronês. Em Évora apresentam-se

Lino de Carvalho, vice-presidente da FENCA, deputado na AR; João Carlos Saraiva, presidente da Assembleia Municipal de Mora e actual chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PCP; Abílio Fernandes, economista, presidente da Câmara Municipal de Évora.

Em Beja apresenta-se Maria de Lourdes Hespanhol, da direcção do MDM, deputada na AR. Seguem-se Miguel Urbano Rodrigues, jornalista, José Jorge Munhoz Frade, médico no Hospital Distrital de Beja, e António Murteira, engenheiro técnico agrário coordenador e da Comissão Executiva do PCP.

Finalmente em Portalegre o cabeça de lista é Casimiro Menezes, membro da Assembleia Distrital de Portalegre e médico no Hospital Distrital, enquanto na Guarda surge José Manuel Costa, professor na Escola Preparatória de Pinhel.

## Candidatos de Braga preparam campanha

O Encontro CDU de Braga apresentou a lista completa para as legislativas e preparou a campanha eleitoral.

Os graves problemas que afectam o distrito de Braga em resultado da política do PSD/Cavaco Silva foram focados por José Manuel Mendes, cabeça de lista da CDU e actual deputado eleito por aquele círculo, na intervenção que encerraria o Encontro CDU local, realizado no passado sábado, que prepararia a campanha eleitoral daquela coligação no distrito.

O agravamento das desigualdades sociais, desemprego, precariedade no trabalho, crise no Vale do Ave, problemas na saúde, na escola, cultura e na Justiça, degradação ambiental, governamentalização e perversões do sistema democrático foram alguns dos assuntos focados por José Manuel Mendes.

Em jeito de prestação de contas o deputado comunista focaria as diferenças existentes entre os eleitos CDU e os outros eleitos na Assembleia da República.

«Será justo premiar a inércia e a conivência dos deputa-

dos do PSD com a política que agrava as desigualdades e semeia as injustiças? Ou a falta de diligência, com raras excepções, dos eleitos do PS?», interrogar-se-ia José Manuel Mendes para realçar a ligação dos deputados da CDU aos problemas, anseios e preocupações das populações que os elegeram.

«O voto útil não é aquele que o PS anda a pedir mas, pelo contrário, o voto na CDU, seguramente um voto para retomar os caminhos da democracia em plenitude, um voto para eleger deputados que se juntarão a todos os outros que, amanhã, quiserem apoiar uma alternativa política democrática ao actual poder do PSD», diria ainda o cabeça de lista da CDU por Braga.

Expressando uma grande confiança no reforço eleitoral no distrito, algumas das intervenções feitas neste Encontro CDU apontaram ainda para o duro trabalho que es-

pera todos os activistas da coligação e para a relevância da Festa da Alegria, de 5 a 7 de Julho próximo, que será um importante acontecimento político e cultural e uma grande jornada da campanha pré-eleitoral da CDU.

No Encontro estiveram presentes cerca de centena e meia de apoiantes e activistas da coligação, não só dos partidos que a constituem, mas diversos outros democratas sem filiação partidária.

Também elementos da

UDP estiveram presentes, bem como José Gonçalves da Silva, candidato daquela organização política que figura em décimo lugar na lista de Braga da CDU. Diversas intervenções saudaram o acordo recentemente firmado entre o PCP e aquele partido.

António Lopes, membro da Comissão Executiva Na-

cional do PCP, apresentaria a lista completa da CDU neste círculo, afirmando que pela sua composição, pela experiência dos seus componentes, nos mais variados campos de luta e da vida do distrito, garante-se a defesa dos interesses da população, do desenvolvimento do distrito e da democracia.

### Gente que conhece o distrito

Conforme o «Avante!» havia já divulgado na passada edição de um de Maio, José Manuel Mendes é o cabeça de lista da CDU em Braga. No sábado o Encontro Distrital CDU divulgou os restantes nomes que completam os candidatos da coligação por este círculo eleitoral, num total de 21.

O segundo lugar nesta lista é ocupado por Óscar Jordão Pires, 52 anos, natural e residente em Guimarães; advogado, colaborador da Organização Regional do PCP para as questões da CEE e problemas de desenvolvimento regional; foi por duas vezes candidato às eleições para o Parlamento Europeu, é membro do conselho nacional da Confederação Nacional da Agricultura.

Em terceiro consta nesta lista de candidaturas Manuel Barbosa da Silva, coordenador da comissão concelhia de Vila Nova de Famalicão e membro da Assembleia Municipal da mesma localidade.

Em quarto lugar surge Adão Ribeiro Mendes, 39 anos, natural e residente em Guimarães, membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional da CGTP/IN, coordenador da União dos Sindicatos de Braga, árbitro de futebol na 1.ª divisão nacional.

No manifesto eleitoral aprovado no Encontro Distrital de Braga da CDU afirma-se, a dado passo: «é indismantível que, sem deputados da CDU, muitos dos problemas mais candentes e ignorados nunca seriam levados à Assembleia da República; bom número das diligências dos próprios deputados do PSD e do PS são, frequentemente, desencadeadas pela iniciativa permanente que através das organizações que suportam a CDU é institucionalmente protagonizada pelo seu, até agora, único representante naquele órgão de soberania». Razões que levam estes democratas bracarense a pensar num reforço substancial de votação local na CDU.

PCP



O seminário do PCP reuniu, domingo passado, no salão da Coobital, em Faro, quase uma centena de pessoas

## Mulher algarvia em debate

Vieram de todo o Algarve, trazendo consigo a experiência do amargo dos dias, o testemunho da sabedoria popular, a certeza e a capacidade para construir um futuro melhor, mulheres algarvias que se reuniram em Faro, no seminário organizado pelo PCP domingo passado, «num ambiente em que a poesia esteve sempre presente, com um cunho genuinamente popular» (Helena Bastos). Durante todo o dia, mulheres professoras, domésticas, trabalhadoras, mães, deixaram a notícia da discriminação a que ainda estão sujeitas, apesar de todas as leis que as protegem.

Esteve em destaque o papel da mulher na transmissão dos valores culturais, como transmissora do património e guardiã de ancestrais sabedorias, «algarvia, alegre doadora: dobra a roupa e faz a cama, passa a ferro e amanha o peixe. Pinta e borda os seus panos de casa, faz rendas e flores como nenhuma e, quando adormece ao colo os seus mocinhos, as suas cantigas de embalar vêm de longe, da memória dos tempos, em ritmos e melopeias que desafinam musicólogos e psicólogos» (Glória Marreiros).

Falaram do vastíssimo património cultural popular algarvio, que urge defender numa região tão vulnerável a modas, onde o turismo alicia e no qual as mulheres têm sido sempre exploradas. Falaram desse património, «domínio natural da mulher, que vai da tecelagem aos bordados, da renda de *crochet* à de bilros, da história e do rimance cantado pela avó, à quadra maliciosa do baile mandado, da mezinha à erva milagreira» (Margarida Tengarrinha).

Falou-se do presente para construir o futuro, esse presente em que as mulheres não podem deixar-se iludir pelas manobras de ilusionismo político do PSD, e tão pouco entreterem-se com o jogo de faz-de-conta que o PS propõe. Falou-se da campanha eleitoral em que nos vamos empenhar e em que é necessário desenvolver uma linha de trabalho específica, com propaganda dirigida às mulheres, dinamização de encontros com candidatas e de comissões de mulheres de apoio à CDU.

Recordou-se que, apontando os caminhos para uma verdadeira política de igualdade, o PCP, apesar de não ter ainda na direcção e no Grupo Parlamentar, proporcionalmente, o número de mulheres correspondente ao número de militantes do sexo feminino, é, assim mesmo, o partido com maior equilíbrio e aquele que detém, ao nível autárquico, maior percentagem de mandatos em mãos de mulheres.

No encerramento dos trabalhos, Apolónia Teixeira-deputada algarvia, embora eleita pelo distrito de Setúbal - traçou a experiência rica e o papel das mulheres comunistas na Assembleia da República, onde o seu empenhamento tem obrigado a um debate profundo e ao atenuar, por parte do Governo, de medidas mais gravosas para as mulheres.

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP não resistiu ao ambiente do seminário e começou a sua intervenção com uma quadra alusiva à mulher algarvia e à iniciativa que ali decorria. Carlos Brito, que de novo encabeçará a lista da CDU no distrito de Faro, centrou a sua intervenção nos obstáculos que se colocam à luta pela igualdade e que constituem um défice democrático da sociedade portuguesa.

Foi um seminário pleno de vitalidade e perpassado de ternura, demonstrando que «os comunistas da região do Algarve, e particularmente as mulheres, estão profundamente ligados/ligadas aos problemas da sua terra, tentando conhecer o pulsar da vida e as aspirações de quem aqui vive e trabalha» (Helena Bastos).

MH

## Reunião da DN da JCP

# Quebrou-se o mito das soluções fáceis

A Direcção Nacional da JCP apreciou questões da actualidade política e escolheu os nomes dos candidatos jovens em lugares elegíveis nas listas da CDU

O órgão máximo da JCP entre congressos reuniu no dia 30 de Junho, em Lisboa. Numa nota de imprensa divulgada no final dos trabalhos, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa dá conta dos principais assuntos abordados, de entre os quais sobressai a participação da JCP e dos jovens na campanha para as eleições legislativas de 6 de Outubro.

A JCP manifesta a sua satisfação pelo número significativo de jovens prestigiados e intervenientes no movimento juvenil que integram as listas da CDU nos vários distritos. Na reunião da DN foram avançados os nomes dos jovens candidatos a incluir em lugares elegíveis nas listas de Setúbal e Lisboa: José Morais, Amélia Pardal e António Filipe. A propósito de eleições e deputados, a DN da JCP apela, na nota que referimos, a que se avalie o trabalho dos jovens deputados na anterior legislatura, o que permitirá, certamente, compreender a diferença entre quem só propõe e quem efectivamente se empenha na resolução dos problemas juvenis, sem demagogias nem fachadas propagandísticas.

Os jovens comunistas apontam a necessidade de a campanha eleitoral da CDU se dirigir aos locais de concentração juvenil e ao contacto directo com os jovens, tornando-se uma campanha onde os jovens não são meros espectadores ou elementos decorativos, mas sim parte activa e interveniente.



António Filipe

Para preparar a intervenção dos jovens na campanha da Coligação, a DN da JCP avançou um conjunto de acções, destacando-se o Encontro Nacional de Activistas da Juventude CDU, marcado para 22 de Junho, em Lisboa. Estão a decorrer, entretanto, debates sobre grandes temas de interesse juvenil, através dos quais a JCP pretende dar um contributo para a elaboração do programa dos candidatos jovens da CDU: droga (realizado dia 27 de Maio na AR), serviço militar obrigatório (que decorreu na passada segunda-feira, na Faculdade de Letras de Lisboa), sistema educativo e transformação das mentalidades (hoje às 18.30, também na Faculdade de Letras), habitação (dia 11), ambiente (dia 14), precariedade no emprego e direitos da juventude (dia 17). Também chegaram à nossa redacção notícias de outras iniciativas, como a apresentação dos candidatos jovens pelo distrito de Leiria, na sexta-feira passada, e um convívio dos jovens comunistas de

## LEIRIA

Em conferência de imprensa realizada na sexta-feira, a Comissão Distrital de Leiria da JCP apresentou os jovens que integram a lista da Coligação Democrática Unitária pelo círculo de Leiria.

Jorge Alberto Bombas Amador tem 26 anos, é membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP e responsável pela Organização de Leiria da JCP. É eleito na Assembleia Municipal de Peniche e presidente do Jardim de Infância de Serra D'el-Rei.

Eduardo Jorge Braga Barros Lino tem 20 anos, é animador juvenil, e faz parte do Secretariado da Comissão Distrital de Leiria da JCP e da Direcção Nacional da JCP. É dirigente do Sport Lisboa e Marinha, bem como colaborador da Rádio Clube Marinhense.



Jorge Amador



Eduardo Lino



Amélia Pardal

Vila Franca de Xira, no sábado.

Desafiando a que cada um assuma as suas responsabilidades pela situação actual da juventude em Portugal, a JCP afirma que o mito das soluções fáceis quebrou-se, face às dificuldades reais dos jovens na procura de habitação, ao alastrar do trabalho precário, à falta de oportunidades de acesso ao ensino superior. Com dois deputados na AR, a JCP apresentou 22 projectos de lei, enquanto os 18 deputados da JSD se limitaram a dar cobertura à política do Governo - afirma-se na nota de imprensa. É assim que as eleições parlamentares surgem, para a JCP, como o momento mais oportuno para exprimir o descontentamento juvenil e pôr fim a esta política e a este Governo.



José Morais

A DN da JCP manifestou na ocasião a sua preocupação pela criação de uma força de reacção rápida no âmbito da UEO, considerando que tal medida é contrária ao desejado clima de desanuviamento militar.

Os jovens comunistas reafirmaram ainda a sua solidariedade para com a luta do povo de Timor-Leste pelo direito à autodeterminação e repudiaram a detenção na Austrália de jovens futebolistas timorenses. Comentando a assinatura dos acordos entre o governo da RPA e a Unita, a DN da JCP manifestou a sua solidariedade ao povo e à juventude de Angola e o desejo de que seja efectivamente assegurada a paz e o respeito pela soberania e independência daquele país.

## Combate à droga

A JCP, numa nota do Secretariado da Direcção Nacional, considera essencial que seja rapidamente constituída a comissão eventual da Assembleia da República que deverá apreciar na especialidade o projecto de lei sobre prevenção do consumo de drogas e tratamento e reinserção social dos toxicodépendentes, aprovado em plenário por iniciativa dos deputados jovens do Grupo Parlamentar do PCP.

Os jovens comunistas pretendem que ainda na presente legislatura se proceda à votação final global de uma lei sobre a matéria.

No encontro com a imprensa, após a reunião da DN no dia 30, foi ainda anunciado que a JCP vai levar a cabo uma campanha de divulgação do projecto aprovado. Outros projectos de lei a apresentar depois das eleições pelos futuros deputados da Juventude serão ainda discutidos, até 6 de Outubro, com organizações e dirigentes jovens.

## Com uma imensa alegria

**Joaquim Pires Jorge**

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, dirigente do Partido Comunista Português, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias da História da classe operária portuguesa que valem pelas experiências e pelas lições que encerram na vida duríssima e exemplar de um revolucionário. Joaquim Pires Jorge morreu, mas deixou a lição da sua vida. É isto também, como dizia Pablo Neruda, o Partido. «Fizeste-me ver a clareza do mundo e como é possível a alegria. Fizeste-me indestrutível pois contigo não termino em mim próprio.»

## TRABALHADORES

# Semana de luta contra o «pacote»

Depois de centenas de plenários e de mais de mil organizações de trabalhadores terem manifestado nas últimas semanas o seu protesto contra o «pacote laboral», a CGTP iniciou segunda-feira passada uma semana de luta no mesmo sentido. Reclamam-se também melhores salários e condições de vida. Param parcialmente grande nú-

mero de empresas e sectores.

O máximo de 40 horas semanais de trabalho é um dos pontos fulcrais desta luta.

Os períodos de greve, acompanhados de outras acções diversificadas conforme os locais de trabalho, oscilam entre 1 hora por dia e o tempo que excede as quarenta horas reivindicadas pelo movimento sindical.

Davam entretanto entrada na Assembleia da República 330 pareceres que, segundo Manuel Lopes da comissão executiva da CGTP-IN, reclamam «o abandono da autorização legislativa tal como foi apresentada pelo Governo».

A semana de luta termina sábado, 8 do corrente.

# Médicos convocam greve nacional

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) convocou domingo passado em Coimbra uma greve nacional para os dias 19 e 25 do corrente.

Reivindicações há muito apresentadas e que já estiveram no centro de outras lutas constituem o motivo geral da forma de luta adoptada pelo conselho nacional da FNAM reunido naquela cidade.

Num texto aí aprovado, os sindicalistas médicos consideram que todas as questões contidas no pré-aviso de greve, dirigido ao Ministério da Saúde, já tinham motivado a greve de Dezembro passado e «continuam integralmente por resolver».

Depois de afirmar que «a situação socioprofissional dos médicos tem vindo a degradar-se sem que o Ministé-

rio da Saúde se disponha a dar respostas concretas às reivindicações há muito apresentadas», a FNAM sublinha, segundo a Lusa, que a dívida global aos médicos decorrente do não descongelamento dos escalões salariais e da não correcção das desigualdades nos vencimentos de clínicos com o mesmo regime de trabalho ultrapassa, segundo a FNAM, os 10 milhões de contos.

# Função Pública Mantém-se a paralisação geral anunciada para 19 do corrente

Enquanto prosseguem ou se prevê a continuação de paralisações em vários locais de trabalho da Administração Pública, a Federação Nacional dos Sindicatos (FNSFP) anunciava em 29 do corrente uma greve nacional de 24 horas para 19 do corrente, a fim de influir sobre o Governo no sentido de este se sentar à mesa das negociações.

A efectuar-se, a greve afectará os serviços aos níveis central, regional e local. A paralisação é justificada pela FNSFP pelo «sucessivo adiamento do início das negociações por parte da Secretaria de Estado do Orçamento».

A Federação sublinha que «inúmeras reivindicações de carácter sectorial, relativas a carreiras, vínculos, concursos, subsídio de insalubridade e risco, condições e horários de trabalho e aposentação, têm dado origem nos últimos meses a uma escalada sem precedentes na marcação de greves e outras formas

de luta em muitos serviços da Administração Pública Central e Local». Na movimentação e na greve está profundamente empenhado o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local).

A greve nacional deve fazer voltar à luta os trabalhadores auxiliares de saúde, coincidindo a paralisação com a dos médicos (ver nesta página).

Aderirão também provavelmente os trabalhadores dos museus e palácios.

Serão também abrangidos sectores onde as greves anteriores mais se têm feito sentir. Nomeadamente: secretários de finanças e agentes de fiscalização de tabacos (100 por cento de adesão em greve que deve ter terminado ontem); técnicos auxiliares sanitários; Direcção-Geral de Viação (recente despedimento de 48 contratados a prazo); funcionários judiciais; e Informática tributária, entre outros sectores.

# Anunciada greve amanhã na CP

Ao anunciarem aos jornalistas uma paralisação de meio período de trabalho amanhã na CP, os dirigentes sindicais da Federação afirmaram em Lisboa que «nos últimos cinco anos os 22 mil trabalhadores» da empresa «viram os seus salários reais e o seu poder de compra reduzidos em cerca de 8,5 por cento».

Os dirigentes da Federação, filiada na CGTP, subli-

nharam ainda que, «para se ter uma ideia da injustiça que isso representa, é de lembrar que em 1990 os encargos com os membros do conselho de gerência cresceram 35 por cento, enquanto que os encargos com os trabalhadores subiam apenas 12,3 por cento».

Quanto às carreiras, foi afirmado pelos sindicalistas na conferência de Imprensa

de segunda-feira passada, que hoje se atinge o topo com sete anos e meio de casa.

Mas, segundo «a nova proposta do conselho de gerência o topo só é atingível ao cabo de 25 anos». Isto «na melhor das hipóteses e apenas para 10 por cento dos trabalhadores».

Os sindicalistas, que criticaram vários aspectos da

gestão e forneceram abundante informação sobre a empresa, acusaram também o Governo, que como se sabe tutela a CP, de tomar «posições de arrogância e antiallogantes».

Essas posições do Governo e dos gestores ameaçam, para os sindicalistas, «desestabilizar, com consequências imprevisíveis, todo o dispositivo ferroviário nacional».

# Provedor de Justiça dá razão aos enfermeiros

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), que mantinha anunciada ainda este fim-de-semana uma greve nacional para 20 e 21 do corrente, revelou que o Provedor de Justiça, Mário Raposo, recomendara aos ministros da Educação e da Saúde «a publicação urgente do diploma legal» que equipare os docentes de enfermagem aos da carreira docente do ensino superior politécnico.

No despacho do Provedor, solicitado pelo SEP, considera-se «discriminatória» a situação verificada «entre os docentes de enfermagem e os demais docentes do ensino superior politécnico».

Por isso, o Provedor de Justiça considera «urgente» a publicação daquele diploma de equiparação.

A comissão negociadora sindical dos enfermeiros (CNESE), constituída pelo SEP e pelo Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, anunciava entretanto (29.5) que ia «apresentar queixa do Governo português à OIT» (Organização Internacional do Trabalho).

O Governo é acusado pelos sindicatos de «sistemática ocupação de folgas dos enfermeiros com jornadas de trabalho», para assim fazer face às carências de pessoal.

# Vigília da AEP

O despedimento colectivo de 465 trabalhadores da Automática Eléctrica Portuguesa (AEP) continua a ser recusado pelos sindicatos e pelas organizações representativas na empresa.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), ao anunciar para anteontem uma vigília no Terreiro do Paço em Lisboa, revelava que os trabalhadores da AEP em plenário tinham exigido da AEP/Centrel/IPE/Governo a anulação daquele despedimento.

O mesmo Sindicato acrescentava, em 28 do corrente, que foi exigido também «o abandono definitivo das pressões exercidas sobre os trabalhadores para que rescindam os contratos por «mútuo acordo».

O SIESI anunciava entretanto que estavam a decorrer várias diligências e formas de luta no sentido de levar o Governo, mais exactamente o Ministério dos Transportes e Comunicações e o do Emprego, a não aceitarem o despedimento colectivo na AEP.

Ao anunciar que uma delegação dos representantes dos trabalhadores seria recebida pelo dr. Vítor Ramalho, assessor do Presidente da República, o SIESI recordava que os trabalhadores já se tinham encontrado, através dos seus representantes, com todos os grupos parlamentares, reclamando ao mesmo tempo uma audiência com o Primeiro-Ministro.

# Professores Jornada de protesto

Sem porem de parte a anunciada greve às avaliações, os docentes e investigadores do ensino superior efectuaram em 29 do corrente uma jornada nacional de protesto contra o facto de o Ministério da Educação não descongelar os escalões.

Outras reivindicações estiveram também na base desta forma de luta que incluiu um plenário e reuniões nas escolas para discutir uma proposta de paralisação.

Entretanto, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) anunciava para amanhã, dia 7, uma audiência com o secretário

de Estado do Ensino Superior.

As organizações sindicais representativas desse ramo do ensino marcaram um plenário para 20 do corrente. Será discutida uma proposta de greve.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa revelava entretanto que «os educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico se sentem fortemente lesados ao verificarem que o seu vencimento de Maio não foi actualizado segundo os novos escalões de progresso na carreira». Primeiras expectativas goradas a partir de promessas do Ministério da Educação.

# Escolas

## Param os não docentes

Reivindicações socioprofissionais já apresentadas e por satisfazer levaram à greve, segunda e terça-feira passadas, os trabalhadores não docentes das escolas.

A principal reivindicação destes funcionários tem a ver com a revalorização das carreiras profissionais.

Numa nota à Imprensa de 3 do corrente, a Fenprof solidariza-se com a forma de luta adoptada. Na sua qualidade de federação sindical mais representativa dos professores — refere a nota — a Fenprof está «atenta e preocupada» com todos os trabalhadores que exercem funções no âmbito do Ensino.

A Fenprof sublinha que «a luta é comum; é a luta pela dignificação da Educação e dos seus trabalhadores».

# Reclamação em Évora contra as privatizações

Num encontro de quadros do sector empresarial do Estado, organizado em Évora pela União dos Sindicatos do distrito (USDE) foram apresentadas importantes reivindicações que têm a ver com empresas decisivas para o desenvolvimento da região.

Num documento aprovado no encontro foi decidido nomeadamente «reclamar do Governo a paragem

do processo privatizador, com a feitura de um estudo subordinado à necessidade do desenvolvimento regional, à satisfação plena dos serviços sociais à população e aos interesses da economia e da soberania nacionais».

A análise dos participantes no encontro incidiu sobretudo em empresas como a Epac, EDP, CP, CTT e Portucel.

# Acesso à habitação um direito a concretizar

Seminário Nacional do PCP, no Porto, define a necessidade de um Plano Nacional de Habitação.

A necessidade da definição de um Plano Nacional de Habitação como peça essencial para uma política nacional relativa ao Sector de legislação de solos e de um quadro legal ligado à prática urbanística, da concretização pelo Estado e a Administração Central de um vasto programa de construção de habitação destinada aos estratos de menores recursos, da instituição de novos sistemas de financiamento às cooperativas e da criação de medidas que possibilitem a recuperação de áreas degradadas, foram algumas das medidas colectivamente apuradas quer no âmbito dos trabalhos preparatórios, quer no decorrer do Seminário Nacional do PCP «Acesso à habitação — um direito a concretizar», realizado no Porto, no passado dia 1 de Junho.

Inserido na análise aprofundada e actualizada dos principais problemas nacionais que culminará na elaboração do Programa Eleitoral do PCP para as eleições legislativas de Outubro, o Seminário sobre Habitação juntou a competência técnica de dezenas de quadros do Partido com a de outros profundamente inseridos no movimento popular e na luta dos mora-

dores por um direito que não é respeitado pelo Governo, que neste momento não promove directamente a construção de um único fogo.

No quadro de carências do sector da habitação foi, logo no início do encontro, equacionado por Helena Medina, do Comité Central e da Comissão Executiva da DORP do PCP, na base dos documentos de trabalho presentes na iniciativa: faltam em Portugal entre 500 000 a 800 000 fogos; há uma procura anual de dezenas de milhar para haver agregados familiares (por ano são registados 70 000 casamentos); existe uma degradação permanente e acentuada do parque habitacional, estimada entre 20 000 e 25 000 fogos/ano. Em contrapartida, construíram-se ou recuperaram-se no nosso país, em média, nos anos de 87/88/89, apenas 50 000 fogos.

Uma situação verdadeiramente dramática que exige medidas reais, que foram depois aprofundamente discutidas nos três painéis que, durante a manhã e a tarde, abarcaram as várias componentes do processo, da política de solos e ordenamento do território à promoção habitacional, nomeadamente o sector pri-

vado, cooperativo e público, da reabilitação urbana e reabilitação do parque habitacional ao arrendamento, do apoio à indústria de construção ao financiamento e política fiscal.

A degradação no Bairro de Aldoar, no Porto, onde vivem, por exemplo, 28 pessoas num T3, trazida pelo testemunho de uma mulher, membro da Comissão de Moradores do bairro, ou os problemas apresentados pela Comissão de Moradores da Quinta do Cabral, no Seixal; a vida dos moradores da degradada freguesia da Sé ou a luta por uma habitação condigna levada a cabo pela Associação de Moradores do Vilar, também no Porto; as dificuldades das cooperativas de habitação, um pouco por todo o país, afastadas quantas vezes da possibilidade de comprar terrenos pela especulação imobiliária e pela falta de financiamentos, o que conduz a que cada vez mais sejam as camadas com mais recursos que possam escolher outro tipo de alternativa para obter habitação; o problema dos clandestinos em Matosinhos e noutros concelhos limítrofes dos grandes centros urbanos, à espera da prometida infra-estruturação e legalização;



as consequências da desastrosa gestão de direita da EPUL/Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e as actuais tentativas, ainda longe de serem satisfatórias, para lançar um plano estratégico dando prioridade à habitação social. Foram algumas das intervenções que trouxeram ao encontro a realidade viva dos problemas, associada à análise de técnicos de variados sectores.

Um dos aspectos de capital importância discutido no Seminário tem a ver com a definição de responsabilidades do Estado e, também aqui, vieram para cima da mesa números que documentam os dramas do sector e a verificação de que, além de a Administração Central não promover, actualmente, a construção de um único fogo, com o Governo PSD tudo se degradou em matéria de habitação: diminuiu o número de licenças concedidas para a construção, o número de fogos concluídos, o número de pedidos de crédito para aquisição de casa própria, o número de contratos concretizados, o valor do crédito concedido em termos reais aumentou, e muito, o preço médio de venda de habitações. A tudo isto se acrescenta o facto de o Governo empurrar responsabilidades para as autarquias, apesar de nem o regime delimitação de atribuições e competências, nem a capacidade financeira o permitirem.

É neste contexto que foi apontado no Seminário um conjunto de medidas a serem tomadas por um futuro governo democrático, que apontam nomeadamente para: um Plano Nacional de Habitação, com a correspondente legislação de solos e de um quadro legal ligado à prática urbanística, possibilitando que o Estado seja o verdadeiro motor e orientador, em ter-

mos de interesse público, do crescimento urbano e possibilitando a coexistência dos interesses públicos e privados; a defesa de um urbanismo integrado e de uma política de efectivo desenvolvimento regional; a concretização pela Administração Central de um vasto programa de construção de habitação de novos sistemas de financiamento às cooperativas e às empresas que pretendam construir fogos de custo controlado e o apoio à auto-construção; a criação de medidas institucionais que possibilitem a recuperação de áreas degradadas, seja em centros históricos, seja nas resultantes de loteamentos ilegais, e a conservação e reabilitação do parque habitacional degradado; a criação de um subsídio, através do qual a Administração Central compense o diferencial entre a renda técnica e a renda social, aos programas para arrendamento social promovidos pelas autarquias; redefinição do sistema de subsídios, alargando a sua concessão a estratos sociais que hoje se encontram afastados dessa possibilidade; o apoio do Estado à renovação, redimensionamento e reapetrechamento das empresas de construção; a aplicação de recursos financeiros da CEE ao sector da

construção de edifícios; a definição de uma política fiscal global e estrutural para o sector que tenha como pressupostos básicos a diminuição da carga fiscal e não afectação das receitas das autarquias locais.

A encerrar o Seminário, Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central e cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral do Porto às próximas eleições legislativas, fez o ponto da situação do debate alargado então realizado, considerando-o não um fim, mas um momento que vai ter continuidade na actividade futura do Partido, denunciando «o demissionismo completo e escandaloso do Estado» em matéria de habitação, um dos problemas mais sentidos a nível nacional. «O fracasso do Governo na área da habitação, bem expresso no no brutal agravamento da carência de habitações, constitui mais um elemento que ilustra um facto central: o PSD não resolveu os problemas nacionais e é necessário afastá-lo do poder», referiu Luís Sá para concluir que «o conhecimento dos problemas e as propostas apresentadas constituem mais um elemento que ilustra uma questão central do momento presente: o PCP é essencial a uma alternativa democrática».



## 2ª Corrida pelos direitos da criança

Porque correr faz bem à saúde e a saúde é um direito da criança, os Pioneiros de Portugal, da região de Setúbal, realizaram mais uma vez a corrida desportiva, que se integrou nas comemorações do dia 1 de Junho, Dia Internacional da Criança.

Para os Pioneiros e seus amigos, foi uma manhã bem passada num ambiente alegre e amigável, onde tudo correu com muito desportivismo. Pelas dez horas e quarenta minutos, os 114 pequenos

atletas partiram em três escalões, respectivamente, o escalão A, dos 6 aos 8 anos, B, dos 9 aos 11, e C, dos 12 aos 14 anos.

Entre os participantes estavam sete clubes: CAVA (1º classificado), Associação de Moradores de Casal Figueiras (2º classificado), Sociedade União Cercalense (3º classificado), Ginásio Clube de Sines (4º classificado), Vitória Futebol Clube (5º classificado), Centro Cultural e Recreio Francisco Ro-

drigues Lobo (6º classificado), Independente de Setúbal (7º classificado) e a Escola nº 19, das Amoreiras (8º classificado).

Correram ainda quatro núcleos de Pioneiros, nomeadamente de Setúbal, Sines, Stº André e Baixa da Banheira, bem como muitas crianças individualmente.

Os Pioneiros de Portugal contaram com o apoio de muitas autarquias, da Associação de Atletismo, casas comerciais e outros amigos que muito contribuíram para a realização desta prova, designadamente com prémios e outras ajudas.

No dia 1 de Junho, também o Núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal realizou um conjunto de brincadeiras para as crianças da localidade. Depois da ginástica, do jogo do balão e outros divertimentos, houve um almoço, após o qual foram distribuídos os prémios aos vencedores e actuaram os núcleos da Póvoa de Stº Adrião e Voz do Operário. Foram ainda inauguradas as novas instalações da Casa do Pioneiro.



## Deputado abandona grupo parlamentar Social-democrata

# PSD perde maioria nos Açores

A DORAA tomou recentemente posição sobre os últimos desenvolvimentos da situação política da Região Autónoma dos Açores, resultante da perda da maioria PSD.

Na conferência de imprensa, José Decq Mota, coordenador da DORAA do PCP, referiu que «o abandono do grupo parlamentar do PSD, pela parte do deputado Renato Moura, eleito por aquele partido, criou uma situação político-institucional nova e de grande importância na vida regional. De facto, a redução em um deputado do grupo parlamentar do PSD retira, à partida, a maioria absoluta a esse partido.

O deputado Renato Moura invocou, para abandonar o grupo parlamentar do PSD, factos políticos relacionados com a má governação do PSD, a governamentalização da vida política e o desrespeito pelo papel e funções da Assembleia Legislativa Regional.

Estamos, pois, no entender do PCP/Açores, numa situação que para além de um determinado contorno formal (perda da maioria

absoluta do PSD) possui também um claro conteúdo político que se traduz numa séria acentuação de uma das vertentes do descontentamento existente, que é o descontentamento visível na própria área do PSD.

Após as eleições regionais de 1988, o PSD/Açores percorreu um trajecto de crescente fragilização resultante do evidente aumento e generalização do descontentamento social e político. A direcção do PSD/Açores e o seu Governo não só não podem explicar as razões da inoperância governativa, da incapacidade de dar respostas às grandes questões, da falta de resultados sólidos das acções realizadas, como não quiseram fazer qualquer esforço para corrigir os erros, as distorções, os aproveitamentos ilegítimos que resultam do imediatismo posto, por esse partido e muitos dos seus dirigentes, na governação regional.

A direcção do PSD/Açores pretendeu criar uma imagem de «mudança interna», mas não pretendeu mudar realmente fosse o que fosse. Daí resulta a acentuação clara e crescente do descontentamento com a consequente maior fragilização do Governo Regional, que hoje, para além de ser inoperativo e realizar políticas erradas, tem muito menor credibilidade em todas as ilhas.

A presente crise no PSD/Açores, com inegáveis reflexos político-institucionais, traz para o primeiro plano das preocupações dos cidadãos a necessidade, cada vez mais evidente, de ser criada uma alternativa credível capaz de governar melhor a Região Autónoma.

É crescente o número de açorianos que não aceita o poder absoluto que a direcção do PSD/Açores exerce.

É crescente o número de açorianos que pensam ser necessário atingir, na altura própria, uma situação institucional que faça nascer, da convergência das várias vertentes do descontentamento, um poder regional eficaz nas suas políticas e democrático nos seus métodos.

Para o PCP/Açores a recente evolução política regional aponta, mais clara-



A perda da maioria PSD veio criar uma nova situação na Região Autónoma dos Açores

mente, no sentido dessa necessidade poder vir a transformar-se em realidade. Analisando a situação político-institucional, a Comissão Executiva Regional e o Secretariado da DORAA pensam ser necessário que todas as forças e sectores políticos que reclamam uma mudança séria na vida regional tenham em conta as seguintes questões essenciais:

- Necessidade de ser re-posto o papel político preva- lencia da Assembleia Legislativa Regional, intensificando as iniciativas legislativas e aprofundando o debate no sentido de ser demonstrada a natureza errada das políticas e das soluções propostas pela direcção do PSD/A e a inade-

quação da maior parte dos seus métodos e estilo.

- Necessidade de ser intensificado o diálogo político entre todas as vertentes do descontentamento por forma a que seja conseguida a demonstração quer da real fragilidade deste Governo Regional, quer da impossibilidade da política realizada pela direcção do PSD/A ter, a partir de agora, um apoio parlamentar sistemático.

- Necessidade de ser examinada de forma atenta e coerente a possibilidade de vir a ser, em momento adequado, desencadeada uma Moção de Censura, em termos tais que possa suscitar o apoio da maioria absoluta dos deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Como é do conhecimento geral, o desencadeamento de uma Moção de Censura exige que a sua apresentação seja feita por um mínimo de 5 deputados. Para além dessa imposição estatutária é, no entanto, necessário sublinhar que o accionamento de tal dispositivo obriga, no plano político, à existência de uma ampla convergência que possibilite, no momento certo, a convergência dos votos necessários ao seu sucesso.

Neste sentido, o PCP/Açores disponibiliza-se desde já para examinar com todas as outras forças da oposição o eventual recurso a esse mecanismo parlamentar, sublinhando que não seria aceitável nem a ausência de ponderação dessa eventualidade, nem a assunção unilateral desse mecanismo de forma não convergente e discutida.

- Actuar, de imediato, por forma a contribuir para que a capacidade de actuação própria e de decisão da ALRA se possa afirmar no novo quadro entretanto surgido.

- Contribuir para que seja dado cumprimento à disposição regimental que, estabelece a criação, por Resolução da ALRA, do estatuto de deputado independente.

## Luís Sá no Encontro CDU de Matosinhos

«Aos que perguntam se o PCP apoiará um governo do PS sozinho, nós dizemos que nem o PS terá votos para governar sem entendimentos políticos, nem o PCP é força de apoio ou bengala de outros partidos. A questão que se coloca no momento é alargar os apoios da CDU e os factos mostram que estamos bem encaminhados nesse sentido. Outubro representa uma grande oportunidade de mudança e a CDU é a garantia de que essa oportunidade será real e será aproveitada». Foram palavras de Luís Sá, quando encerrava, no passado domingo, o encontro da CDU de Matosinhos, uma das muitas iniciativas em que participou durante a semana naquele distrito onde vai ser o cabeça de lista da coligação às próximas eleições legislativas.

Em reunião com trabalhadores do STCP/Serviço de Transportes Colectivos do Porto ouviu da sua voz as principais preocupações relativamente à crescente desestabilização social e profissional na empresa. Com jovens trabalhadores do distrito, no decorrer de uma reunião-convívio, discutiu os seus principais problemas, com destaque para as dificuldades criadas aos trabalhadores-estudantes. Em Paranhos, a mais populosa freguesia da cidade do Porto, participou igualmente num encontro da CDU local, onde foram abordadas as principais linhas de acção para os próximos meses.

No decorrer de um almoço com a comunicação social, no qual estiveram presentes os candidatos já anunciados da lista da CDU, Raul de Castro, da Intervenção Democrática, Ilda Figueiredo, Vítor Ranita e Emídio Ribeiro, e Carlos Marques, da União Democrática Popular, foi dada a conhecer a programação para os tempos mais próximos, nomeadamente, já no dia 6 de Junho, o encontro da CDU da cidade do Porto, no dia 8, uma visita/convívio ao Parque Biológico de Gaia, e no dia 9, em Gondomar, um convívio em S. Pedro da Cova. Na ocasião foram igualmente anunciados os nomes de várias personalidades independentes que já manifestaram o seu apoio à CDU, nomeadamente o pintor Ângelo de Sousa, o arquitecto Siza Vieira, o juiz Sá Coimbra, Manuel Coelho dos Santos, professor e presidente do Conselho Científico da ESBAP, Sérgio Alexandrino, médico e director de serviço no Hospital de S. António, Ana Paula Delgado, economista, e Carlos Madureira, professor universitário.

### ENCONTRO NACIONAL DE COMUNISTAS DA CP

Vai realizar-se no próximo sábado, em Lisboa, um encontro de âmbito nacional de comunistas da CP, com vista a debater propostas para a viabilização da empresa, face à aproximação do Mercado Único Europeu. Os temas em debate são o caminho-de-ferro em Portugal, a caracterização da situação e as medidas a tomar no desenvolvimento da sua modernização, as propostas dos comunistas da CP para o Plano de Modernização, até 1994/95.

Entretanto, por iniciativa conjunta dos trabalhadores comunistas da CP e do organismo sindical dos ferroviários, teve lugar no passado sábado, nas instalações da ex-cordoaria Nicola, no Barreiro, um almoço-convívio, a que se seguiu um debate sobre a situação política nacional e internacional, em que participou Albano Nunes, do secretariado do CC do PCP.

### TRABALHADORES CORTAM ESTRADA

Os trabalhadores da A. Abreu, a que se juntaram centenas da Flor do Campo e de outras empresas, cortaram o trânsito, empunhando bandeiras negras, no passado dia 29 de Maio, junto do cruzamento da Flor do Campo. Na sequência deste protesto, foi garantido o pagamento dos salários aos trabalhadores, devendo recomeçar a laboração na empresa A. Abreu, que com 140 trabalhadores estava parada desde Maio. A Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP imputa ao Governo a grave crise que atinge os têxteis do concelho, já que nada foi feito pela reestruturação e modernização do sector, apesar das múltiplas promessas dos governantes.

O concelho de Santo Tirso tem 74 por cento da mão-de-obra empregada na indústria têxtil e de vestuário, daí que são profundas as consequências económicas e sociais resultantes da crise do sector. Ao despedimento dos setecentos trabalhadores da TELES, acrescem a suspensão do trabalho na Aratijo e Gonçalves e na Blandina e Filade, o atraso no pagamento dos salários e a ameaça de encerramento das Malhas Silveses. A instabilidade paira sobre a maior parte das importantes empre-

sas da região, correndo neste momento maior perigo a Hortex, a A. Abreu e a Freitas Simões, cujo encerramento implicará o despedimento de 1100 trabalhadores.

### FORUM ESCOLA

Sob o lema, *Forum Escola - Espaço Educativo*, realizou-se no passado sábado, no CT Vitória uma iniciativa que abordou o novo decreto de gestão das escolas. Pretendendo igualmente proporcionar uma troca de experiências, o encontro promovido pela organização dos Professores da ORL do PCP, definiu-se como «uma tentativa de encontrar uma concepção de escola para o nosso tempo», que recuse o modelo único, centralista e burocratizado.

### ENCONTRO DA CDU EM BRAGA

Reforçar a votação no distrito - votar CDU para a alternativa democrática, foi o tema do encontro distrital da CDU em Braga, realizado no passado sábado, com o objectivo de preparar as próximas eleições legislativas. Na sessão foi apresentada pela primeira vez a lista de candidatos CDU pelo distrito e foram definidas as grandes linhas de acção e orientações fundamentais para a campanha pré-eleitoral e campanha eleitoral que se inicia em Setembro.

### APRESENTADOS CANDIDATOS EM BEJA

A Comissão Concelhia de Beja organizou domingo passado no Parque das Merendas desta cidade uma sessão pública de apresentação dos candidatos CDU pelo distrito de Beja, às próximas legislativas. Na iniciativa esteve presente Lourdes Hespagnol, deputada e actual cabeça de lista pelo distrito. Inserido no programa, decorreu um torneio de malha, bem como actuaram António Heleno e os grupos corais Nova Aurora e dos Bombeiros Voluntários de Beja.



# PCP promoveu audição sobre Bioética

No âmbito da preparação do programa eleitoral do PCP, teve lugar no passado dia 28 de Maio, em Lisboa, uma audição sobre Bioética.

A iniciativa coordenada por Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, suscitou vivo interesse da parte de mais de meia centena de pessoas que encheram a sala. Entre os participantes contavam-se conhecidas personalidades da área da investigação científica e da medicina. A intervenção inicial, proferida por Edgar Correia, de que publicamos extractos, colocou as razões por que o PCP realizou a iniciativa e quais os seus objectivos.

Seguidamente cada um dos auditores apresentou um qualificado depoimento, desenvolvendo-se depois um animado debate que envolveu todos os presentes.

**C I C L O  
DE DEBATES  
PARA UMA  
REFLEXÃO ABERTA  
S O B R E  
PROBLEMAS  
NACIONAIS**

Na mesa estavam ainda, como auditores, o Dr. Vasconcelos Costa, o Dr. Guilherme Oliveira, a Dr<sup>a</sup> Clau-

dina Rodrigues, o Dr. António Galhordas e a Dr<sup>a</sup> Zilda Carvalho, que registou os depoimentos e outras inter-

**Legislativas 91  
PROGRAMA DO PCP  
para um  
Portugal Melhor**

**PCP**

venções.

Na intervenção de abertura, Edgar Correia referiu que (...)»no âmbito da preparação do programa eleitoral do PCP, consideramos necessário aprofundar o sentido e objectivos da nossa intervenção em relação às questões da Bioética.

Compreendemos a complexidade das questões postas pelo desenvolvimento das ciências da vida, a natural existência de opiniões e de posturas muito diversas e as várias dimensões - científica, ética, social, familiar, jurídica, filosófica, política, etc. - que é preciso ter em conta na consideração destes problemas.

Da parte do PCP, colocamo-nos sobretudo no plano da avaliação das necessidades de enquadramento político legislativo das novas práticas médicas e dos problemas com ela relacionados, bem como da protecção das pessoas objecto da investigação necessária para o progresso da ciência ao serviço do ser humano.

O papel do PCP nesta iniciativa, como a própria designação «Audição» evoca, consiste, fundamentalmente, em ouvir, e em pôr questões cuja resposta interessa conhecer, porque importam sobremaneira à sociedade de que fazemos parte.

É necessária e oportuna a elaboração em Portugal de uma lei-quadro da bioética? E em caso afirmativo, que princípios fundamentais, respeitantes à actividade dos médicos e investigadores, serão de consagrar?

É de promover legislação específica em relação às procriações assistidas medicamente e em relação a múltiplos problemas com elas relacionados, designadamente, em relação aos direitos das mulheres, ao futuro das crianças, às relações dos casais?

E quanto às terapias génicas, aos enxertos de órgãos e outras políticas, na aceção mais geral, há limites e condutas a enquadrar do ponto de vista legislativo?

E há limites a estabelecer pelo Estado em relação à experimentação no domínio da engenharia genética?

Quanto à protecção das pessoas como objectivo da investigação Biomédica, ao rigor científico de experimentação, à aplicação do princípio do livre consentimento e à defesa do princípio de que o corpo humano não se torne numa fonte de lucro, como se apresenta a situação entre nós e que avanços legislativos importa, eventualmente, considerar? (...)



## Um dos maiores actores deste século Assis Pacheco desaparece aos 88 anos

Com 88 anos, faleceu em Lisboa, no passado dia 25 de Maio, um dos maiores nomes do teatro português deste século, Arnaldo da Silva Pacheco, conhecido no meio artístico apenas como Assis Pacheco.

No funeral, estiveram pessoas ligadas ao espectáculo como Varela Silva, Fernanda Lapa, Sérgio Godinho, Armando Cortez, Mário Pereira, Maria Barroso e muitos outros. António Abreu, do CC do PCP, esteve igualmente presente, assim como Rogério Paulo que fez um breve elogio fúnebre, tendo pedido uma última salva de palmas para o grande actor.

Assis Pacheco era militante do PCP desde 1976, altura a que afirmou a Rogério Paulo: «Já sou comunista há muitos anos, mas só agora me vou inscrever no teu Partido. Como é que se faz?»

Assis Pacheco nasceu em Lisboa, em 3 de Dezembro de 1902, e era diplomado com o curso do Conservatório, onde obteve vinte valores. Atribuem-se-lhe duas datas de estreia no teatro. Uma em 1923, com a «Severa», de Júlio Dantas, em Paço de Arcos, na companhia de Augusto Pinheiro, e três anos mais tarde, na noite de 23 de Dezembro de 1925 no Teatro do Ginásio, Companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro, desempenhando na peça «O caso do dia», de Ramada Curto, o pequeno papel de «primeiro director». Graças às suas raras qualidades, rapidamente passou para a primeira linha dos artistas da companhia, alcançando um assinalável êxito no protagonista da peça «Topaze», de Marcel Pagnol.

Quatro anos mais tarde foi professor de Arte de Dizer, tendo como alunas Maria Barroso e Eunice Muñoz. Na sua passagem pela revista, destacam-se o «Compère», «Água-Pé» e «Melodias de Lisboa». Fez também opereta, cinema, tendo a sua carreira de actor terminado em 1988, quando se reformou do Teatro Nacional.

## CAMARADAS FALECIDOS

### ANTÓNIO GUERREIRO

Faleceu, na passada quinta-feira, António Cristino Guerreiro, de 45 anos, vítima de acidente de viação. Era membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém.

### ANTÓNIO ROSA

Faleceu na passada quinta-feira, vítima de acidente de viação, António José Gomes Rosa, de 20 anos, natural de Alvalade de Sado.

### ANTÓNIO ROMÃO JUNIOR

António José Romão Junior, de 53 anos, faleceu no passado dia 14 de Maio. Residente na Baixa da Banheira, era militante na célula da Lisnave.

### FRANCISCA CEREJO

Faleceu recentemente Francisca S. Pedro Cerejo, com 69 anos, natural de Vale de Varjo, Serpa. Membro do Partido desde 1974, pertencia à Organização de Vale de Figueira, Alameda.

### JOÃO FRANCISCO

Depois de prolongada doença, faleceu no passado dia 21 de Maio João Francisco, que contava 74 anos de idade. Operário do Arsenal do Alfeite durante 30 anos, era militante do PCP desde os tempos da clandestinidade. Perseguido e preso pela PIDE, militava ultimamente na Freguesia de Alverca.

### JOSÉ DUARTE

Vítima de acidente rodoviário, faleceu, no passado mês de Maio, aos 62 anos, José Pires Duarte, conhecido no local de residência como Zé da Praça. Militante desde 1981, era funcionário da Junta de Freguesia da Caparica.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## PCP comenta

# Acordos de paz em Angola

Compartilhando as aspirações de paz do povo angolano, martirizado por 15 de anos de implacável agressão externa e de operações de desestabilização interna responsáveis por um dramático rasto de violência, destruição e morte, o PCP formula votos de que os acordos hoje assinados entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA possam vir a contribuir para pôr efectivamente termo à guerra e para que se possa abrir o caminho para uma efectiva pacificação e para a reconstrução e o desenvolvimento de Angola, no quadro de uma afirmação de soberania e independência e do inalienável direito do povo angolano a determinar o seu próprio destino, sem ingerências ou pressões externas.

O desenvolvimento do processo comporta entretanto consideráveis perigos e incertezas, sendo previsível que forças e interesses que nunca se conformaram com

as opções libertadoras do povo angolano procurem explorar a nova situação e os graves problemas e dificuldades com que Angola se defronta para tentar estabelecer formas neocolonialistas de influência e dominação política e económica.

O PCP considera indispensável que, como sempre defendeu e ao contrário da orientação de sucessivos governos, o Estado português desenvolva uma activa política de efectiva amizade e cooperação com Angola, numa base de interesse mútuo e de vantagens recíprocas e num quadro de rigoroso respeito pelas opções, soberania e independência de cada país.

O PCP reafirma a sua solidariedade de sempre para com o MPLA-Partido do Trabalho e para com o povo angolano na sua luta, que continua, pela realização dos seus objectivos libertadores e das suas aspirações de paz, justiça, progresso social e independência nacional.

# Envolvimento de Portugal lesa independência

A propósito da reunião do Comité de Planos de Defesa da Nato a decorrer em Bruxelas, a comunicação social tem divulgado a existência de projectos militaristas de extraordinária gravidade.

Pelo seu significado e consequências, destacam-se os planos, activamente defendidos pelos EUA, de dotar a NATO de uma «Força Multinacional de Reacção Rápida» destinada a operar fora da sua área de intervenção, que contam com o apoio expresso do Governo de Cavaco Silva e do seu ministro Fernando Nogueira.

Independentemente de uma ulterior posição sobre o alcance e significado de tais projectos que devem ser atentamente acompanhados, o PCP alerta desde já o povo português para que eles se inscrevem numa política de bloco, abertamente intervencionista, que põe em causa os progres-

sos registados no processo de segurança e cooperação na Europa.

O PCP considera que a posição seguidista do Governo do PSD em matéria de tão elevada responsabilidade, expressa designadamente em declarações do ministro da Defesa que implicam o envolvimento directo das Forças Armadas Portuguesas, é gravemente lesiva da independência e soberania nacionais e deve ser firmemente condenada.

A salvaguarda dos interesses nacionais, a delicadeza e complexidade dos problemas relacionados com a vertente externa da defesa nacional, ao contrário de decisões precipitadas, impõem, como o PCP tem repetidamente defendido, um debate político sério e responsável ao nível da opinião pública e no seio das instituições.

# Baixo Mondego devastado pelas pragas

Os primeiros fogos deflagram no distrito de Coimbra e as pragas causam o pânico nas populações do Baixo Mondego.

O distrito de Coimbra é vivo e dramático exemplo do discurso propagandista do PSD e seu Governo, sem correspondência com as medidas práticas que o agudizar dos problemas impõe.

Não satisfeito com a indiferença, a apatia e a criminosa irresponsabilidade que numerosos casos caracterizam a actuação do PSD, no Governo e na Assembleia da República, não só não desencadeia a intervenção necessária para minimizar os problemas existentes como boicota e marginaliza iniciativas, nomeadamente do PCP, de que são exemplo, entre outras, as suas propostas legislativas para a prevenção e combate dos fogos florestais, as suas iniciativas relativas às consequências destes no distrito em 1990 e a Audição Parlamentar sobre problemas ambientais no Baixo Mondego.

Entra-se agora em nova época estival e aí está a repetição do drama, talvez ainda de maiores proporções, para as populações e para o desenvolvimento do distrito:

— Enquanto a floresta não resiste aos primeiros calores, verificando-se logo graves fogos a devastar já alguns concelhos, o Governo só agora anuncia melhoramentos em aeródromos, continuando a não enfrentar os seus aspectos essenciais;

— No Baixo Mondego, a falta dum estudo sério e as necessárias e consequentes medidas relativas ao impacto ambiental da Obra do Mondego, originam pragas que estão já a repetir-se — em 1990 verificaram-se pragas da mosca do arroz e do lagostim que já vinha a desenvolver-se preocupantemente nos últimos anos e o Governo, num caso nada fez e no outro autorizou a aplicação aérea dum produto altamente tóxico, numa actuação imediatista e momentânea que causou prejuízos à saúde e semeou o pânico nas populações, matou numerosas colmeias e afectou diversas espécies.

Tal como na floresta, também aqui o PSD continua a não enfrentar o problema. Pelo contrário, impede mesmo uma investi-

gação sobre o lagostim, não dotando o Departamento de Biologia da FCTUC com as verbas necessárias para prosseguir o estudo iniciado sobre esta matéria.

Alertado pelos orizicultores para a nova praga que grassa no Vale do Pranto, o Governo, inexplicavelmente surpreendido com a situação pois nada tinha preparado, demora a responder e, fugindo às suas responsabilidades, «descobre» à última hora grandes potencialidades de exportação de lagostim, como se os agricultores fossem pescadores, tivessem tempo e os equipamentos necessários e o circuito comercial estivesse montado para que tudo pudesse funcionar de imediato de modo a permitir salvar as colheitas.

Para esta acção, o Governo propunha um produto milagroso (que não teria efeitos secundários) mas secreto (o seu nome, ou onde pode ser adquirido, ou a sua composição não foram divulgados). O resultado da aplicação mostrou que o seu efeito é praticamente nulo.

Há anos que o problema existe e o Governo nada faz. É assim inteiramente justa a reivindicação dos orizicultores de uma compensação de 400 contos/ha para perda de colheitas.

Há onze anos no Governo, o PSD não pode lavar as mãos como Pilatos e, quando há problemas, fingir que só governa desde ontem. O PSD, no Governo e na Assembleia da República, não enfrentou estes problemas e muitos outros, não por falta de tempo mas porque não quer.

As populações vítimas do desprezo governamental certamente procurarão uma alternativa para a resolução dos seus problemas.

O PCP, fiel à sua prática de defender intransigentemente os interesses e o bem-estar dos portugueses, defensor do desenvolvimento que beneficie todos os portugueses, tudo fará para afastar o PSD do Governo e para contribuir para a concretização de uma viragem democrática.



## 7ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!»

Na semana passada, num encontro em Lisboa com a comunicação social e críticos de arte, foi feita a apresentação pública da 7ª Bienal de Artes Plásticas, exposição que terá lugar na 14ª edição da Festa do «Avante!», a 6, 7 e 8 de Setembro.

A Bienal terá uma exposição com alguns aspectos da arte contemporânea portuguesa, com obras de Helena Almeida, Jorge Pinheiro, José Nuno da Câmara Pereira, Pedro Chorão e Sá Nogueira, e um espaço para exposição de trabalhos de artes plásticas dos artistas que queiram participar - estando já confirmadas largas dezenas de presenças.

Nesta primeira informação, divulgada no café «A Brasileira» no dia 28 de Maio, foi divulgado o regulamento para a participação de artistas na Bienal. As inscrições estão já abertas e devem ser feitas até 15 de Julho, nas

sedes distritais do PCP e ainda nos seguintes locais: Imargem, Associação de Artistas Plásticos, 2800 ALMADA; A AGA, Associação de Artistas Gravadores, 2700 AMADORA; Viragem, Associação de Artistas Plásticos, 2750 CASCAIS; Sociedade Nacional de Belas Artes, 1000 LISBOA; Galeria da Voz do Operário, 1100 LISBOA; Quadrante, Associação de Artistas Plásticos, 2670 LOURES; Cooperativa Árvore, 4000 PORTO.

No centro de trabalho da avenida António Serpa (26-2º, esq., 1000 LISBOA, telefone 769147) funciona a comissão executiva da Bienal, de que fazem parte Augusto Canedo, Aurélio Santos, Costa Martins, Fernando Cruz, João Duarte, José João Brito, José Aurélio, Luís Ralha, Manuel Dias, Maria João Franco, Pedro Chorão, Rosa Fazenda, Rogério Ribeiro e Teresa Magalhães.



# DORLEI denuncia agravamento das condições laborais

O organismo da DORLEI do PCP para as Células de Empresas, reunido em Caldas da Rainha, fez um balanço da situação social nas empresas da Região.

Da análise feita, ressalta o continuado agravamento das condições laborais em prejuízo dos trabalhadores, face à implementação, por parte do patronato que, em conluio com o Governo, promove cada vez mais requintados meios de exploração, pondo em causa direitos e garantias dos trabalhadores.

Da abordagem feita, pode verificar-se na generalidade das empresas do distrito a utilização de meios de pressão, discriminação e exploração dos quais destacamos: a discriminação salarial e profissional; a perseguição aos activistas sindicais e outros trabalhadores que ousam defender os seus legítimos direitos; a discriminação e impedimento aos activistas sindicais de exercerem a sua função de dirigentes nos locais de trabalho; a utilização dentro das próprias empresas, dos seus trabalhadores em prestação de serviço e a generalização de formas de trabalho precário.

Ao mesmo tempo que negam salários justos, fomentam uma cada vez mais generalizada política de prémios, cujas regras da sua aplicação desumanizam as condições de trabalho, impondo ritmos de trabalho incomportáveis e a abdição de um conjunto de direitos contratuais consagrados. O uso e abuso das horas extras que nalguns sectores se prolongam há anos, põem em causa a saúde física e mental

dos trabalhadores. O fomento artificial entre trabalhadores com o mesmo trabalho e capacidade de diferenças salariais, visando criar mau ambiente e desunião entre os trabalhadores, fomentando o individualismo na tentativa de dividir para melhor reinar.

Estes e muitos outros meios são hoje utilizados pelo patronato com incidência em empresas dos vários ramos como na Portucel, Crisal, Mundinter, Cimpor, Spal, Secla, Feis, etc.

A falta de segurança nas empresas foi também analisada sendo também preocupante as condições em que trabalham muitos dos trabalhadores do distrito que nalguns casos têm repercussões de tal forma dramáticas como recentemente a morte de um trabalhador da Cimpor em Maceira, a juntar aos muitos acidentes de trabalho que se têm verificado na região nos últimos meses.

As privatizações e as suas consequências mereceram também a atenção do Organismo das Empresas da DORLEI, cujos efeitos se fazem já sentir com ameaças de despedimentos e nalguns casos já em execução como é o exemplo da Portucel onde estão já a ser suprimidos muitos postos de trabalho sem alternativa para quem os ocupava, empurrando-os para a «prateleira» para a seguir despedir.

Situações destas são já prática diária das administrações das empresas públicas sob o falso pretexto da «reestrutura-

ção necessária» a fazer em tais empresas, como é também exemplo da pretensão de encerramento da fábrica de sacos da Cimpor na Maceira, sem que aos trabalhadores sejam dadas garantias em relação ao seu futuro e a intenção já anunciada pela administração da Feis de proceder a despedimentos a começar pelos quadros técnicos e intermédios da empresa o que traz já a esta camada uma grande instabilidade.

O Organismo de Empresas da DORLEI do PCP expressa a sua solidariedade às estruturas representativas dos trabalhadores do sector público na luta contra a destruição e entrega ao grande capital e a meia dúzia de amigos dos governantes do País de empresas e sectores que têm demonstrado que desde que bem geridas poderão prestar bons serviços de utilidade pública e dar milhões de contos de lucro como acontece com a Portucel e Cimpor que poderiam e deveriam ser utilizados ao serviço das populações.

Face a tudo isto, a OCE da DORLEI, entende ser necessário continuar a apelar à unidade e luta dos trabalhadores contra o Pacote Laboral que pelo seu conteúdo franqueia a porta a todas estas situações procurando dar-lhes cobertura legal à revelia da Constituição da República. Tal Pacote Laboral, com os perigos que comporta, a passar, seria o primeiro passo para a breve prazo levar à degradação total das condições de trabalho e de vida do nosso povo.

# Regiões: vai ser desta?

Para o PCP, importa que se proceda não apenas à aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas, mas que também se definam competências e atribuições dos órgãos, que o regime de finanças tenha em conta essas competências e que a autonomia não seja posta em causa pelos poderes do Governador Civil Regional

Depois de um longo percurso que conheceu em 1989 uma etapa importante com a votação de diplomas de todos os partidos sobre a matéria, prevê-se que esta semana o processo conducente à definição da Lei Quadro das Regiões Administrativas e à criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto conheça o seu epílogo, com a aprovação em votação final global dos dois diplomas.

Embora coincidente com o PCP no que se refere à área territorial proposta para a Área Metropolitana do Porto (nove municípios) e acrescentando a Azambuja para o caso da Área Metropolitana de Lisboa (18 municípios), as soluções indicadas por imposição do PSD, com alguns apoios pontuais do PS, diferem substancialmente das preconizadas nos projectos de lei do PCP, de quem partiu a iniciativa recorde-se, de arrancar com o processo ao apresentar em Março e Junho do ano passado diplomas sobre o assunto, respectivamente para Lisboa e Porto.

Nestes projectos de lei, como salientou em conversa com o «Avante!» a deputada Ilda Figueiredo, o PCP concebía as áreas metropolitanas como uma autarquia, com órgãos representativos eleitos pelo voto popular e uma estrutura descentralizada, com poderes efectivos em áreas decisivas, como sejam, ordenamento territorial, rede viária, sistema de transportes, ambiente e recursos hídricos, hoje da competência da administração central.

Apesar de algumas melhorias introduzidas durante os trabalhos preparatórios por proposta e insistência dos parlamentares comunistas, designadamente no plano da garantia do pluralismo do órgão Assembleia Metropolitana e do respeito pela autonomia dos municípios, a verdade é que outras soluções por si defendidas acabaram por não ter o acolhimento devido, facto susceptível de empobrecer o diploma final, impedindo a resposta necessária aos problemas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Em causa estão, concretamente, as atribuições conferidas à autarquia Área Metropolitana, as quais, segundo disse Ilda Figueiredo, «são diminutas e não incluem de forma explícita aspectos importantes para dar resposta aos problemas destas zonas urbanas, designadamente em termos de ordenamento do território metropolitano e da necessidade que há da sua articulação e compatibilização com os processos de planeamento municipal e, bem assim, com os planos de ordenamento do território a nível nacional».

As Áreas Metropolitanas têm património e finanças próprias, salientou ainda Ilda Figueiredo, mas os recursos financeiros são essencialmente as transferências que se vierem a fazer do Orçamento do Estado e das autarquias locais. Ou seja, lembrou, além de não ficar claro que transferências é que se vão fazer do Orçamento do Estado, o que está indiciado é que as autarquias locais (já hoje na sua maioria com sérias dificuldades financeiras) irão ter um novo encargo — financiar o funcionamento das áreas metropolitanas — o que, lamentavelmente, teve o apoio do PS.

## Áreas Metropolitanas

Quanto aos órgãos das Áreas Metropolitanas, importa sublinhar que serão três: Assembleia Metropolitana, Junta Metropolitana e Conselho Metropolitano. A Assembleia Metropolitana é o órgão deliberativo, no qual terá assento (depois de muita insistência do PCP em relação à proposta inicial do PSD que não assegurava o mínimo de pluralismo) 50 membros e mais 27 a eleger de entre os membros eleitos directamente das Assembleias Municipais, mediante a apresentação de listas que poderão ter um número de candidatos inferior ao número de membros da futura Assembleia Metropolitana. A eleição faz-se pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das Assembleias Municipais.

A Junta Metropolitana, por sua vez, é o órgão executivo e é constituída pelos presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos municípios integrantes, os quais elegerão entre si o presidente e quatro ou dois vice-presidentes na Assembleia Metropolitana de Lisboa e na do Porto, respectivamente, e que constituirão a Comissão Permanente.

O Conselho Metropolitano — órgão consultivo — por seu lado, é composto pelo presidente da Comissão de Coordenação Regional respectiva, pelos membros da Junta Metropolitana e pelos representantes dos serviços e organismos públicos cuja acção interfira nas atribuições da Área Metropolitana. Será presidido, anualmente, em regime de rotatividade, pelo presidente da Comissão de Coordenação respectiva e pelo presidente da Junta Metropolitana.

## Regiões Administrativas

No que se refere à Lei Quadro das Regiões Administrativas, mantinha-se à data de fecho da nossa edição algum atraso na definição do

texto final, continuando por conseguinte sem se saber exactamente a posição do Governo e do PSD relativamente a algumas questões.

Nalguns casos trata-se mesmo de questões consideradas fundamentais pela bancada comunista, tendo merecido desta nos trabalhos preparatórios em Comissão especializada um conjunto de propostas visando atenuar os aspectos mais negativos da proposta de lei do Governo, designadamente quanto ao nome e funções do Governador Regional, quanto às atribuições das futuras regiões administrativas, à composição da Assembleia Regional e da Junta Regional e às finanças regionais.

«Em todo o processo temos procurado que as futuras regiões administrativas não sejam entidades menores — salientou a propósito a nossa interlocutora —, com atribuições e competências diminutas, escassos meios financeiros e com uma ingerência permanente desse novo braço tentacular do Governo chamado Governador Regional».

Defendido pelo PCP, é concretamente, no que se refere às atribuições e competências das Regiões Administrativas, a inclusão de novas competências nas áreas do património histórico e cultural, da conservação da Natureza e do turismo, e, bem assim, a sua participação no Conselho Económico e Social e a capacidade para elaborar e executar planos de desenvolvimento regional sem sujeição à ratificação pelo Governo.

Em relação à Assembleia Regional, órgão deliberativo da Região Administrativa, as propostas dos deputados comunistas vão no sentido de que esta seja constituída por representantes das assembleias municipais em número de 15 ou 20 e por membros directamente eleitos pelos cidadãos recenseados na área da respectiva região, em número de 31 ou 41, consoante se trate de região com, respectivamente, 1,5 milhões ou menos de eleitores e mais de 1,5 milhões de eleitores. A este respeito, sublinhe-se que a proposta do Governo previa apenas 10 ou 15 representantes das assembleias municipais e 21 ou 36 membros directamente eleitos pelos cidadãos, consoante se tratasse de regiões com, respectivamente, dois milhões ou menos eleitores ou mais de dois milhões de eleitores.

Quanto às competências das assembleias regionais, lembrada por Ilda Figueiredo foi ainda a posição do seu Grupo Parlamentar de considerar fundamental que estas possam aprovar tarifas e alte-

rar as propostas da Junta Regional em matéria de planos de actividades e orçamento.

«A Junta Regional, órgão executivo da Região Administrativa, para cuja eleição propomos o método proporcional de Hondt, que o PSD e o PS recusam, deve ser constituída no mínimo por um presidente e oito vogais», sublinhou no nosso jornal a deputada comunista.

Em matéria de receitas das Regiões Administrativas, Ilda Figueiredo salientou que importa garantir desde já uma participação nas receitas gerais do Estado, fixada no Orçamento do Estado e não inferior a 12,5 por cento das despesas públicas aí previstas, a distribuir de acordo com critérios idênticos ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) das autarquias locais e que se definam como receitas das regiões as percentagens na ordem dos 25 por cento do produto da cobrança do IRC e do IRS na área da respectiva região, posição que não é compartilhada pelo Governo e o PSD, que discordam que se faça esta definição precisa, pretendendo remeter a questão para uma futura lei das finanças regionais.

Por outro lado, o representante do Governo junto das regiões administrativas não deve chamar-se Governador Regional ou Governador Civil Regional, como pretende o Governo, e as suas competências, na opinião do PCP, devem ser limitadas, respeitando a autonomia regional, o que implica que desapareçam da proposta de lei algumas competências que o Governo pretendia atribuir-lhe e que nalguns casos são manifestamente inconstitucionais, como acontece com a requisição das Forças Armadas, arbitrar conflitos de competências entre órgãos autárquicos da região e as competências excepcionais nos casos de urgência e necessidade pública.

Uma última questão prende-se com o momento da primeira eleição para a Assembleia Regional, a qual, de acordo com a proposta do Governo, deverá ocorrer por altura das eleições para os órgãos autárquicos.

Embora de acordo com o princípio, segundo com posição expressa por Ilda Figueiredo, a banca comunista considera que a primeira eleição deverá ser salvaguardada e realizar-se 90 dias após a instituição em concreto das regiões, isto em ordem a evitar, disse, que essa primeira eleição para as Assembleias Regionais não venha a ter lugar só em Dezembro de 1993, data prevista para as próximas eleições autárquicas.

## Acordo ortográfico



Depois de várias peripécias que envolveram o princípio da unificação da língua portuguesa, a Assembleia da República ratificou, finalmente, na passada semana, o acordo ortográfico.

No debate, acalorado, proveniente das bancadas da oposição, prevaleceram no entanto as críticas a um acordo que, Santana Lopes, em representação do Governo, defendeu como «bom» e como «componente essencial da política da língua».

Opinião que não foi partilhada por diversos deputados, entre os quais José Manuel Mendes, que tratou de pôr em evidência os erros técnico-científicos graves que o enfermam, para já não falar do facto de a sua elaboração ter sido feita à revelia da opinião pública, das comunidades científica e cultural e contra o parecer da CNALP (Comissão Nacional para o Acordo da Língua Portuguesa).

Expressando embora o seu acordo de princípio quanto à necessidade de alterar o Convénio Ortográfico em vigor, José Manuel Mendes não deixou de acentuar, no entanto, o seu firme desacordo relativamente às metodologias negociais adoptadas e à postura do secretário de Estado da Cultura, tornando ainda extensivas as suas críticas à completa ausência de uma política da língua.

## O pensamento de Cavaco



O deputado Lino de Carvalho, num convite à reflexão da Câmara sobre o pensamento ideológico mais profundo do Primeiro-Ministro, recordou há dias, da tribuna, passagens de um artigo escrito por este, em 1978, na Revista de Economia.

A propósito da possibilidade que os políticos têm de controlar a informação, escrevia Cavaco Silva que esta possibilidade «facilita a tomada de decisões que se afastam dos critérios de eficiência económica já que os políticos conseguem evitar a penalização que tal lhes acarretaria em condições de perfeita informação dos votantes. No controlo que exercem da informação os políticos tendem a esconder os benefícios das alternativas que lançam os custos sobre grupos de pressão cuja actividade satisfaz os seus interesses particulares e a camuflarem os custos das escolas em que esses grupos são os principais beneficiários».

«Quem não vê aqui — comentou a propósito Lino de Carvalho — os fundamentos ideológicos do despurado controlo dos meios de comunicação social que o PSD tenta prosseguir a todo o custo e que vai ao ponto de exercer pública pressão sobre a linha editorial de alguns órgãos quando não lhes agrada o conteúdo do que é escrito.»

Continuando a citar o escrito de Cavaco Silva, o deputado do PCP recordou outra passagem onde aquele afirma: «A elevada taxa de preferência temporal dos políticos faz também com que procurem apresentar como benefícios para os cidadãos obras públicas ou outras despesas governamentais que estão a ser feitas quando, na verdade, se trata de utilizações de recursos que são desviados de outras aplicações alternativas.» E mais adiante, Cavaco Silva remata: «Há programas que são cinicamente financiados pelos governos com o objectivo de exibir o interesse dos políticos na resolução de certos problemas, embora saibam perfeitamente que são inoperantes para o efeito.»

«Quem não vê aqui a explicação para essa obra megalómana que é o Centro Cultural de Belém?», inquiriu Lino de Carvalho, observando a concluir que as transcrições, apesar de longas, são elucidativas e tornam ainda mais evidente o «grave perigo» que representaria uma nova maioria absoluta do PSD, não apenas como «transição para um Estado autárquico e centralizado», como também de «projecto ainda mais de poder absoluto».

## Interpelação sobre Cultura



No quadro preparatório da interpelação sobre cultura que em princípio se realiza no decorrer da próxima semana, o Grupo Parlamentar do PCP está a realizar uma série de contactos e encontros com diversas entidades e organizações, o primeiro dos quais se efectuou na passada semana com o Sindicato dos Músicos.

No decorrer do encontro, em que participou o presidente do Sindicato, José António Lopes, o deputado Vítor Costa teve ensejo de conhecer o ponto de vista daquela organização relativamente ao sector, designadamente sobre a situação do Conservatório, do ensino da música nos ensinos básico e secundário, bem como da situação dos profissionais da música e das orquestras, em particular da Régie Sinfonia e da Orquestra do S. Carlos.

Transmitida pela direcção do Sindicato foi ainda a sua perplexidade face aos anúncios de grandes planos do Governo para as orquestras em termos nacionais, quando alguns problemas básicos, como o ensino da música, a situação dos profissionais e das orquestras, não têm encontrado a mínima resposta por parte das autoridades responsáveis.

## IV Congresso sobre o Alentejo

## Unir esforços para recuperar

O futuro do Alentejo passa pela regionalização, Alqueva, pirites, Sines e turismo. Fundamental é mudar a agricultura.

Uma década para recuperar o atraso foi o lema do IV Congresso Sobre o Alentejo que durante três dias da semana passada reuniu em Sines 400 pessoas vindas de toda a região, mas também de Lisboa e de países onde são grandes os níveis de imigração destes portugueses.

O Congresso funcionou em diversas secções, sendo o mais participado o dedicado ao tema «Desenvolvimento e regionalização». Um facto a surgir com a naturalidade vinda da importância que o processo de regionalização terá para o futuro da região.

A própria declaração final aprovada pelos congressistas afirmaria que «a regionalização aparece, no Alentejo, como condição inseparável de uma perspectiva de desenvolvimento integrado», defendendo mesmo que «a de-

limitação do território da futura ou futuras autarquias regionais a criar no Alentejo não deverá entrar o processo da sua criação e que 1992 deverá ser o ano de concretização do processo».

As vantagens e inconvenientes de dividir o Alentejo em duas regiões, correspondentes ao Alto e ao Baixo Alentejo, ou apenas numa única região, foram largamente defendidas e debatidas em diversas comunicações feitas ao congresso.

Os participantes, na declaração final sintetizadora dos trabalhos realizados em Sines, defendem a realização de um profundo debate sobre o tema nas «suas diferentes vertentes: competências articuladas dos poderes Central, Regional e Local, financiamento do novo Poder Regional,» e ainda organiza-

ção das estruturas e serviços dos futuros organismos regionais.

Em causa está também a descentralização de competências e meios financeiros para a futura região.

A formação de um movimento de opinião que mobilize as forças locais para o desenvolvimento e progresso do Alentejo foi também defendida pelos congressistas: «associações económicas, sociais, culturais, partidos políticos, concordam na necessidade de conjugar esforços em torno destes objectivos», diz o documento final.

Já no anterior congresso, realizado em 1989 em Elvas, a ideia havia surgido, tendo o IV Congresso apelado agora «a todos os congressistas e a todos os alentejanos para que lhe dêem a força necessária através da sua adesão», para

que se dê continuidade aos debates e decisões tomadas em Sines.

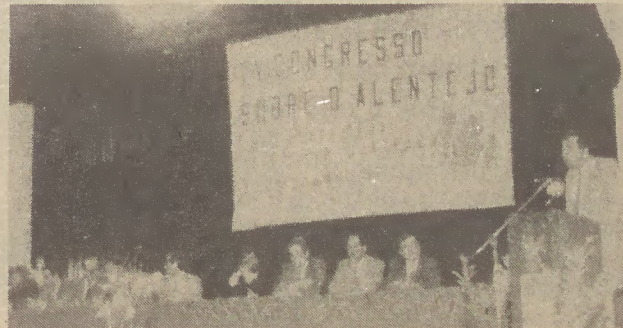
Durante os próprios trabalhos foi anunciada a adesão a este movimento de diversos autarcas, como o Presidente da Câmara de Beja, Carreira Marques, e o Vereador da Cultura, Turismo, Centros Históricos e Informação da Câmara de Évora (ali em representação do presidente da edilidade), António Valente.

Para muito breve estão já anunciadas adesões de indivíduos de diversas tendências políticas e de vários organismos que operam na região.

Neste congresso fica também defendida a ideia de um plano para o desenvolvimento integrado da região baseado «no aproveitamento dos seus recursos em condições conciliáveis com o equilíbrio biofísico e a preservação do ambiente», na finalidade da correcção das assimetrias regionais e utilização racional dos recursos existentes.

Sobre a agricultura defende-se que o seu desenvolvimento no Alentejo está dependente da própria política agrícola nacional, havendo que «promover a melhoria da produtividade da terra e do trabalho nos campos».

Aproveitar os recursos na-



turais com base num ordenamento cultural adequado e a introdução de novos sistemas agrícolas e correcções na estrutura fundiária serão factores determinantes, assim como a concretização de projectos como o Alqueva.

Pescas, indústria (com revitalização do complexo de Sines), redes hidráulicas, electrificação rural, telecomunicações, vias rodoviárias e turismo são outras áreas consideradas de investimento político/económico prioritário para o desenvolvimento da região.

Para os congressistas esta é «uma década para recuperar o atraso» sendo as potencialidades naturais da região em termos de recursos naturais, as condições climáticas, o ambiente preservado, as potencialidades agrícolas, a aptidão para o turismo e projectos como o Alqueva, Sines ou aproveitamento das pirites, factores que se tornarão decisivos para a recuperação que se pretende.

Há que inverter o fraco nível de desenvolvimento, o desemprego, o envelhecimento da população e a diminuição de rendimentos em relação à média nacional que caracterizou a última década no Alentejo.

Na sessão de encerramento do Congresso, que contou com a presença de Baptista Coelho em representação do Presidente da República, foi homenageada a actriz alentejana Eunice Muñoz, que este ano comemora 50 anos de carreira.

O escultor Lagoa Henriques diria ser esta «uma notável mulher do Alentejo» tendo sido entregues à actriz duas ofertas simbólicas.

Significativa foi também nesta sessão de encerramento a intervenção do presidente da Casa do Alentejo no Canadá. Esta sessão final foi presidida pelo presidente da Câmara Municipal de Beja e a declaração final aprovada pelos congressistas foi lida por João Andrade dos Santos.

## O presente e o futuro nas nossas mãos

Uma das mais de 100 comunicações apresentadas neste congresso sobre o Alentejo foi a responsabilidade de António Murteira, engenheiro técnico agrícola e membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do Partido Comunista Português.

Intitulada «O presente e o futuro estão nas nossas mãos», o extenso documento está dividido em cinco grandes capítulos. O primeiro intitula-se «Por um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo», subdividido em três pontos: «Ineficácia do liberalismo capitalista», «Trabalhar para a convergência em torno de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo» e «uma nova base económica».

Os outros quatro capítulos intitulam-se «pela unidade na acção para uma política de justiça social», «o importante papel dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários», «É preciso um poder político central diferente» e o final que dá o nome genérico a este trabalho, «O presente e o futuro estão nas nossas mãos».

Nesta comunicação, António Murteira defende que o «liberalismo capitalista, eivado de dogmatismo, centralizador, autoritário e anti-social, tem imposto ao Alentejo uma política que, globalmente e salvo raros aspectos, se tem mostrado ineficaz, conduzindo ao alargamento das assimetrias económicas e sociais e à instabilidade».

Mais adiante, e como contraponto a esta política que tem provocado o atraso da região, defende-se «a possibilidade de uma larga convergência à volta de uma estratégia de desenvolvimento alternativo, tendo por base uma economia mista, que permita potenciar e harmonizar a planificação económica democrática e participada com a criatividade individual e associativa, no quadro de uma economia de mercado».

Uma estratégia que numa «economia mista, com esta base, tornaria possível o racional aproveitamento dos recursos endógenos, a mobilização de recursos exógenos».

Dá à necessidade de um «Plano de Desenvolvimento Integrado do Alentejo», que aproveitasse os chamados «pontos fortes» da região equacionados pelo autor (a

partir de dados constantes em Planos Integrados de Desenvolvimento já elaborados pelas autarquias locais).

Uma nova agricultura, uma base industrial diversificada, o aproveitamento adequado dos recursos naturais, «uma política eficaz de recuperação e preservação do meio ambiente e do património cultural alicerçada no Poder Local e nas Regiões Administrativas» foram algumas das ideias defendidas nesta comunicação.

Sobre as realidades alentejana e nacional são lançados alguns dados que provam ser «a realidade mais forte que a propaganda»: «Portugal continua a ser o país membro da CEE com mais elevado índice de pobreza, com uma das mais baixas participações do Estado nas despesas com a saúde e onde os encargos com a saúde suportados pelos cidadãos são os mais elevados; o país no qual diminui o crédito concedido para aquisição de habitação própria, aumenta para o dobro o preço médio da habitação e diminui o número de habitações concluídas».

Mais ainda: em Portugal «diminuem os rendimentos dos agricultores, são destruídas as cooperativas agrícolas da Reforma Agrária, agrava-se a dependência alimentar do País, diminui o produto agrícola, a agricultura portuguesa afasta-se mais da agricultura comunitária».

Murteira defende que uma nova política económica «terá de ter uma componente social, de solidariedade e justiça social que permita uma distribuição mais justa do rendimento nacional».

Realçando o papel dos trabalhadores e suas organizações na vida económica, social, cultural e política de qualquer região e país, nesta comunicação destaca-se também o papel dos pequenos e médios empresários. Uns e outros deverão participar, com as autarquias, na elaboração e execução de políticas económicas e sociais para o Alentejo «designadamente na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo».

Mas para isso é preciso um poder político central diferente «dialogante, descentralizador, democrático» só possível com o entendimento e a convergência entre democratas.

## Montijo Balanço de trabalho autárquico

A Assembleia Municipal do Montijo presta contas e divulga actividades futuras.

A Mesa da Assembleia Municipal do Montijo deu no passado dia 27 uma conferência de imprensa para dar conta, em traços largos, da sua actividade ao fim de um ano e cinco meses de mandato e apontar algumas das iniciativas a realizar.

Para além da Mesa, composta por Sérgio Pinto, presidente da Assembleia Municipal, Francisco Silvestre e João José Cardoso, estiveram presentes eleitos da CDU ou nela integrados (PCP, Verdes, independentes e UDP) e do MDP, primando pela ausência os eleitos do PS e do PSD.

De um total de 29 deputados municipais, a representação pelas diversas forças políticas resulta no seguinte: CDU 12 elementos, PSD nove, PS sete e MDP/CDE um elemento, gera-se assim um quadro político-partidário original no concelho através da maioria relativa existente por parte de uma formação, no caso a CDU.

Apesar disso, no documento distribuído aos jorna-

listas, afirma-se que a Assembleia Municipal do Montijo tem «cumprido plenamente o seu papel no estrito cumprimento das suas atribuições e competências», tornando-se num «órgão deliberativo atento, estudioso, actuante, com voz própria e eficaz no seu papel fiscalizador da actividade do executivo municipal».

Em funcionamento estão de novo comissões especializadas para áreas como a educação, cultura e desporto, planeamento e urbanismo, administração finanças e pessoal, etc., para além de comissões eventuais sempre que assuntos de interesse municipal o justifiquem.

Em destaque esteve o trabalho da Comissão de Saúde, Segurança Social e Ambiente no trabalho desenvolvido em torno de anomalias com a exploração de malhadas nas freguesias de Canha, Alto Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes.

Sendo legalmente obrigatórias apenas cinco reuniões da Assembleia num

ano, a do Montijo reuniu já 16 vezes.

Para o futuro imediato, a Assembleia pretende homenagear cidadãos montijenses como Jorge Peixinho (compositor), Paulo Futre (futebolista), Dulce Pontes (cançoneta), Isilda Gonçalves (atleta), Jorge Vaz de Carvalho (cantor lírico) entre muitos outros em cerimónia a realizar a 14 de Agosto, dia da cidade do Montijo.

Será também lançado um grande debate público sobre temas que serão decisivos para o futuro da região, apesar de a Assembleia Municipal ter já aprovado diversos pareceres entretanto enviados aos órgãos de soberania, sobre assuntos como o novo atravessamento do Tejo, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, o novo aeroporto na zona de Rio Frio.

Tal debate, a ocorrer entre Julho e Setembro, visa a participação de todos os montijenses, numa altura em que o Plano Director Municipal se encontra em elaboração.

# Direitos da Mulher Comissão do PE em Lisboa

Um abismo separa legislação da realidade portuguesa

A Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu, onde têm assento os portugueses Maria Belo (PS), Margarida Salema (PSD) e Sérgio Ribeiro (PCP), reuniu a semana passada em Lisboa, onde tomou conhecimento dos resultados do projecto de trabalho de rua com crianças da capital em risco ou situação de marginalidade. Um tema que se reveste do maior interesse, tendo em conta que dos pareceres aprovados no decorrer da reunião consta um sobre a exploração sexual das crianças, a que a Comissão está a dar particular atenção.

Na reunião, em que para além de outras personalidades usaram da palavra a presidente da Comissão, Chistine Crawley, a presidente da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e do Comité Consultivo para o Acompanhamento de Oportunidades, Regina Tavares da

Silva e a presidente do Lobby das Mulheres, Ana Vale, o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, apresentou uma saudação em nome da Organização das Mulheres Comunistas.

Na sua intervenção, Sérgio Ribeiro chamou a atenção para alguns aspectos específicos respeitantes à situação da mulher portuguesa, realçando o facto de Portugal ter «um dos melhores quadros legislativos quanto à protecção das mulheres», que no entanto continua a não ter tradução prática.

O eurodeputado lembrou que Portugal é «um país periférico e economicamente atrasado, onde a taxa de analfabetismo atinge entre as mulheres uma percentagem considerada muito elevada, onde a precarização do trabalho e o desemprego são uma constante, onde a desigualdade no acesso a saídas profissionais valorizadoras

do trabalho constituem um quadro propício à criação de laços de dependência e desvalorização». Razões para que assuma particular importância o 3º Programa de acção comunitário sobre Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, da Comissão das Comunidades Europeias, bem como as iniciativas sobre a mesma matéria da própria Comissão dos Direitos da Mulher.

Para Sérgio Ribeiro, a igualdade de oportunidades, condição indispensável para a democratização e humanização da sociedade, implica «o direito ao trabalho, à formação profissional, o acesso à educação e à cultura, a possibilidade de informação, a criação de infra-estruturas sociais de apoio à família». Na sua intervenção, o deputado defendeu ainda a necessidade de dedicar especial atenção às formas de participação política das mulheres

na sociedade, com o intuito de minimizar a insuficiente presença das mulheres nos centros de decisão».

Mas todos estes aspectos, como sublinhou, exigem, naturalmente, «desenvolvimento económico, a melhoria do nível e da qualidade de vida e a real satisfação das necessidades da população». O que, sem lhes retirar importância, transcende os programas e projectos em curso. Por isso mesmo Sérgio Ribeiro se referiu à necessidade de um «reforço orçamental comunitário considerável» para prosseguir e desenvolver novos projectos de apoio às mulheres, bem como, «sem desvalorizar o papel dos parceiros sociais», a criação de «mecanismos de responsabilização dos Estados-membros em relação às acções empreendidas». Sendo claro - disse - que as políticas gerais têm importância e devem ser concertadas entre elas, tratando-se de aspectos da competência dos Governos e Parlamentos nacionais, não são de esquecer acções compensatórias dirigidas especificamente à redução das desigualdades existentes e que exigem uma intervenção activa dos órgãos institucionais de cada Estado-membro a par de todos os agentes da sociedade.

Pelo seu lado, garantiu, a Organização das Mulheres Comunistas em Portugal continuará, no seguimento das inúmeras iniciativas já realizadas, e como objectivo central do seu trabalho, a aprofundar o conhecimento sobre a situação das mulheres, nos seus anseios para uma mais ampla e dinâmica intervenção em defesa dos seus direitos.

Num próximo número, o «Avante!» tratará, mais desenvolvidamente, alguns dos temas debatidos.



## Ajuda a África

As contribuições dos Doze para o programa de urgência da CEE de apoio às populações mais afectadas pela fome em África vão ser aumentadas. A decisão foi tomada a semana passada, em Bruxelas, na reunião do Conselho de ministros, em resposta a uma proposta da Comissão Europeia de uma «contribuição bilateral adicional» dos Estados membros ao referido programa. Portugal vai participar com uma contribuição adicional de 40 mil contos para as populações de Angola e Moçambique afectadas pela fome.

Aprovado em 17 de Maio último, o programa de urgência destina-se às populações da África subsaariana, visando cobrir parte das necessidades alimentares (1,5 milhões de toneladas de cereais) ainda não satisfeitas pelas contribuições dos doadores internacionais. As organizações internacionais estimam em 31 milhões o número de pessoas afectadas pela fome em África, cujas necessidades alimentares se elevam a 4,5 milhões de toneladas de cereais.

## Força rápida multinacional

Os ministros da Defesa da Nato debateram a semana passada, em Bruxelas, planos para a constituição de uma «força rápida multinacional» composta por soldados europeus. Reunidos no âmbito do Eurogrupo - organismo da Aliança Atlântica cujo objectivo é promover o esforço de defesa dos países europeus - os ministros discutiram as novas estratégias a adoptar no seio da Nato. Uma questão desde já na agenda da próxima cimeira da Nato, em Outubro, que deverá igualmente analisar a nova estratégia da Aliança face às modificações registadas no Leste da Europa.

Portugal, representado pelo ministro da Defesa, Fernando Nogueira, assumiu entretanto a presidência rotativa do Eurogrupo. Fernando Nogueira já admitiu a participação portuguesa numa força rápida multinacional de intervenção no seio da Nato.

## Inflação

Em Abril último, Portugal continuava a ter a segunda maior inflação da CEE, 11,8 por cento, superior ao dobro da taxa média anual da Comunidade, informou o Eurostat (gabinete de estatísticas da CEE). Segundo os dados agora divulgados, a inflação anual portuguesa continua a ser apenas inferior à da Grécia, cuja taxa se situava em Abril nos 21,5 por cento. Na mesma altura, a taxa média de inflação anual da Comunidade era de 5 por cento, contra 5,4 por cento em Abril do ano passado.

O Eurostat assinala uma subida mensal sensível (mais de 0,6 por cento) do índice de preços para o conjunto dos Doze, entre Março e Abril últimos, que se deve a «acréscimos substanciais» dos preços na Grécia (3,4 por cento), no Reino Unido (1,3 por cento) e em Portugal (0,8 por cento). Nos restantes países também se registaram subidas de preços, mas todas abaixo dos 0,5 por cento, com excepção da Irlanda cujo índice (trimestral) só será conhecido no próximo mês.

## Falta de protagonismo

A Comissão do Parlamento Europeu para o Desenvolvimento e Cooperação, reunida a semana passada em Lisboa, lamentou a falta de protagonismo da Comunidade no processo de paz etíope. Em carta enviada ao presidente em exercício do Conselho Europeu, Georges Wolhart, o presidente da Comissão do PE para o Desenvolvimento e Cooperação, Henry Saby, deu conta do desacordo face ao apagamento das «responsabilidades da CEE, nomeadamente do seu Conselho executivo» para com o povo etíope, o que permite aos EUA substituir-se, mais uma vez, à CEE. Aquele responsável do PE considera «extremamente grave» e reveladora de «falta de visão e de ambição» esta perda de influência da Comunidade na região, ao mesmo tempo que salienta a falta de convergência de pontos de vista dos EUA e da CEE relativamente à questão etíope.

# CNA pede apoio à Comunidade

A situação da agricultura portuguesa e a falta de reconhecimento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pelo Governo português, quer a nível nacional quer a nível comunitário, foram alguns dos temas apresentados por uma delegação da CNA que recentemente se deslocou a Bruxelas para contactos com confederações congéneres e entidades responsáveis pela agricultura comunitária.

A delegação da CNA foi recebida pelo Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, Colino Salamanca, bem como por Herman Versteijlen, aessor do Comissário Mac Sharry, e por representantes da UDEF e da CPE.

Sobre o não reconhecimento da CNA pelo Governo português, sob o falso argumento de que só reconhecerá a Confederação quando esta estiver representada oficialmente nas instâncias comunitárias em Bruxelas, foi salientado o absurdo da situação, uma vez que é ao próprio Governo que cabe apresentar a CNA à CEE. Na prática, isto significa tão-só que o Governo não quer reconhecer a CNA.

Segundo um comunicado divulgado pela Confederação, «quer o sr. Colino Salamanca quer o sr. Versteijlen consideraram absurdos tais argumentos para impedir que a CNA, com a representação que tem entre os agricultores portugueses, designada-

mente a nível da agricultura familiar, não esteja representada em Bruxelas». Ainda de acordo com o mesmo comunicado, o Presidente da Comissão de Agricultura do PE comprometeu-se a «diligenciar junto do Governo português» para ultrapassar esta situação.

Entretanto, no encontro da CNA com a UDEF, esta confederação mostrou-se muito preocupada com o projecto da nova Política Agrícola Comum (PAC), já que considera que a mesma reduzirá para cerca de metade

os preços dos produtos agrícolas, ao mesmo tempo que os subsídios não compensarão a baixa de preços, o que levará «à falência da agricultura familiar e em particular das agriculturas mediterrânicas». Por seu lado, a CPE mostrou-se interessada em estreitar relações com a CNA, propondo desde já a participação da Confederação nas suas assembleias. O convite vai ser apreciado pela direcção da CNA, que entretanto se dispôs a dar o seu apoio à CPE na visita que esta coordenadora realizará em breve a Portugal.

# Poluição do Alviela no Parlamento Europeu

Os problemas ambientais provocados pela poluição dos rios Alviela e Nabão, no distrito de Santarém, vão na próxima semana ser dados a conhecer à Comunidade, em mais uma tentativa para pôr cobro a uma situação que já se transformou num verdadeiro escândalo nacional.

Por iniciativa do eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, responsáveis autárquicos das povoações afectadas vão até Estrasburgo, onde o PE reúne em sessão plenária, com o objectivo de conseguir sensibilizar os organismos comunitários

para a resolução do problema. Em causa está, em particular, o Alviela - ou melhor dizendo as causas que provocam a sua poluição - que de novo voltou a correr escuro e pestilento, constituindo um sério atentado para a saúde pública.

A poluição do Alviela e do Nabão é antiga. Como antiga é a incapacidade do Governo para lhe pôr cobro, não obstante as persistentes diligências dos responsáveis autárquicos e das populações afectadas. Segundo o Público, um despacho do secretário de Estado

do Ambiente, Macário Correia, à Direcção-Geral dos Recursos Naturais, solicita «toda a atenção e prioridade» para as questões relacionadas com o Alviela. Mas o facto é que o calendário para as obras de construção de um aterro sanitário, de um tanque de homogeneização e de colectores de esgotos não está a ser cumprido. E é de temer que, com a proximidade da campanha eleitoral, se venha a dar mais atenção às inaugurações de fachada de lançamentos de obras do que à efectiva resolução do problema.

# Pinochet Negócios de armas em Portugal

Para Pinochet, o ex-ditador chileno — responsável por uma violenta repressão, inúmeras mortes, a extensão da miséria e a liquidação das liberdades no Chile ao longo de 16 anos —, Portugal foi, durante alguns dias do passado mês de Maio, um centro de negócio de armas, nomeadamente no plano internacional.

O convite para visitar o nosso país parece ter partido do francês Jean Paul Douliard, que dirige a ITB (International Trade Business), empresa que representa os interesses da Indep no Chile e é uma sucursal da SGI, empresa suíça de armamento, e também associada à UMM. Douliard tem uma propriedade em Portugal onde se realizou a demonstração dos jeeps da UMM.

Em Portugal, Pinochet terá desenvolvido contactos com a UMM, Indep, Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, Spel, Central e LNETI.

Tudo indica que ficou fechado o negócio dos 200 jeeps e se caminha para uma joint-venture luso-

-chilena de fabrico de armamentos.

Paralelamente, o nosso país funcionou como placa giratória de contactos internacionais — a partir daqui deslocou-se a Londres, encontrou-se cá com empresários de armamento marroquinos e suíços e com uma delegação francesa composta por elementos ligados à produção de mísseis Exocet e às empresas Maga, Giat, Hoga e Aérospatiale.

A vinda de Pinochet a Portugal gerou naturalmente protestos, sem que entretanto a nível oficial tenha sido tomada qualquer posição. Os protestos foram afirmados pelo PCP, UDP, PSR, URAP, CGTP-IN, Associação 25 de Abril, Associação «Amar o Tejo, Viver a Paz» e Sindicato dos Jornalistas.

A gravidade da posição — ou falta de posição — do governo português fica particularmente realçada pelas dificuldades que Pinochet encontrou noutros países.

Em Inglaterra, teve que se contentar com uma viagem-relâmpago a Londres, de 7 horas, onde teve con-

tactos com a British Aerospace e Royal Ordnance, subsidiária da primeira, e que está a desenvolver, conjuntamente com o Chile, motores para mísseis.

À sua chegada foi recebido com manifestações de protesto no aeroporto, e os trabalhistas acusaram o governo britânico por não ter proibido a viagem, apelando, simultaneamente, a que não sejam vendidas armas ao Chile enquanto Pinochet for responsável pelas FFAA.

A visita à África do Sul foi cancelada, na sequência dos protestos dos sindicatos, do ANC e do Partido Comunista Sul-Africano, tendo as autoridades afirmado não estar em condições de dar garantias de segurança.

Outros países terão igualmente negado garantias de segurança.

Esta digressão internacional do antigo ditador, que hoje se mantém ainda no comando das Forças Armadas chilenas, testemunha das contradições e da complexidade do processo de transição para a democra-

cia, e reflecte as pretensões de Pinochet a manter um papel político activo, em confronto com o actual governo do Chile

A viagem de Pinochet é anunciada no próprio dia do regresso do presidente Aylwin, que recentemente visitou vários países da Europa, e tinha como ponto principal a África do Sul (cuja visita significativamente acabou por não se concretizar), país em relação ao qual Aylwin tinha declarado o boicote relativamente à compra de armas.

As suas declarações no estrangeiro, negando nomeadamente a prática de tortura nos tempos da ditadura, levaram mesmo a uma chamada de atenção por parte do Ministério da Defesa do Chile, lembrando a proibição absoluta dos militares fazerem em público referências a temas políticos.

Sintoma de uma situação política cheia de ambiguidades, onde a justiça continua por fazer — um obstáculo de monta à plena instauração da democracia.

## PCP saúda 70.º aniversário do PC do Canadá

No 70.º aniversário do Partido Comunista do Canadá, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Canadá a seguinte mensagem:

«Queridos Camaradas,

Por ocasião da comemoração do 70.º aniversário do Partido Comunista do Canadá, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos calorosas e fraternais saudações.

Nos 70 anos de vida e de luta do PCC, o PCP valoriza o seu destacado papel na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo do Canadá e a sua acção consequente pelo progresso e a justiça social, pela paz, pela solidariedade internacional dos trabalhadores e dos povos.

Em Portugal, o PCP, que também comemorou em Março último o seu 70.º aniversário, prossegue a sua luta em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, por

uma alternativa democrática à política do governo reaccionário actual, pelo progresso social e a paz, com profunda confiança nos valores e ideais do socialismo.

Perante a evolução negativa verificada nos últimos anos na situação internacional, o PCP considera que o caminho para a contrariar no imediato e inverter no futuro é o prosseguimento da luta dos comunistas, dos trabalhadores, das forças progressistas, em defesa da justiça social, da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo. Neste sentido, consideramos da mais alta importância a cooperação entre os partidos comunistas assim como entre todas as forças do progresso social e da paz.

Fazendo sinceros votos pelo sucesso da vossa luta, manifestamos o nosso empenho em manter e reforçar os laços de amizade entre os nossos dois partidos, no interesse dos povos e dos nossos países.»

## PC Martiniquenho Saudação ao 10.º Congresso

Por ocasião do 10.º Congresso do Partido Comunista Martiniquenho, que decorreu a 1 e 2 de Junho, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Martiniquenho a saudação que transcrevemos.

«Queridos Camaradas,

Por ocasião do 10.º Congresso do Partido Comunista Martiniquenho, o Comité Central do Partido Comunista Português envia calorosas saudações aos seus delegados e, por seu intermédio, a todos os comunistas martiniquenhos, com os nossos melhores votos de sucesso para os seus trabalhos.

Saudando os 70 anos de vida e de luta do PCM, o PCP valoriza o seu destacado papel ao serviço da classe operária e do povo da Martinica, a sua acção pela mais larga união das forças políticas da esquerda martiniquenha, pela Autonomia Democrática e Popular, na perspectiva da independência e do socialismo.

Em Portugal, o PCP prossegue a sua luta em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, por uma alternativa democrática à política do governo reaccionário actual, pelo progresso social e a paz, com profunda confiança nos valores e ideais do socialismo.

No seu XIII Congresso, em Maio de 1990, o PCP, aberto à vida e atento aos novos fenómenos, reafirmou as características fundamentais da sua identidade, o ideal comunista, a natureza de classe, o marxismo-leninismo como teoria intrinsecamente dialéctica e antidogmática, o centralismo democrático que valoriza tanto o colectivo como o indivíduo, e assegura as condições para a efectiva unidade do Partido.

Na presente situação internacional, em que avultam novas manifestações de agressividade do imperialismo e novas ameaças para a paz e o progresso dos povos, os factos comprovam dia a dia que o capitalismo não mudou a sua natureza exploradora e opressora e que a solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo e o movimento comunista internacional correspondem a necessidades objectivas da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Solidários com a justa luta dos comunistas e do povo da Martinica, manifestamos o nosso empenho em manter e reforçar os laços de amizade entre os nossos dois partidos, nos interesses dos nossos povos e dos nossos países.



«Aquilo que fizemos foi seguramente mais do que tudo aquilo que deixámos por fazer» — palavras de Pinochet em entrevista ao «Semanário». E se a obra tivesse sido acabada?

## Chile

# Perigos para a democracia

Em comentário ao «Semanário» sobre o período em que governou o Chile, afirmou Pinochet: «aquilo que fizemos foi seguramente mais do que tudo aquilo que deixámos por fazer».

A herança dos tempos da ditadura fala por si. Não apenas pelo número de vítimas — mortos, torturados, desaparecidos — que provocou, pelas vidas amputadas e as liberdades negadas ao longo de mais de uma década e meia. Também, e paralelamente, pela gravíssima situação social que

ainda hoje se vive no Chile, e que leva a CUT (Central Unitária dos Trabalhadores) a exigir o «pagamento da enorme dívida social acumulada».

Concretamente, numa população de 13 milhões de pessoas, seis milhões vivem na pobreza ou com salários de miséria — quase metade da população! Uma situação tanto mais dramática quanto simultaneamente o sistema de protecção social foi desmantelado.

Uma realidade que exige, de par da democracia política, democracia também

no plano social.

Em recente entrevista ao jornal «Voz», do Partido Comunista da Colômbia, o dirigente comunista chileno Jorge Ramirez sublinha: «A mudança democrática implica, antes do mais, desenvolver elementos de justiça social que impõem substanciais mudanças em relação ao modelo neo-liberal que o pinochetismo conseguiu implantar a sangue e fogo e que o actual governo mantém na sua essência, criando o desespero entre a população, no que se refere às suas condições de vida».

Entretanto, o grande perigo que hoje se mantém é de, ao não avançar, tanto em termos sociais quanto políticos, na afirmação da democracia, se fazer perigar o próprio processo de democratização. E, ainda nas palavras de Ramirez, «que se imponha uma espécie de impunidade, o que implica um alto risco para um verdadeiro processo de transição para a democracia». E o perigo maior — a força que Pinochet ainda detém, relativizada embora, como esta sua digressão testemunhou.

## Angola

## Assinados acordos de paz

«Não basta lançar a semente da árvore da paz. Não basta que a semente brote. É preciso cuidar desta árvore para que cresça e dê frutos para o povo angolano», sublinhou José Eduardo dos Santos, após a assinatura dos acordos de paz, no passado dia 31 de Maio, em Lisboa.

O presidente angolano, que apelou ao apoio da comunidade internacional para «construir o futuro» do país, afirmou também que os acordos de paz agora assinados constituem o «início de uma nova era de paz e concórdia em Angola» e põem fim a 30 anos de «dor, privação e luto numa guerra cruel e devastadora».

Na ocasião, Eduardo dos Santos prestou homenagem «aos que sacrificaram a vida para que o país ficasse inteiro, e a dignidade e a independência de Angola fossem preservadas».

No plano internacional, o presidente angolano regozijou-se com a independência da Namíbia e com os progressos alcançados na África do

Sul para o fim do apartheid, manifestando ainda a esperança de que não tarde a resolução dos problemas de Moçambique.

Na sequência da assinatura dos acordos de paz, o governo angolano realça, em comunicado, o seu significado, como uma «vitória de todo o povo» e lembra que a guerra provocou «mais de 300 000 mortos, 500 000 deslocados e refugiados, perto de 100 000 estropiados».

Entretanto, sublinha o comunicado do governo, «o incremento da luta política e ideológica que se avizinha não pode constituir razão para a intolerância, a insegurança e a perturbação do nosso quotidiano». «A luta política será tanto mais profunda e rica quanto maior for o clima de paz e tranquilidade», afirma-se no documento, informando ainda que o governo vai «desenvolver esforços a fim de obter, a nível internacional, a ajuda financeira e o auxílio material necessários para a reintegração dos milhares de muti-

lados e desmobilizados das forças armadas».

Recorde-se que os quatro documentos assinados em Lisboa incluem: o «acordo de princípios políticos para a instauração da paz em Angola», o «documento de Washington», o «acordo de cessar-fogo» e o «protocolo do Estoril».

De acordo com os princípios fundamentais agora ratificados, a Unita reconhece o governo angolano e o presidente José Eduardo dos Santos, sendo simultaneamente reconhecido o seu direito a funcionar como partido político, no novo quadro multipartidário.

Eleições livres, fiscalizadas por observadores internacionais, decorrerão no período já definido, em Setembro ou Outubro de 1992. É garantido o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, incluindo o direito à livre associação.

É garantido o processo de criação do exército nacional angolano, entre a data formal

do cessar-fogo e a data das eleições.

As perspectivas imediatas da evolução política do país, foram grosso modo definidas pelo presidente José Eduardo dos Santos em conferência de imprensa no palácio presidencial de Fungo, posterior à assinatura dos acordos de paz.

Até às eleições, disse o presidente, o governo angolano colaborará «no âmbito das comissões constituídas para que o cessar-fogo se consolide, haja paz e estabilidade», como primeiro passo.

De seguida, afirmou, haverá que reajustar os programas (de governo) para que a administração central se possa estender a todo o território e reabilitar as infra-estruturas.

O terceiro passo da acção governamental será «promover um debate à volta das questões constitucionais para criar as condições para que possam ter lugar as eleições multipartidárias» conforme previsto, entre Setembro e Novembro de 1992.

## «L'ETINCELLE»

Pelo aniversário de «L'Etincelle», o CC do Partido Comunista Português enviou ao CC do Partido Comunista Guadalupeano, a seguinte mensagem:

«Queridos camaradas,

«Por ocasião das celebrações do 47.º aniversário de «L'Etincelle», órgão central do Partido Comunista Guadalupeano, saudamos todos os camaradas que a ele consagram os seus esforços e, por seu intermédio, todos os militantes do vosso Partido.

«Valorizando o destacado papel do vosso jornal no desenvolvimento da luta dos trabalhadores e do povo guadalupeano pelo direito à autodeterminação, luta que acompanhamos com espírito solidário e à qual desejamos o maior sucesso, manifestamos o nosso desejo de manter e reforçar as relações entre o PCG e o PCP, no interesse dos nossos partidos e dos nossos povos.»

## ETIÓPIA INSTÁVEL

A situação no país continua instável, sucedendo-se explosões em depósitos de armas em zonas próximas de Addis Abeba, de que resultaram entre tanto centenas de mortos.

Mantém-se o clima de tensão, em particular depois de as forças que tomaram o poder na Etiópia, terça-feira passada, terem disparado sobre milhares de manifestantes, matando pelo menos nove e ferindo um número indeterminado.

Os manifestantes protestavam contra a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), que ocupa interinamente o poder, e contra os Estados Unidos.

Recorde-se que a entrada das forças rebeldes na capital etíope se dá depois de o governo etíope, chefiado pelo general Tesfaye Dinka, ter ordenado o cessar-fogo, «no interesse do êxito das negociações de Londres», e poucas horas depois de Cohen, chefe da mediação norte-americana nos conversações de Londres, ter anunciado esse cessar-fogo, acrescentando que Washington recomendava às forças da FDRPE que entrassem em Addis Abeba.

Actualmente a FDRPE afirma pretender «reunificar o país segundo a livre vontade popular», mas diversas forças políticas manifestam dúvidas e incertezas quanto ao futuro da Etiópia.

## OUA

Os chefes de Estado dos países membros da Organização de Unidade Africana (OUA), presentes na 27.ª reunião da organização, assinaram o tratado que cria a Comunidade Económica Africana (CEA).

Múltiplos são os temas entretanto em debate nesta reunião, que decorre em Abuja, a nova capital federal da Nigéria, com destaque para a situação na África do Sul.

Na sessão inaugural, Ibrahim Babangida, novo presidente da OUA e da Nigéria, pediu ao presidente sul-africano que revogue as últimas leis segregacionistas e permita a subida ao poder de elementos da maioria negra do país.

O presidente da OUA apelou igualmente aos dirigentes do ANC, do PAC e do Partido Inkata, para se unirem em torno de uma frente comum «para proteger as massas indefesas» e defendeu a realização de uma reunião entre todas as forças políticas sul-africanas.

## COLONOS EM GAZA

O ministério da Habitação israelita iniciou a construção de 2000 novas habitações nos territórios da faixa de Gaza ocupada para quadruplicar o número de colonos, disseram dois deputados israelitas — Daddy Tzucker e Ham Oron —, denunciando que o objectivo «do ministro da Habitação, Ariel Sharon, é o de impedir a retirada israelita da faixa de Gaza multiplicando os factos consumados».

Na Cisjordânia ocupada o ministério da Habitação prevê construir 13 mil novas casas nos próximos dois anos, o que permitirá aumentar em 50 por cento o número dos colonos instalados neste território, actualmente de 90 mil.

## GREVE NA GRÉCIA

Depois de dez dias de paragens em vários sectores laborais, realizou-se na Grécia uma greve nacional de 24 horas, para protestar contra a política de austeridade do governo.

O movimento grevista afectou os bancos, a companhia de electricidade, os autocarros para o interior, os serviços telefónicos e a companhia aérea «Olimpio Airways», entre outros sectores.

Para além de protestarem contra uma política económica que levou o país a um inflação de 19 por cento no primeiro trimestre de 1990, e um aumento de 8 por cento do desemprego, os trabalhadores pedem a criação de novos postos de trabalho, um acordo colectivo satisfatório, protecção contra o desemprego e medidas contra os contratos de trabalho ilegais.

## Mediterrâneo

## Contradições no «Relatório Martinez»

A guerra do Golfo colocou com ainda maior acuidade a necessidade de garantir a paz no Mediterrâneo, o que passa quer pela questão fulcral dos palestinianos, quer pela óbvia necessidade de viabilizar um processo de desenvolvimento económico e social que reduza os desequilíbrios entre os Estados da região.

Intervindo na Assembleia da UEO, a propósito

do «Relatório Martinez», em que realça aspectos positivos, o camarada Rogério de Brito chama a atenção para as insuficiências e graves omissões, numa intervenção que aqui parcialmente reproduzimos.

«Em contradição com o anúncio da iniciativa do Presidente Bush para lutar contra a proliferação dos armamentos no Médio Oriente, os EUA estão a instalar arsenais e equipamentos militares sobre o terri-

tório israelita, sendo previsível a sua instalação noutros países, denominados «amigos» (o Iraque também foi considerado um país amigo...).

«Contraditório é igualmente o fornecimento de aviões FIS e outros equipamentos e tecnologias de produção militar a Israel, ao mesmo tempo que este Estado prossegue a sua política de implantação nos territórios ocupados, à revelia das Resoluções do

Conselho de Segurança das Nações Unidas e recusando a realização de uma Conferência para a paz e segurança sob a égide das Nações Unidas.

«Não se afigura que a situação no Médio Oriente, tal como tem estado a evoluir, concorra para a paz e a estabilidade na região, para o estabelecimento de bases de confiança e cooperação e para o entendimento internacional quanto à necessidade de assumir, sem reservas e sem excepções, uma política de contenção e redução de armamentos e do seu comércio.

«Preocupa-nos que as crescentes interdependências possam constituir justificação para procurar legitimar ingerências políticas e militares. Preocupa-nos a facilidade com que se fala na constituição de forças militares de intervenção para agirem fora da área dos Estados-membros e com que se enunciam vulnerabilidades da Europa e, por via destes argumentos, se procura legitimar uma política intervencionista, que ameaça comprometer as possibilidades de uma paz assumida e não imposta, condição indispensável para a estabilidade e segurança da região e da própria Europa».



Nada indica que uma verdadeira paz esteja a ser construída no Médio Oriente. A questão palestiniana arrasta-se, mobilizando sucessivas gerações pelo direito a uma pátria, direito que continua a ser negado.

Tribunal de Opinião acusa Governo

# Calamidade pública na Linha de Sintra

O réu não estava lá mas foi julgado à revelia, tendo a deliberação do Tribunal decidido «condenar a CP — Caminhos de Ferro Portugueses — e o Governo, solidariamente, como responsáveis directos pela maioria das mortes, por negligência, referidas no libelo acusatório», e que têm ocorrido às dezenas na famigerada Linha de Sintra. Falamos do Tribunal de Opinião Pública que se reuniu no passado domingo no salão dos bombeiros de Queluz em acto simbólico que visou «julgar e avaliar as condições de transporte» neste importante eixo ferroviário, onde diariamente circulam 240 000 pessoas.

A iniciativa partiu da Comissão de Utentes da Linha de Sintra (constituída a 25 de Janeiro do ano passado, na sequência do corte da via na estação de Queluz), e inseriu-se num variado conjunto de actividades com o objectivo de sensibilizar entidades, organismos, os próprios utentes e o público em geral para a degradante e perigosa situação que todos os dias se vive e todos os anos se agrava no transporte de passageiros desta linha ferroviária que serve a Grande Lisboa.

O Tribunal teve como objectivo expresso o «julgamento da violação de direitos fundamentais dos utentes da Linha de Sintra» e foi constituído por um colectivo de três juizes (três juristas), um Júri de 15 membros e advogados de



O Tribunal de Opinião Pública sobre a Linha de Sintra contou sempre com uma numerosa e atenta assistência



acusação e defesa, testemunhando numerosos utentes e vítimas.

Os testemunhos constituíram um dos pontos altos deste Tribunal de Opinião, com o desfilar de mais de uma dezena de intervenções relatando experiências amargas e acontecimentos brutais que a sempre numerosa assistência acompanhava, às vezes com comovida atenção. Foi o caso da primeira intervenção, feita pela sr.<sup>a</sup> D. Belmira de Carvalho Fernandes a relatar a morte do filho de 17 anos no túnel do Rossio, num acidente que mais de um ano depois continua obscuro e sob interrogações a que, chocantemente, ninguém responde, desde a CP à investigação da Polícia Judiciária passando pelo Ministério da tutela, nomeadamente sobre a razão por que o comboio seguiu a sua marcha após escassos minu-

dante identificação que levava consigo (era aluno do Colégio Militar), ou ainda a identificação da composição e do maquinista protagonistas do acidente.

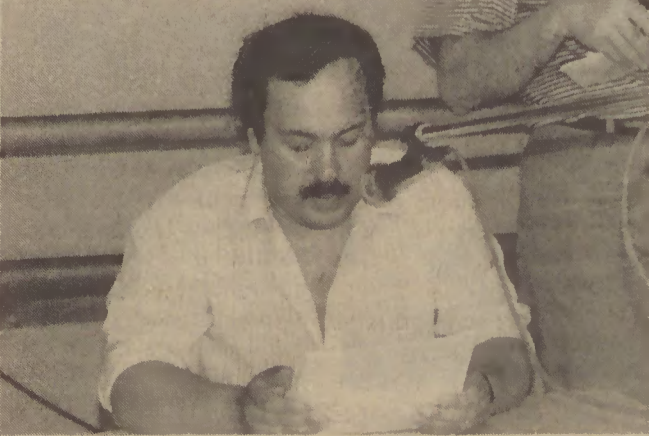
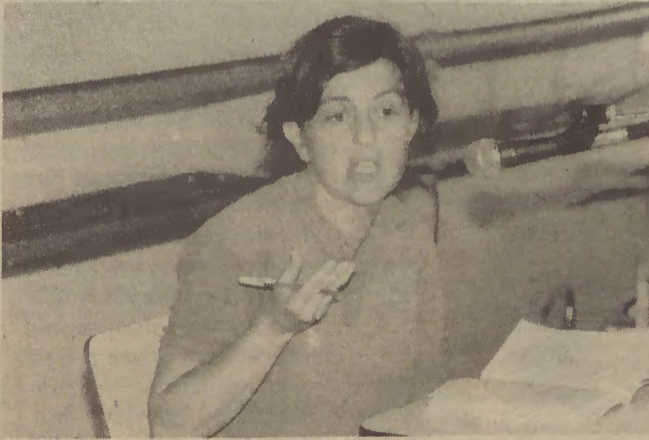
Outros testemunhos deram conta de situações absurdas como a não adopção de uma simples agulha em Campolide, que melhoraria substancialmente o tráfego e até hoje não foi concretizada por entraves burocráticos, ou de demagogias desenfreadas como a promessa de introdução do Controlo Automático de Velocidades feito após o grave acidente da Cruz da Pedra pelo ministro da tutela e que, mais de um ano depois, continua por cumprir, enquanto se acusava directamente o PSD, por estar há 12 anos à frente da CP e nada ter feito, nem sequer para cumprir as numerosas promessas feitas ao longo do tempo e, inevita-



tos de paragem provocada pelo funcionamento do sinal de alarme sem que alguém fosse averiguar o que se passara (o jovem caíra através das portas abertas da carruagem superlotada), ou por que a família só foi avisada do acidente 10 horas depois, apesar da abun-

velmente, após cada acidente grave.

Definindo a linha de Sintra como a mais desprezada das geralmente desprezadas linhas ferroviárias nacionais, denunciou-se o facto de o Governo estar apenas a atender a linha do Norte e as que têm ligação directa



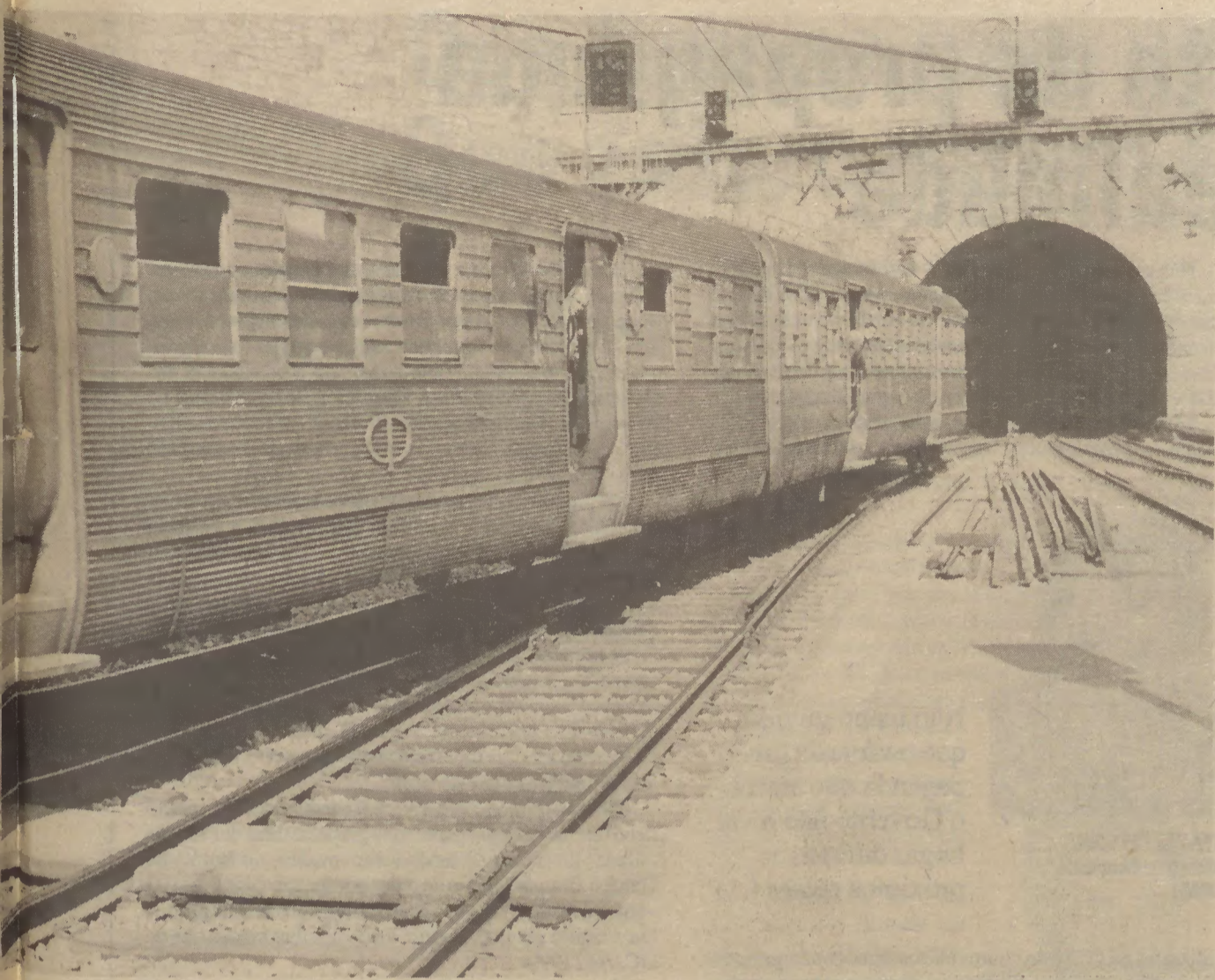
Houve mais de uma dezena de depoimentos prestados ao Tribunal

## Condenação

O Tribunal de Opinião Pública sobre a Linha de Sintra, na decisão da sentença proferida, foi particularmente duro na responsabilização da CP — Caminhos de Ferro Portugueses — e do Governo, condenando-os, «solidariamente, como responsáveis directos pela maioria das mortes, por negligência», referidas no libelo acusatório, denunciando publicamente «a total inaptidão da CP para prestar o serviço público de transporte ferroviário na Linha de Sintra», responsabilizando o Governo «pela autodemissão das obrigações de zelar pelo cumprimento das disposições legais» relativas à defesa do interesse público, condenando o Governo por inépcia e paralisia legislativa.

Finalmente declarou «a ferrovia de Sintra em estado de calamidade pública, porquanto o material quer fixo, quer circulante, se encontra em estado completamente obsoleto, que tem vindo a pôr em perigo a vida e saúde dos milhões de utentes que a utilizam», condenando ainda «o Governo português a tomar medidas urgentes para pôr cobro à situação descrita» no Tribunal.





A insegurança com que se viaja na Linha de Sintra está bem patente na composição acima, a entrar no túnel do Rossio com as portas abertas, ou nas passagens de nível sem qualquer segurança, como a de Queluz, na foto da esquerda, em baixo. A Comissão de Utentes (na foto a dar uma conferência de Imprensa, em pleno Rossio, faz agora um ano) foi a resposta popular ao escândalo, que já mobilizou muitos cidadãos na luta contra esta gravíssima situação

com o estrangeiro, enquanto por cada 1000 contos investidos, por exemplo, na Linha do Estoril (ela própria com muitas carências), só 60 têm sido investidos na Linha de Sintra, onde o material circulante tem 30 anos, tudo está obsoleto e não existem as mais elementares medidas de segurança, desde portas automáticas a passagens desniveladas, controlo de velocidade ou capacidade de lotação minimamente adequada às necessidades.

Dezenas de mortos nos últimos anos — a ponto de se ter banalizado a notícia de mais um acidente mortal

— desgaste, risco, desconforto e insegurança crescentes, constituem o trágico perfil da Linha de Sintra, que um elemento da Comissão de Trabalhadores da CP atribuiu à situação de pré-coloquio que a empresa vive, devido a gestões desastrosas e deliberado desprezo do poder central, certamente interessado em também privatizar este sector (mas, certamente, apenas nos segmentos rentáveis...). Entretanto continua a morrer-se na Linha de Sintra a um ritmo que a transformou já, como também se disse no Tribunal, num caso de calamidade pública.



A Defesa e a Acusação entrevistaram bastante — e havia, de facto, muito que fazer...



A sra. D. Belmira de Carvalho Fernandes, mãe de um jovem de 17 anos vitimado mortalmente no túnel do Rossio, prestou um dos mais dramáticos testemunhos ao Tribunal

## Um libelo aterrador

É longo e grave o libelo acusatório apresentado contra a CP e o Governo pelo Tribunal de Opinião Pública sobre a Linha de Sintra — tão grave que basta respigar alguns excertos para se ficar elucidado. E passamos a citar.

(...) «Apesar das acções de sensibilização e denúncia levadas a cabo pela Comissão de Utentes da Linha de Sintra, desde Janeiro de 1990, acções que têm contado com o apoio da generalidade dos órgãos de comunicação social, a CP e o Ministério da tutela não tomaram as medidas de fundo que se impõem para corrigir esta dramática situação. (...)

O material circulante é o mais antigo da empresa e há quinze anos que deveria ter sido abatido. Verificamos: não há sistema automático de fecho de portas com controlo único; não há extintores contra incêndio; há sinais de alarme inoperativos; o chão das carruagens tem buracos; as coberturas estão deterioradas, chovendo sobre os utentes; o sistema de frenagem é deficiente; não há um serviço de pronto socorro munido de comunicações, tipo telemóvel, etc., etc.

A Linha ferroviária de Sintra está totalmente desajustada às características dum transporte suburbano e verificamos, quanto a falta de segurança, passagens de nível à face, sem guardas, sem sinais luminosos e sonoros e sem cancelas; falta de vedações ao longo da via de modo a impedir a passagem dos peões e utentes de veículos de duas rodas; existência de plataformas desniveladas em relação às portas dos comboios, constituindo barreiras de acesso, particularmente, para crianças, deficientes e idosos. Afastamento das portas das carruagens em relação à

plataforma das estações, provocando quedas dos utentes para a linha, etc.

Além de atrasos e avarias frequentes, falta de higiene das carruagens e de segurança dos utentes, o libelo explicita também a degradação das relações humanas e familiares provocada pela violência e brutalidade a que as 250 000 pessoas que utilizam a Linha de Sintra são diariamente sujeitas. E no 11.º ponto do libelo, sob a designação «Homicídio por negligência», o libelo chega a ser aterrador. Transcrevemo-lo na íntegra:

No ano de 1988 — 78 mortos, sendo 27 por queda, segundo o Director da Linha de Sintra.

No ano de 1989, morreram 63 pessoas e 264 ficaram feridas, também segundo o Director da Linha de Sintra.

No ano de 1990, a Comissão desconhece o número de mortos, embora tenha feito as diligências necessárias para obter os números exactos.

A Comissão de Utentes, por informação de jornais e comunicação social, recenseou 16 mortos.

— Falta de informação aos familiares em caso de sinistro. No caso do José Carlos Fernandes Gonçalves, ocorrido em Junho/89, pelas 9 horas, a mãe só foi informada pelas 18 e 15 horas (doc. 1/89).

Instauração de pseudo-inquéritos que conduzem sempre à conclusão da não responsabilidade da CP pelos factos verificados ou atribuição dos mesmos a falha humana, como p. ex. no caso do acidente da Cruz da Pedra em Maio de 90, com o ministro a adiantar-se à própria Comissão de Inquérito ao declarar haver falha humana, quando a referida comissão nem sequer tinha começado o inquérito.

# Do manto da propaganda à nua realidade

Cavaco Silva apareceu-nos recentemente no seu fiel telejornal da RTP com um argumento «arrasador», alegadamente comprovativo da «impressionante» evolução do nosso país nos últimos anos: um (não identificado) jornal norte-americano teria dado notícias sobre Portugal durante 3 dias seguidos!

Perante este facto, e na opinião do ainda Primeiro-Ministro, não há argumentos. Se um jornal da terra do TIO SAM noticia Portugal durante 3-dias-3, é porque Portugal é um país determinante na cena mundial, é um país com um nível de desenvolvimento incomparável a nível mundial. E tudo isto por obra e graça do Governo de Cavaco Silva!

Repare-se, a propósito, que Cavaco Silva não se preocupou, sequer, em identificar o jornal (o que aliás me parece de somenos importância), como olvidou quais as razões das referências a Portugal - o que, indubitavelmente, já poderia ter alguma relevância. Terá sido na sequência da recente visita do Papa? Ficou a dever-se a alguma passagem por Portugal de um qualquer subsecretário de Estado norte-americano? As referências a Portugal teriam sido mais ou menos «fortuitas», relacionando-se com as conversações sobre Angola? Ter-se-á escrito sobre a grave situação do Vale do Ave, as zonas de pobreza, ou sobre o trabalho infantil? Ou ter-se-ia escrito sobre as exigências dos EUA em relação à Base das Lajes?

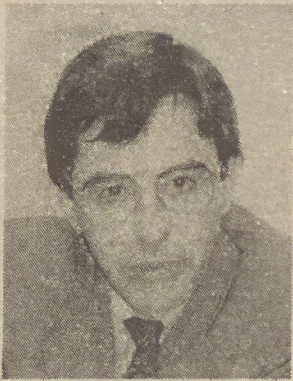
Cavaco Silva considerou que estas questões (óbvias) careciam de qualquer significado útil.

Para ele, o sentido útil das suas próprias declarações resumia-se, unicamente, a arrasar os portugueses (que ele considera serem todos incautos) com o peso do «interesse» revelado por um órgão de comunicação social da terra da toda-poderosa e permanentemente reverenciada (por ele e pelo seu partido) América do Norte. Perante tal facto, quaisquer críticas do PCP, ou de qualquer outro partido da oposição à política do seu Governo careceriam de qualquer credibilidade! Se o Governo de Cavaco Silva fosse passível de qualquer crítica, ou se o Primeiro-Ministro não fosse o dito cujo, certamente que nenhum jornal dos EUA se referiria a Portugal!

Esta declaração de Cavaco Silva, em si mesma tão irrelevante quanto ridícula, não mereceria qualquer comentário se não se integrasse, como integra, numa linha de orientação da campanha pré-eleitoral do Governo e do PSD, que se transformou numa verdadeira obsessão de Cavaco Silva: a propaganda pura e simples, assente nas falsidades e nas meias-verdades, na demagogia eleitoralista com o objectivo fundamental de desviar a atenção dos portugueses dos múltiplos problemas que afectam o País real e que, esses sim, exigiam uma declaração concreta e frontal do Primeiro-Ministro.

Não tenho dúvidas que o vírus da propaganda que atacou o Governo não o vai largar durante os próximos meses. Pelo contrário, os seus efeitos ir-se-ão acentuando com o aproximar das eleições de Outubro, tanto mais quanto o vírus (maligno) é sustentado pela completa submissão da RDP e RTP, entre outros órgãos da comunicação social.

Mas tal situação de facto, resultante da actuação crescentemente antidemocrática do Governo, exige de nós, dos



**OCTÁVIO TEIXEIRA**  
Membro da Comissão  
Política

Não tenho dúvidas que o vírus da propaganda que atacou o Governo não o vai largar durante os próximos meses (...)

militantes do PCP e de muitos outros democratas que integram e apoiam a CDU, um redobrar de esforços e persistência na apresentação e discussão pública dos factos e problemas que diariamente se colocam a largas camadas da população, e que têm a ver com o presente e o futuro de Portugal. O que verdadeiramente interessa ao País, é saber das justas razões que levaram agricultores portugueses a manifestarem-se no Terreiro do Paço, exigindo a garantia de escoamento do vinho por eles produzido, escoamento esse que está posto em causa pela liberalização das importações de vinho espanhol. Conhecer das razões, e dar-lhes a correcta solução.

Importa discutir que políticas do Governo provocaram a diminuição real das exportações portuguesas no 1º trimestre do ano corrente, enquanto as importações continuam a aumentar e o défice da balança comercial registou um novo agravamento (de 25% em termos nominais). Mostrar e acentuar a gravidade e o significado desta evolução, tanto mais quanto é certo que o aumento das importações se verifica nos bens de consumo, já que as dos bens intermédios (destinados à incorporação na produção nacional) e as de bens de equipamento (necessários ao investimento) diminuíram em termos reais.

Temos de ser nós a denunciar um Governo que negociou a evolução salarial dos professores dos nossos filhos, e que agora se recusa a pagar-lhes os salários que acordou. Que o recentemente divulgado relatório do Banco de Portugal mostra que, pelo 5º ano consecutivo na vigência dos Governos de Cavaco Silva, a participação dos salários no Rendimento Nacional voltou a diminuir em 1990, enquanto que os lucros das empresas continuaram a aumentar o seu peso relativo.

Do mesmo modo que nos devemos empenhar em tomar conhecida e descodificar a afirmação do relatório do BP de os números do emprego «poderem estar a sobrestimar o crescimento da utilização efectiva do factor trabalho na economia». É que, conforme o mostram de forma clara elementos recentes do INE e do Departamento Central de Planeamento (que o Governo procura não divulgar publicamente), o «crescimento do emprego» divulgado pelo Governo esconde situações que não são emprego (cursos de formação profissional) e que os «postos de trabalho» criados são fundamentalmente a tempo parcial, o recurso a «biscates» para sobreviver, etc.

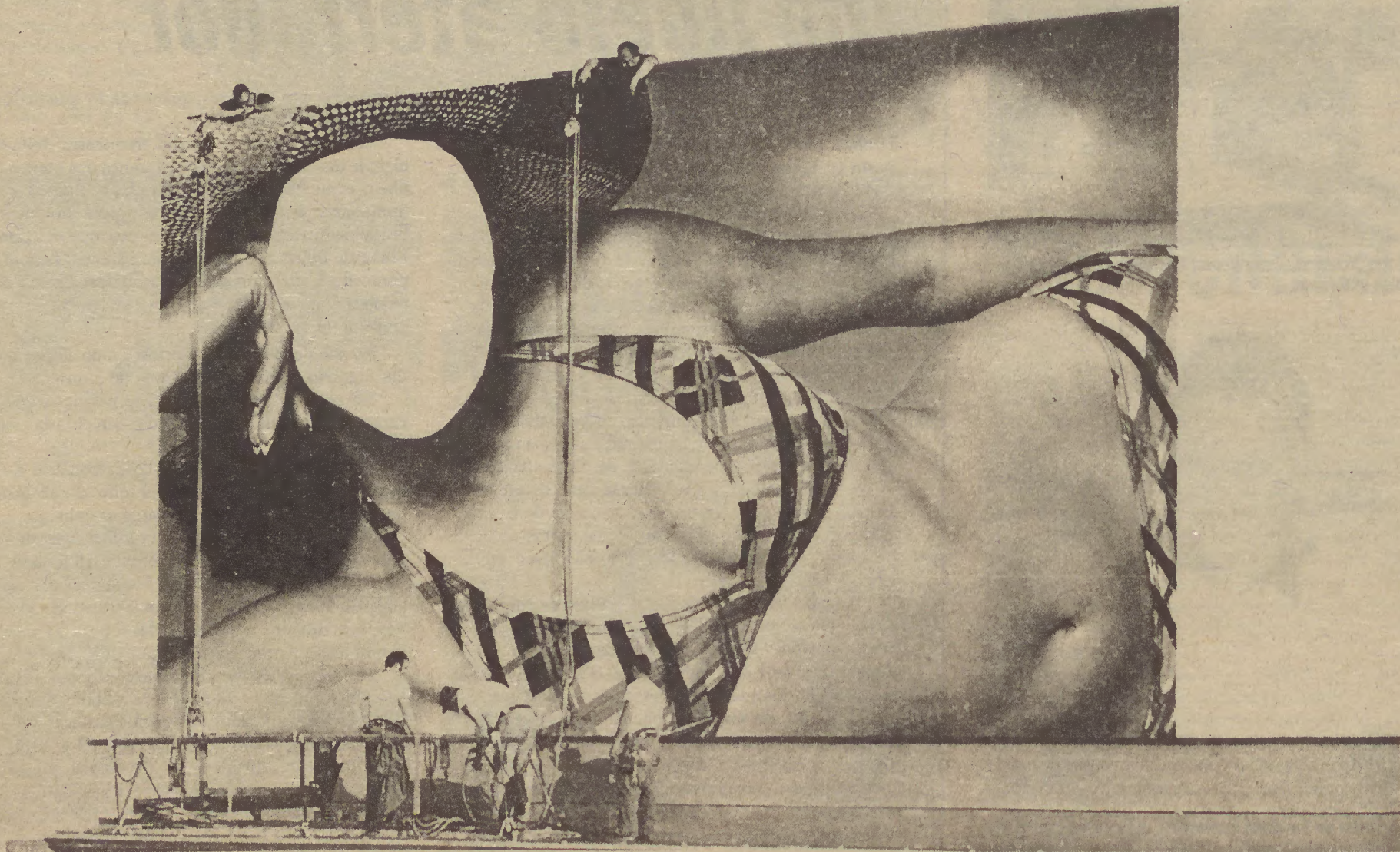
Do mesmo modo que devemos chamar a atenção para o risco real de Portugal poder vir a perder muitas dezenas de milhões de contos de fundos comunitários no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, por incapacidade do Governo em promover as acções e obras a que se comprometeu. Como o mostra o relatório oficial sobre a execução do QCA em 1990.

Assim como se torna imperioso mostrar que a taxa de evolução do investimento produtivo sofreu nos dois últimos anos uma queda brutal para os 6%, o que só por si é demonstrativo que a capacidade produtiva nacional não está a ser suficientemente reforçada e modernizada para poder enfrentar o próximo futuro com um mínimo de risco e de confiança. E que as mais-valias geradas no sector directamente produtivo estão a ser apropriadas pelo sector financeiro, através de incomportáveis taxas de juro, pondo em causa a sobrevivência de muitas pequenas e médias empresas e dos agricultores portugueses, reduzindo a base produtiva nacional que o interesse dos portugueses exigia fosse alargada.

Afinal, temos de ser nós a combater frontalmente a estratégia de Cavaco Silva e do PSD de cobrir a realidade da vida nacional com o manto alaranjado da fantasiosa e depudorada propaganda governamental.

A situação que se vive nos grandes órgãos da comunicação social, torna a tarefa difícil.

Mas ela é absolutamente necessária por querermos contribuir decisivamente para possibilitar uma alternativa para um Portugal melhor.



# Que Europa para o futuro? Que Futuro para a Europa?

Para quem goste de brincar com as palavras, pelo que elas representam e pela sua génese etimológica e conceptual, o tema deste colóquio é uma espécie de desafio para não dizer uma provocação.

Antes de me colocar a questão **Que Europa para o futuro?**, gostaria de perguntar **que futuro para esta Europa?**

A Europa de amanhã será esta Europa em construção, com o seu mercado comum alargado até às fronteiras da Europa realidade geográfica e cultural, na base duma união económica e monetária até ao perfeccionismo de uma moeda única e de um banco central, tão central que não haverá senão um banco central para todos os países europeus, será esta Europa que quer institucionalizar uma união política alargada com instituições supranacionais, um parlamento europeu, um governo europeu, partidos políticos europeus para cidadãos europeus?

Desde o Tratado de Roma, ou seja desde o discurso de Schumann e da CECA ou mesmo antes, esta Europa teve sempre o ambicioso projecto de se alargar, de se melhorar, de se aprofundar, enquanto projecto/modelo em construção. Mas esta Europa foi sempre forçada a escolher qual das suas três dinâmicas devia privilegiar. Sempre aumentou mais do que melhorou os seus mecanismos, sempre aumentou mais do que aprofundou as suas estruturas.

No período do plano Werner, na passagem dos anos 60 para os anos 70, a necessidade de alargar a comunidade foi bastante clara face à impossibilidade ou à incapacidade de a melhorar e/ou aprofundar.

Entretanto, esta Europa, a que o senador Yves Guéna, numa feliz e oportuna frase, chamou «filha da guerra fria», está hoje em vias de experimentar, com mais determinação do que nunca, o caminho para se aperfeiçoar e aprofundar quando o fim da guerra fria lhe abriu todas as possibilidades para se alargar ainda mais.

O Acto Único e as Conferências Intergovernamentais vão no sentido de, em primeiro lugar, passar da construção do mercado interno às fases sucessivas da construção da união económica e monetária, e aos arranjos institucionais da união política que aquela exige para se realizar, sempre a Doze. Desta vez parece muito difícil que esta Europa, ao melhorar-se e aprofundar-se, enquanto projecto/modelo, possa conseguir, ao mesmo tempo, alargar-se.

As questões da moeda única e do banco central, da convergência nominal, da fiscalização multilateral e das sanções, bem como as questões dos acordos institucionais, dos vários tipos de maioria, do défice democrático e do princípio da subsidiariedade (porventura a primeira palavra de um dicionário esperanto/europeu já que não existe em lado nenhum), são as grandes questões que se colocam para que esta Europa tenha futuro.

Contudo, para que assim seja, a realidade das identidades nacionais, da natureza económica, social, cultural dos doze Estados-membros desta Europa em construção fica subordinada. O que é tanto mais delicado quando os temas ou domínios em que há vontade de avançar nesta Europa são os da política externa e da defesa.

Importa sublinhar que, muitas vezes, para que a longa caminhada para o futuro de uma tal Europa tenha lugar, parece que se procura soluções técnicas, como se tudo fossem simples (ou complexas...) operações de aritmética à procura dos pontos de equilíbrio ou de não ruptura.

Enquanto, laboriosamente, prosseguem as grandes operações no interior do espaço delimitado pelos doze, para que o projecto/modelo seja aperfeiçoado e aprofundado, não parece haver a menor possibilidade de encarar um eventual alargamento real, porque isso traria, inevitavelmente, outros problemas e outras questões aos caminhos da UEM e da UP.

(...)E todavia, a contradição existe. O processo a que se chamou de unificação alemã é um processo de alargamento, mesmo se os doze continuam a ser doze. Mas esta Europa é já uma Europa a doze diferente da Europa a doze anterior à unificação.

A construção da UEM e da UP será, certamente, diferente com a «nova» Alemanha, porque esta não é a antiga RFA com mais uns quantos quilómetros quadrados e alguns milhões de cidadãos europeus.

O marco alemão e o estado da situação orçamental alemã já não são os mesmos, o peso económico e político

da Alemanha é o mesmo e é diferente, e esta Europa tem, no mesmo Estado-membro, a locomotiva e o reboque. Os territórios da ex-RDA são uma espécie de nova periferia que veio reforçar a formada pelos Estados-membros e regiões de outros Estados-membros, mas é, ao mesmo tempo, uma nova periferia pois que se caracteriza não apenas pelo atraso económico medido a partir dos próprios critérios desta Europa, mas também por uma rutura, uma mudança, uma ponte sem alternativas para não dizer sem saída.

A questão da agregação dos países de Leste coloca-se, na minha opinião, neste quadro. (...) A escolha da expressão é significativa. Por um lado, porque foi necessário escolher um verbo diferente: **unificar** não satisfaz, mesmo para o que se passou na Alemanha, **aderir** e **associar** pertencem ao léxico comunitário mas estão ligados a formas de alargamento que não são adequadas às novas relações entre esta Europa e a outra Europa, neste tempo pós-guerra fria. Por outro lado, porque **agregar** quer dizer (...) «incluir num corpo».

(...) Os países de Leste são países que fizeram um percurso de décadas, tendo objectivos socioeconómicos muito diferentes dos dos países do Ocidente, criando estruturas particulares do sistema socioeconómico, estabelecendo relações externas muito fortes, enquanto países sitiados pelo Ocidente ou como bloco agressivo face ao Ocidente, segundo as perspectivas. As identidades nacionais que queremos preservar a Ocidente, nesta Europa, são muito fortes a Leste e têm, certamente, a marca desses diferentes objectivos, dessas estruturas particulares, dessas relações dificilmente substituíveis. Como «admitir» esses países num «corpo» em vias de criar os seus próprios mecanismos, de construir estruturas que possam compatibilizar as identidades nacionais com um projecto supranacional?

Se no interior da Alemanha pós-unificação existe uma periferia diferente, de muito difícil agregação, com graves problemas respeitantes à explosão do desemprego, à inadaptação psico-social às novas situações, à falta de investimentos, pode imaginar-se o que pode acontecer se, terminada a guerra fria, o Ocidente insistir na imposição do seu projecto/modelo, se esta Europa se considera e se apresenta como a única alternativa.

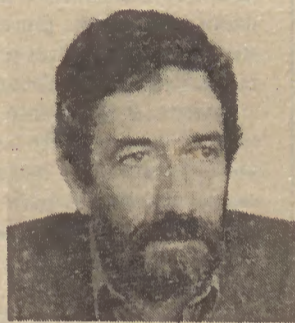
Nós, os recém-chegados ao corpo desta Europa, com os nossos problemas específicos mas sem ter tido um passado recente histórico e cultural que nos afastasse do projecto/modelo desta Europa, sabemos como é difícil a integração, qual a dimensão dos meios/fundos a mobilizar e os desvios nas suas utilizações, como a chamada convergência significa diferentes e divergentes coisas.

Nós não somos a favor da admissão do Leste no corpo do Ocidente. Somos a favor de que os países de Leste escolham o seu próprio caminho, fruto das suas experiências, com a nossa solidariedade no quadro duma segurança e cooperação europeias, a nosso ver a verdadeira Europa do futuro.

(...)Se o Acto Único é um degrau na construção dessa Europa, necessário é sublinhar que visava, nas suas propostas, o mercado interno e a coesão económica e social. Aparentemente todas estas confusões são permitidas, a partir da afirmação de que deve prosseguir-se o reforço da coesão económica e social. Em primeiro lugar, como poderá reforçar-se um objectivo, algo que não existe senão como objectivo?

Seguidamente, é consensual que a dimensão social da construção do mercado interno tem grande atraso em relação aos aspectos técnicos dessa construção. As condições para a liberdade de circulação das pessoas são as que estão menos avançadas, assim como os reflexos sociais das outras liberdades não suficientemente tomados em consideração.

E quando falo da dimensão social, refiro-me ao conceito na sua maior latitude, compreendendo tudo o que diz respeito às disparidades regionais e ao problema do meio ambiente.



SÉRGIO RIBEIRO  
Deputado no PE

No entanto, apesar da definição feita pela Comissão, de duas convergências, a convergência nominal e a convergência real, é a própria Comissão que fala da convergência económica como de uma questão-chave, mas reduzindo-a à convergência dos preços, das políticas orçamentais, dos saldos externos, ignorando a convergência real, ou remetendo-a para a discussão da União Política, onde se discutem as mudanças nos instrumentos/instituições que possam permitir fazer avançar a convergência... nominal.

Entretanto, apesar do crescimento económico, as disparidades regionais e as desigualdades sociais aumentam até ao próprio crescimento da pobreza, que se tornou, nesta Europa, um assunto do debate político. É o resultado de uma estratégia dita «de cooperação para o emprego e o crescimento», que flexibiliza o mercado do trabalho travando a subida do desemprego - senão do desemprego, pelo menos da taxa de desemprego... -, mas através da desregulamentarização e da desprotecção sociais, pelo privilégio das taxas quantitativas em relação à qualidade das condições de vida, de trabalho e de ambiente. É o tempo da precarização e da insegurança!

**Nós não somos a favor da admissão do Leste no corpo do Ocidente. Somos a favor de que os países de Leste escolham o seu próprio caminho**

Para os apologistas do liberalismo, trata-se dos custos da mudança, da modernização, e eles acreditam, ou querem fazer crer que, a longo prazo o social apanhará o movimento do económico. É falso. Se eles

o querem ignorar, as pessoas da periferia, seja geográfica, seja social, sabem-no. E não apenas porque, a longo prazo... os pobres terão morrido.

As políticas de crescimento, e mais ainda as estratégias comunitárias, sem dimensão social, não levam, seja qual for o prazo, à diminuição das desigualdades sociais e ao apagamento das disparidades regionais. Bem pelo contrário. O que observamos é que, no final de cada período de crescimento económico, a situação social se degradou, nomeadamente se a vemos da - ou sobretudo se a vivemos na - periferia, seja ela qual for, apesar das políticas de compensação, ou de correcção, levadas a cabo pelas autoridades comunitárias e pelos Estados membros que beneficiam do desafogo económico.

As medidas e as políticas de compensação ou de correcção nunca serão suficientes para compensar ou corrigir os efeitos das políticas sem dimensão social, regional e ambiental. É o problema coloca-se de modo mais agudo quando, no final do período de crescimento, se segue, primeiro, a desaceleração do crescimento económico e, em seguida, a recessão e, em alguns lugares e sectores, a crise.

O que é necessário é que uma outra política, uma outra estratégia, integrada, e com isto quero significar com um lugar e um papel para a dimensão social - regional e ambiental - no mesmo plano que as outras dimensões.

Por outro lado, só uma tal política ou estratégia, a todos os níveis, desde as regiões aos Estados e à Comunidade, poderá, como o afirma o Manifesto para a Grande Europa, «empenhar os povos na consciência da Grande Europa», e assim dar a essa Europa um futuro.

Simultaneamente, apenas com a real participação dos povos, a todos os níveis, é que será possível concretizar essa política ou estratégia. É muito importante discutir aqui, entre nós, a construção da Europa. Mas é preciso fazê-lo também fora de lugares como este, com os sindicalistas, os eleitos regionais e locais, com as populações. Não apenas para divulgar, para informar, mas sobretudo para se informar, para bem fundamentar as nossas posições políticas.

É esta Europa, social, participada, a única Europa que terá futuro.

# Acção política do MAI

## Mediática Arrogante Incompetente

Na requentada e detestável trágico-novela do Governo PSD/Cavaco Silva, o mês de Maio de 91 passa adiante como paradigma da sua política de Administração Interna.

pendor ostensivamente arrogante da política cavaquista, que visa governamentalizar e partidizar o Estado, limitar e retirar competências e capacidades aos outros órgãos de soberania e espartilhar e cercear a democracia política.

### O Relatório de Segurança Interna

De facto, foi este mês apreciado na Assembleia da República o «Relatório anual sobre a situação do país em matéria de segurança interna e a actividade desenvolvida pelas Forças e Serviços de Segurança», referente ao ano de 1990.

O Governo do PSD fez prorrogar o prazo de apresentação do referido relatório de 31 de Janeiro para 31 de Março, criando, por essa via, a injustificada expectativa de que se trataria dum importante documento, cheio de inovadoras conclusões, ponto de partida para novas políticas e, por isso, carecendo de cuidadosa preparação.

Pura ilusão. O relatório revelou-se apenas como mais um instrumento mediático, mero repositório de dados estatísticos, pincelados do mais cândido cor-de-rosa que foi possível produzir nos sofisticados laboratórios da propaganda cavaquista.

Assim, o documento, que concluía haver «estabilização» do «patamar de segurança» em «limites qualitativos e quantitativos bastante favoráveis», revelava, pasme-se, estatísticas para o tráfico e consumo de droga que indicavam aumentos em 89/90 de, respectivamente, 37% e 60%.

Ora, não é credível, pelo que se sabe dos laboratórios de propaganda, digo estatística, do cavaquismo, que esse números estejam inflacionados.

E sendo certo que no curto-médio prazo números deste nível significarão drástico crescimento de todos os índices de criminalidade, particularmente a violenta, é efectivamente necessário um desmesuradíssimo despuador eleiçoeiro para falar, como o faz o referido relatório, de «resultados francamente positivos» fruto do «acerto das políticas governamentais».

### «A Protecção Civil»

Foi também em Maio que o Governo cavaquista confrontou a Assembleia da República com o seu projecto de lei de Bases da Protecção Civil.

Nesse projecto, a pretexto de dotar o país do indispensável sistema de resposta a situação de catástrofe, o Governo do PSD procura criar e auto-atribuir-se a competência para declarar e administrar o seu próprio Estado de Sítio, com a possibilidade de impor gravíssimas restrições aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

E ao contrário do que a Constituição impõe ao PR nos casos do Estado de Emergência ou de Sítio, a «situação de catástrofe ou calamidade pública» poderia ser declarada pelo Governo sem qualquer intervenção ou autorização dos outros órgãos de soberania.

Acresce que o Governo do PSD pretende envolver, neste seu projecto, as Forças Armadas e as Forças de Segurança muito para além do constitucionalmente estabelecido.

Esta proposta de lei expôs, de forma transparente, a sua natureza perversa, quando, ardiolosamente, o Governo procurou escamotear os seus objectivos, apagando do texto inicial a referência aos outros órgãos de soberania.

Se ainda preciso fosse, ficava assim demonstrado o

### 1993 — Que preparação?

Ainda no mês de Maio, merece referência uma outra intervenção do Governo PSD.

Trata-se da preocupação manifestada pelo MAI, na tomada de posse do novo Comandante Geral da PSP, com a evolução prevista da criminalidade a partir de 1 de Janeiro de 1993, data da entrada em vigor do Acto Único e da promessa de diversas medidas avulsas para enfrentar a situação.

Então o PSD, que detém a pasta da Administração Interna há uma dúzia de anos, cuja política na área de Administração Interna se tem limitado a gerir as «capelinhas», receoso de perder capacidades repressivas e expectante das «soluções que hão-de vir da CEE», empenhado em partidizar o Ministério e em cercear as liberdades cívicas, mas passivo, inoperante e incompetente para resolver os reais problemas de carência de segurança das populações e da comunidade, descobriu agora os perigos de 93 e vai agora preparar as respostas?

O PSD, que com a sua política económica e social fomentou a marginalidade e com a sua política de administração interna facilitou o enorme salto em frente de todos os índices de criminalidade, que se regista em Portugal desde 1983, atingindo «níveis norte-americanos» nalgumas zonas suburbanas; o PSD, que não respondeu às centenas de pedidos de novas instalações policiais e de solicitações de reforço de policiamento, que não reestruturou, nem reorganizou nem desmilitarizou as Forças de Segurança, que foi incapaz de elaborar e executar um plano que prepara o país para o Mercado Único de 93, o PSD é o maior, o verdadeiro responsável pela situação existente.

A constatação da completa incompetência cavaquista, que constitui o verificar, em meados de 91, que não está preparada a resposta aos perigos de 93, que se conhecem há meia dúzia de anos, sendo muito embora uma grande tragédia para o país, não deixa ainda assim de surgir, aos olhos da opinião pública, como a baixa comédia, o superlativo ridículo, da política de Administração Interna do cavaquismo.

### Em três palavras

Com três letras apenas se escreve a palavra MAI, com três palavras se define a acção do seu actual ocupante: mediática, arrogante e incompetente.

Mediática para cobrir a realidade com o «manto diáfano da fantasia» cavaquista.

Arrogante na sua relação com a Constituição e o País, visando espartilhar a democracia e os direitos dos cidadãos.

Incompetente para enfrentar e resolver os graves problemas de segurança e tranquilidade públicas, das forças de segurança e dos cidadãos que aí prestam serviço.

Como se vê, como se prova e comprova, é necessário outro MAI, outra política e outro Governo, nem PSD, nem cavaquista.

■ J. G.



## Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov  
Fotografia: Pavel Lebeshev

Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky, arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrárias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixona-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



### SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 — O COURAÇO POTEMKINE
- 002 — A MÃE
- 003 — ESCRAVA DO AMOR
- 004 — A BALADA DO SOLDADO
- 005 — AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 — A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos  
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema  
de qualidade  
em sua casa

Via CTT  À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL  
VIDEO cracfilmes  
Apartado 90  
Queluz Ocidental  
2746 QUELUZ CODEX



# 19 de Junho Dia de greve na Administração Local

Os trabalhadores da Administração Local, parte integrante desta exaltante realidade que, apesar de todos os ataques e desrespeitos, continua a ser o Poder Local Democrático, histórica componente do 25 de Abril, estão em luta.

Em comunicado recentemente distribuído à população do País, estes trabalhadores afirmaram: «Certamente que se interrogará sobre as razões que, mais uma vez, nos levam a incomodá-lo. Desde já lhe dizemos que as razões são as mesmas de ontem, de há um ano, de há dois anos. As razões são a incapacidade de diálogo do Governo, ao que parece, incapaz de se adaptar à Democracia.»

Desta forma, os trabalhadores de um dos mais importantes sectores da nossa sociedade mais não fazem do que afirmar que as suas razões de luta se filiam em questões que há muito se deveriam encontrar resolvidas, para as quais o Governo criou expectativas e afirmou promessas.

Promessas e expectativas com objectivos eleitoralistas, há quatro anos atrás.

Promessas e expectativas que o Governo reafirmou constantemente ao longo dos últimos quatro anos, sempre que a luta dos trabalhadores a isso o obrigou.

Promessas e expectativas que nunca cumpriu! Como nunca mostrou vontade ou capacidade para o fazer.

## Razões de uma luta

Desta forma, a razão principal desta movimentação que se avizinha no dia 19 de Junho é a defesa do Direito à Negociação. Negociação dos salários, das carreiras profissionais, da aposentação, das condições de trabalho e de vida.

Direito internacionalmente reconhecido, aprovado pela Convenção Internacional do Trabalho, ratificado por Portugal e já publicado em «Diário da República». Convenção esta, no entanto, que o Governo ignora ostensivamente, promovendo uma política que foi utilizada durante anos pela (des)governança ditatorial do País, a qual tratou os trabalhadores da Administração Local abaixo de todas as condições.

Tenta, sucessivas vezes, lançar a desconfiança e inimizade da população sobre os trabalhadores, sobretudo sobre os trabalhadores da Administração Pública.

Nas autarquias, essa situação era agravada pela sua condição de braço do Governo, verdadeiro entreposto de controlo político das populações.

Na Administração Pública, praticavam-se os mais baixos salários do País. Situação que o 25 de Abril alterou radicalmente, de tal forma que entre 1974 e 1980 o salário mínimo para a Administração Pública era cerca de 20% superior do salário médio nacional.

No entanto, a política anti-social de sucessivos governos, a partir dos anos 80, veio degradar as condições salariais no País, sendo os funcionários públicos as principais vítimas dessa política. Facto, de resto, bem documentado na progressão do salário mínimo nacional (actualmente 40 100\$00) e o salário mínimo da Administração Pública (actualmente 40 200\$00).

Pressionado pela movimentação dos trabalhadores, o Governo PSD que chegou ao Poder carregado de promessas eleitorais, viu-se obrigado a criar uma comissão cujo Relatório Concluído (quase em segredo) veio a ser publicado por pressão dos Sindicatos em 1987. Ficou conhecido como o Livro Branco do dr. Sousa Franco, «Relatório sobre o Sistema Retributivo na Função Pública», e comprovou aquilo que sempre foi afirmado pelas organizações sindicais:

- Perda salarial de cerca de 50% entre 1976 e 1986
- Sistema salarial completamente envelhecido
- Carreiras profissionais esgotadas e desfasadas das novas realidades da Administração Pública e profissionalmente pouco atraentes.

Aqui ficou demonstrado com quem estava a razão! Fomos durante os últimos anos, por um lado, submergidos por um mundo de promessas que nunca foram cumpridas e, por outro, bombardeados através dos meios de Comunicação Social com a informação que finalmente iríamos auferir importantes e chorudos salários.

Não houve «governante» que se preze que não tenha concebido, pelo menos, meia dúzia de entrevistas a falar dos futuros salários da Administração Pública, Central e Local.

Entretanto a realidade é que se assiste diariamente a uma verdadeira fuga de centenas e centenas de trabalhadores da Administração Local. Dos tão propagandeados milhares de contos, só tivemos conhecimento dos que foram gastos com os salários dos membros do Governo.

Do Novo Sistema Retributivo resta o nome, pois o «novo» manteve o velho sistema de carreiras. Aprofundada-se a perda do poder de compra e dos salários reais, as carreiras profissionais que se encontravam esgotadas assim continuam, a confusão e a injustiça generalizaram-se.

**Aos trabalhadores da Administração Local, que tudo têm feito para encontrar soluções, outro caminho não resta que o recurso à luta**

Este Governo, incapaz de negociar, de ouvir outras opiniões que não as suas, de viver a essência da própria Democracia, demonstra ainda total inaptidão técnico-governativa, não tem em conta as realidades que o rodeiam,

decide mal e cada vez que erra é incapaz de reconhecer o mal que fez, preferindo persistir nele.

Na verdade, este Governo chega ao cúmulo de publicar leis tecnicamente defeituosas por «perder» documentos e de informar os Sindicatos que não os recebe porque está a negociar entre si, ou traduzindo para linguagem comum: incapaz de ouvir os trabalhadores, o Governo ouve-se a si próprio.

Os trabalhadores e a opinião pública, que durante anos foram informados da «excelência» da sua situação, nomeadamente da proclamada isenção de impostos, em 1988 foram confrontados com uma nova realidade que muito contribuiu para nova perda salarial e para que o Governo recolhesse mais alguns milhões de contos, sem que do facto resultasse a desejada (pelos trabalhadores) equiparação aos restantes sectores produtivos do País.

Demonstrando grande capacidade de diálogo e profundo empenhamento democrático, os trabalhadores da Administração Local têm insistido na procura de negociações, propondo soluções tecnicamente ajustadas e socialmente justas.

A tudo isso, o Governo responde com o silêncio, reunindo à porta fechada com pseudo-organizações sindicais, que só se servem a si próprias: como se fosse possível negociar, quando à partida já estão todos de acordo em mais uma vez prejudicarem os trabalhadores. Como se fosse possível negociar quando, de um lado da mesa está o «chefe» e do outro o seguidor obediente, desligado dos trabalhadores que de facto não representa.

Desta forma, aos trabalhadores da Administração Local, que tudo têm feito para encontrar soluções, outro caminho não resta que o recurso à luta.

Tendo entregue ao Governo uma proposta fundamentada, dando-lhe um prazo de resposta razoável e tendo recebido como única resposta o silêncio, os trabalhadores da Administração Local iniciaram a luta, realizando um Plenário Nacional em Lisboa, que contou com mais de 5000 participantes de autarquias de todo o país, onde aprovou uma resolução que marcou uma Greve Nacional para 19 de Junho e decidiu pedir audiências aos vários órgãos de soberania.

Na mesma ocasião, os trabalhadores da Administração Local decidiram realizar acções regionais para sensibilização da opinião pública para os seus problemas e mandar o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), para apresentar queixa contra o Governo português na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras estruturas internacionais, por violação do Direito à Negociação, consagrada na Convenção Internacional do Trabalho.

Entretanto, estamos novamente em período pré-eleitoral. O Governo passeia pela praia e tudo indica que as promessas vão recomeçar a chover sobre os trabalhadores.

O Governo, que para nós foi o pior de sempre, vai «informar-nos» das maravilhas da nossa Qualidade de Vida, da nossa Modernidade, esquecendo que milhares de trabalhadores têm aprendido na prática do dia-a-dia que todas essas excelências, quando existem, são só para os senhores governantes.

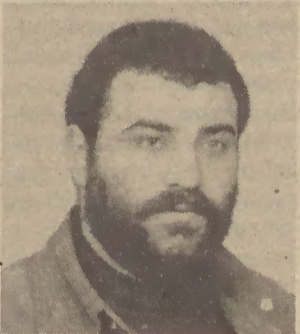
A regionalização tem sido tratada da forma que todos conhecemos e quanto à audição sobre o projecto do Governo, e apesar de sermos parte directamente interessada, não fomos contemplados.

Ao mesmo tempo, assistimos a um constante ataque às conquistas de Abril incluídas no Poder Local: são os cortes de verbas e são as novas responsabilidades (e de cada vez que isso acontece lá vem a história velha e gasta de que aos trabalhadores cabe um elevado grau nos custos a pagar).

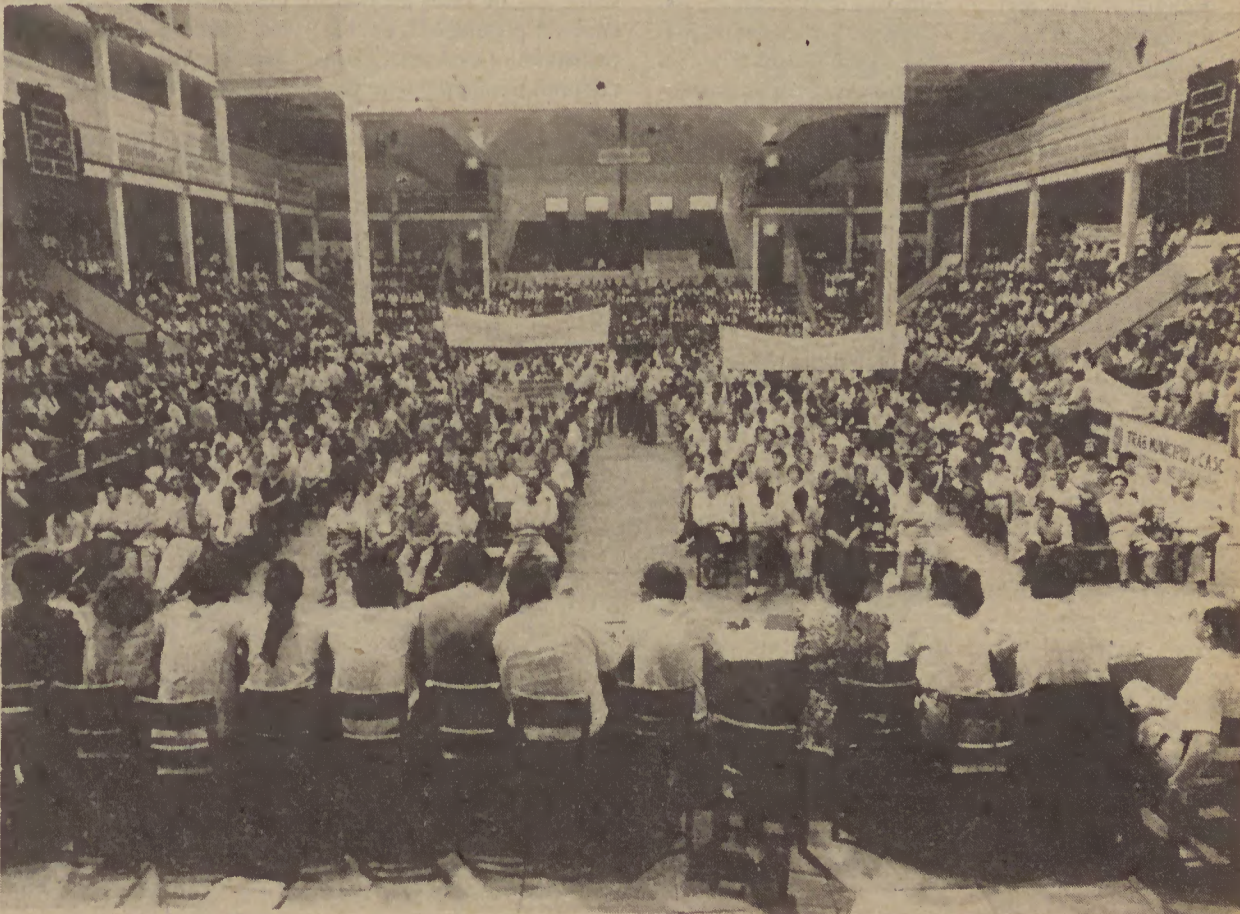
Aproximam-se as eleições. Os trabalhadores da Administração Local estão em luta por condições de vida digna e justa.

Cavaco Silva e o PSD vão continuar a prometer a lua, só que hoje os trabalhadores desejam ver a escada. Não vão continuar a pagar os custos sociais desta política e a serem «informados» pelos meios de Comunicação Social (a que não têm acesso) da «excelência» dos salários que (não) recebem.

Aprenderam a dizer Basta! Facto bem documentado num Pavilhão dos Desportos completamente cheio e aguerido e, certamente, ainda melhor no próximo dia 19, dia de Greve nas Autarquias pelo Direito à Negociação! Ao salário justo! À dignidade!



**F. SANTOS BRAZ**  
Presidente do STAL



## Intervenções da Conferência Nacional do PCP sobre Eleições Legislativas

# Cultura: por uma política alternativa

Depois do sorriso aparentemente simpático e silenciosamente destruidor de Teresa Gouveia, que preparou o terreno para a direita poder abrir o jogo em relação à cultura, surge Santana Lopes como instrumento final do cavaquismo.

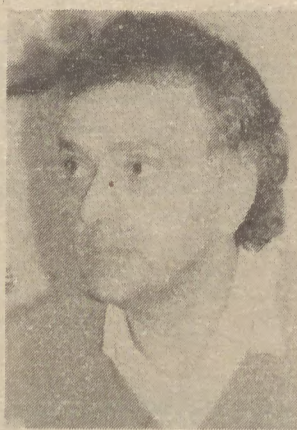
E, assim, o Teatro Nacional D. Maria foi transformado em salão de festas, em Parque Mayer finaço que sobe já os preços da plateia do actual espectáculo de revista para impedir que os habitantes dos bairros populares de Lisboa se misturem com a média-alta burguesia amante apenas de se mostrar e de ser vista; o Teatro Nacional de S. Carlos corre o risco maior de se transformar em mero entreposto da ópera que é importada, num projecto de empresa mal governada e destruída por incompetentes; as dotações anuais da DGAC são orientadas para uma operação de autopropaganda televisiva e concentração de apoios ao Teatro de Lisboa e adjacências, captando alguns bajuladores e, até, quebras de consciência em gente que parece agora perder sentido crítico face à ausência da descentralização que defenderam; o Conservatório é transformado em confusão e local onde a biblioteca é encerrada, os professores não têm instrumentos nem espaço para ensinarem e os alunos não vêem futuro; o IPC é pequena coutada para concursos alterados pelo secretário de Estado a seu bel-prazer; o Secretariado do Audiovisual faz de conta que não existe, como não existe uma política de produção nacional para a televisão e o cinema; o IPLL é impedido de ter uma política séria, de apoio à edição, à difusão do livro e à cooperação com os PALOP's, política que levou agora à demissão do seu presidente; o acordo ortográfico é matéria negociada com secretismo e quase transformado em moeda de negócios com o Brasil; o IPPC é cada vez mais um sombrio reflexo do que foi, como instituição defensora e revitalizadora do Património; os museus não têm água, nem dinheiro para pagar salários; a Biblioteca Nacional mete dó e causa revolta pela situação a que chegou; a Lei do Mecenato, para a qual propomos profunda revisão, serve apenas à propaganda das empresas e a tentativas de controlo da criatividade; em suma, não falando de outras áreas igualmente importantes, para abreviar, a SEC é terreno onde Santana Lopes cultivava o narcisismo de menino seródio e espalha o vazio e a

instabilidade entre os trabalhadores; a vida cultural no País sofre as consequências finais de uma política que vem muito de trás e que o PSD, o CDS e o PS foram definindo e executando, fundamentalmente e sempre para obstar ao acesso à fruição e à criação culturais por parte das populações e dos trabalhadores.

Portanto, a direita tem uma política cultural — que é concentrar o saber e a cultura nas classes e camadas mais privilegiadas e dominadoras da vida económica e social — contra a descentralização, contra a nossa riqueza diversificada e identidade, pela exclusão da cultura como componente activa da democracia portuguesa. Assim, o Centro Cultural de Belém surge como provinciana catedral do cavaquismo onde quarenta milhões de contos, retirados ao avanço necessário e inadiável da cultura, são gastos a preparar futuros negócios mais apropriados a um Centro Comercial; enquanto bem perto, no Mosteiro dos Jerónimos, se acelera a ruína e tantos outros monumentos e áreas do património do País correm perigo; os painéis de S. Vicente vão de viagem por decisão irresponsável; a discoteca básica perde dinâmicas de edição e difusão dos nossos compositores; as estruturas associativas e verdadeiramente culturais dos concelhos e das regiões não são apoiadas; a Régie Cooperativa perde fascínio e nem consegue ser já ratoeira para enganar os músicos de S. Carlos; tudo isto e muito mais acontece, enquanto Santana Lopes gasta 14 000 contos para se mudar do Saldanha para o palácio e não consegue tocar os enganado-

res concertos para violino de Chopin — nem os criadores das artes e das letras conscientes, democráticos e responsáveis deste país se deixariam ludibriar pela falsa música de uma política de compra de apoios.

Uma política demagógica, que procura levar mais profundamente à alienação do que é essencial e ao prolongamento no poder desta camada dirigente que odeia a verdadeira cultura, que já não pode tirar a pistola como fazia antigamente, mas faz propaganda e promessas para ocultar a destruição mais violenta e perigosa. Uma política alternativa para a cultura, de que o PCP foi, e é, a força propulsora mais coerente e activa, desde Bento de Jesus Caraça a Soeiro Pereira Gomes, de Lopes-Graça a Giacometti, de Manuel da Fonseca a José Saramago, desde a sua acção nas instituições democráticas e populares que por todo o País operaram e operam a descentralização e o aprofundamento da nossa cultura e identidade, essa política terá de passar pela integração plena da questão de cultura como factor essencial de libertação, de desenvolvimento e de transformação; terá de impulsionar a acção do poder local democrático, e do futuro poder regional, para novas descobertas e iniciativas, numa área em que fomos e somos pioneiros e fortemente inovadores; terá de se acentuar na defesa dos interesses legítimos dos criadores de cultura, da sua liberdade e diversidade estética e das suas instituições representativas; terá de fazer assumir, entre as populações, os trabalhadores e as Associações culturais democráticas e po-



Intervenção do Sector de Artes e Letras da ORL lida por MODESTO NAVARRO

pulares, uma atitude de acção que é autónoma mas que também deve ser reivindicativa daquilo que a Constituição determina e do que, por exemplo, a recente proposta de lei-quadro do PCP para o Associativismo irá determinar para esta área, tal como a Lei de Bases do Património ou uma futura lei para a Música consagram e irão consagrar; ou seja, a defesa e projecção do que é essencial para a evolução da nossa criatividade, como povo que quer ser livre e responsável, defensor da sua língua e identidade, que quer estar na Europa, com África e com o mundo de pleno direito, respeitando a cultura e a identidade dos outros povos e países, batendo-se para que o conhecimento do que melhor existe na cultura universal, como na nossa cultura nacional e regional, seja património vivo e criador de todos os que trabalham e querem ter uma vida melhor, mais livre, mais responsável e independente.

É esse o programa que nós, intelectuais comunistas, estamos a ajudar a erguer, para que, na campanha e nas próximas eleições legi-

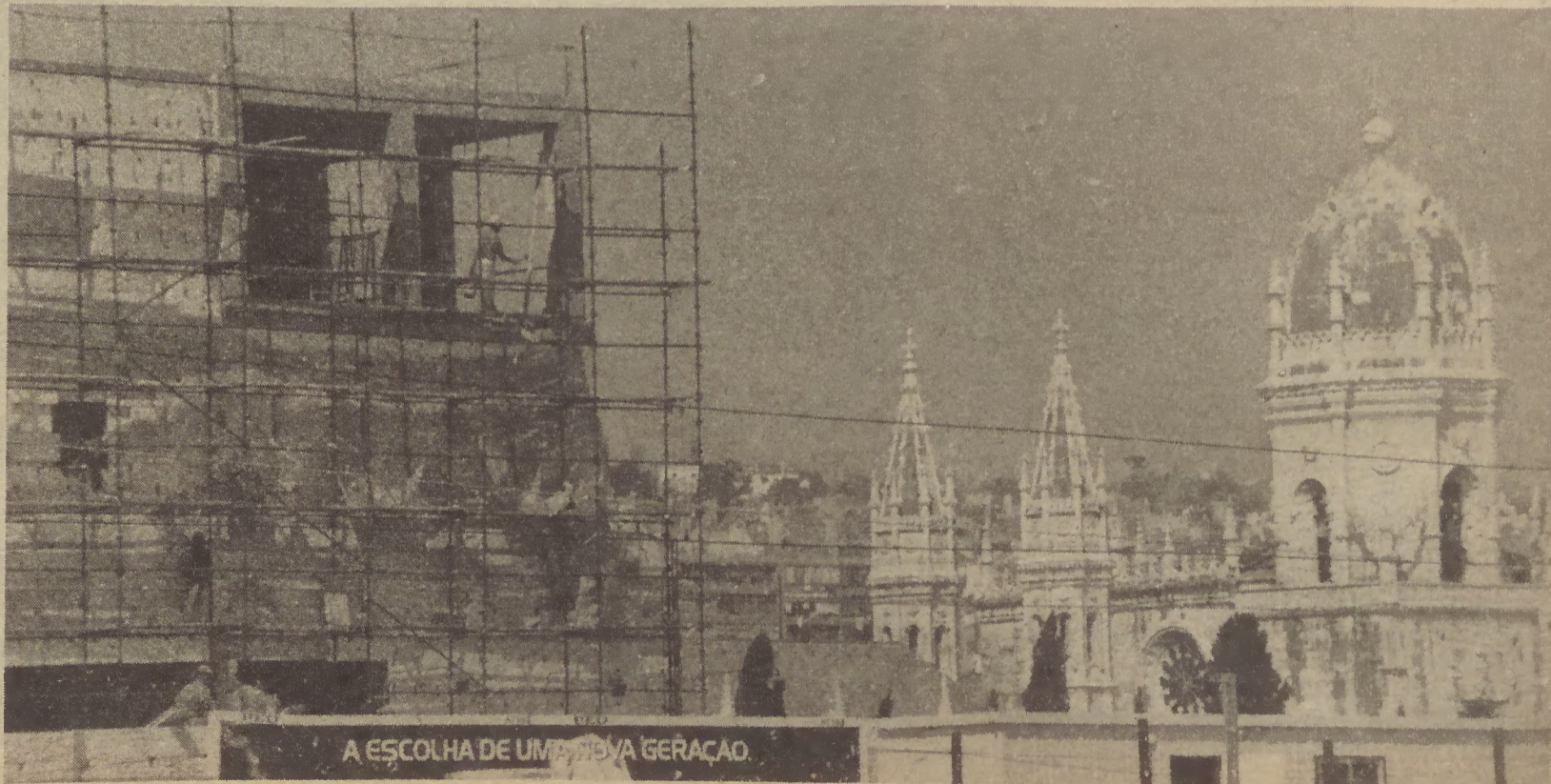
slativas, o PCP e o povo português conheçam e denunciem melhor ainda a mentira e os crimes da política cultural cavaquista e da sua direita mais atrasada e ignorante, hábil apenas no negócio, na destruição e na propaganda; para que as coordenadas alternativas sejam difundidas e introduzidas no quotidiano das populações e dos trabalhadores, como vector essencial que já é para nós nas Autarquias, entre os criadores individuais e colectivos e nas Associações diferentes que amamos, construímos e ajudamos na sua acção fundamental de generalizar o acesso à fruição e à criação culturais; um programa e propostas para fortalecimento dos que intervêm porque conhecem e querem saber mais, transformando as aquisições sociais, políticas e culturais em novas forças de intervenção e de luta, de libertação e de memória legítima e estimulante do que fomos e do que queremos ser; homens e mulheres, jovens e crianças amantes do futuro, sempre com muita saudade e vontade do futuro como foi e é José Gomes Ferreira entrê nós e como foram e são os nossos camaradas e amigos, os criadores populares e os quadros de luta e de libertação, nas frentes importantes da política, da luta por melhores condições de vida e de transformação do País e do mundo; um mundo e um país em que a cultura viva e o saber para onde vamos e queremos ir foram sempre, são e continuarão a ser, componentes essenciais a prenunciarem os diversos caminhos da vitória que agora se configuram, com objectividade plena de possibilidades, nas eleições que se aproximam e

que urge vencer; porque o cavaquismo está no início do estertor e, por isso, destrói mais violentamente e porque o País e o povo português esperam do PCP e das forças verdadeiramente democráticas o esforço e a atitude consequentes e eficazes, para mudar mesmo, e a sério, o que é urgente mudar, e para que novamente se possa respirar, neste país, de alegria e de alívio.

Porque Cavacos e Santana Lopes há muitos por aí, mas o que é bom é que não tenham o poder nas mãos. Meninos vaidosos e profissionais encartados da mentira e do negócio não podem continuar a brincar com o fogo da corrupção ou com a cultura, porque quem se queima é o País, em incêndios devastadores e de que tantas vezes só se vêem os efeitos tarde de mais.

É, portanto, a altura exacta de nos livrarmos de pragas económicas ou aparentemente culturais, hirtas ou acompanhadas de «barbies» e palhaços que fazem esgares bajuladores e estendem a caixa de esmolos a um mau secretário de Estado que só ajuda a enganar e a destruir, filiado num partido que lá vai contratando quem é cego ou perdeu a dignidade e a consciência, ao cantar ou ao representar o papel de emburlo nesta caça ao voto desesperada do cavaquismo e do PSD.

Atenção, portanto, ao nosso programa para uma política alternativa e democrática na cultura, como chamamos a vossa atenção para a próxima interpelação do nosso Grupo Parlamentar, no dia 12 de Junho, na Assembleia da República, sobre a política destruidora do Governo para a cultura.



# A Justiça que falta

Há muitos, muitos anos, vesti pela primeira vez a toga.

Não num tribunal real em que realmente estivesse em jogo a liberdade do Réu, mas num espectáculo em que me coube, por ironia do destino, e contra as referências do próprio autor setubalense, que a um homem, como era óbvio naquela altura, destinaria o papel. Coube-me, dizia eu, desempenhar o papel de Advogada de Acusação.

A peça, fraca mas bem urdida, deixava da Justiça a imagem de uma máquina bem oleada, em que nenhum direito era desrespeitado, por forma a que o resultado final era a resposta pronta à reparação de uma injustiça.

É claro que eu já sabia antecipadamente que a realidade não era exactamente aquela. Que os alçapões das leis que sabiamente me tinham ensinado constituíam uma armadilha de que geralmente só se conseguiam safar os que, economicamente favorecidos, podiam dispor de profissionais do foro.

É por isso mesmo, porque a lei obrigava os competentes profissionais do foro a administrar a justiça em nome da classe possidente, que Abril é a sua. Constituição garantiu ao povo o quadro indispensável para que a justiça fosse pronta, célere, justa e para que estivesse ao alcance de todos os cidadãos, mesmo aos economicamente mais desfavorecidos.

Os anos imediatamente a seguir ao 25 de Abril foram anos férteis em leis que proporcionavam aos magistrados o prazer de sentir que administravam a justiça em nome do Povo, como refere um preceito constitucional.

Foram anos de forte sobrecarga para os tribunais, o último reduto da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Foram anos que trouxeram uma nova dignidade à justiça do trabalho, olhada até aí como um parente pobre.

Mas esse último reduto sofreria o mais feroz embate com a política de direita de sucessivos governos. Quanto ao PSD, responsável há sete anos pela pasta da Justiça, pode gabar-se, para os seus amigos e comparsas, de não só não ter resolvido os problemas fundamentais da Justiça, como até de os ter agravado. Isto apesar de o Governo se ter travestido, também na pasta da Justiça, chamando a si um ministro de novo figurino, ágil e dinâmico nas palavras, que fluem como as de um actor que em casa estudou minuciosamente, até ao mais ínfimo pormenor, os gestos a exhibir perante o público.

O correr do tempo revelaria que o Governo escolhera um ministro com um nome apropriado ao labor que desenvolvia - o ministro Laborinho, cuja actividade redundou até agora num labor pequenino, emoldurado embora em dourado papel *couché*. Mas o que têm beneficiado os cidadãos com a política do

actual Governo na área da Justiça?

A Justiça continua a ser cara e inacessível, mesmo para cidadãos que não pertencem à classe dos economicamente carenciados. O aumento das custas judiciais é da responsabilidade do actual Governo, e o actual ministro nada fez para alterar a situação.

A informação judiciária é praticamente inexistente. O filho do inquilino não sabe que tem o prazo de 180 dias para comunicar ao senhorio a morte do pai. A mãe solteira não sabe que tem o direito de exigir ao pai do filho uma pensão de alimentos, para ela, até um ano após o parto. O filho sem nome de pai ou de mãe não sabe que tem dois anos após a maioria para propor acção de investigação, sem o que caducará o seu direito. O trabalhador não sabe que tem o prazo de cinco anos para exigir do patrão o pagamento de férias não gozadas e de horas extraordinárias não pagas.

Vivemos num país em que muitos cidadãos, por puro desconhecimento, deixam caducar os seus direitos.

E o que é que fez o PSD para responder ao preceito constitucional que garante aos cidadãos o acesso ao Direito e aos Tribunais?

O senhor ministro responderá «O Programa Cidadão e Justiça».

Alguém sabe o que é este programa?

Eu explico: o Programa reduz-se tão-só a um desdobrável em papel *couché*, sim, senhor ministro, bem apresentado, espalhado pelos tribunais, mas que ninguém lê, e que não obsta a que os cidadãos tenham de recorrer aos profissionais do foro, pagando, como é óbvio.

O quadro de acesso ao Direito e aos Tribunais falha também rotundamente quanto ao patrocínio jurídico.

Arguido pobre terá de contentar-se com um defensor officioso que, assoberbado no estudo dos processos que lhe permitem ganhar a vida, se limitará, e mesmo assim nem sempre, a comparecer no tribunal no dia da audiência e a proferir, em alegações finais, a frase mágica que lhe ensinaram a usar em casos tais: Justiça!

E que diremos das

vítimas quase totalmente esquecidas pelo actual Código do Processo Penal, da responsabilidade do PSD?

A vítima recebe, as mais das vezes, o choque violento de nada receber, ou porque sem informação jurídica, deixou passar o prazo de exercer o seu direito, ou porque o arguido nada tem, e o Estado se demitiu do seu dever de a indemnizar em substituição daquele.

Se a tudo isto acrescentarmos o que se passa no mundo laboral, no qual, através de leis substantivas, algumas das quais da responsabilidade do PS - e estou a referir-me aos contratos a prazo -, através dessas leis se inviabilizou a intervenção da Inspeção do Trabalho..

Há mais ainda, no entanto, no que toca à Justiça.

A morosidade continua ainda a ser a sua característica, apesar dos esforços dos magistrados e dos funcionários.

A Justiça formal continua a sobrepor-se à Justiça material, através de disposições herdadas do regime fascista que impedem os juizes de se afastarem uma linha sequer



Odete Santos  
Deputada

do que está escrito no Processo, ainda que reconheçam serem necessárias outras investigações.

O Parque Judiciário, apesar de uma política fontista de construção de alguns palácios, que não se ocupou em resolver as causas dos estrangulamentos, tal como a Regeneração no século XIX não resolveu os problemas do povo, continua em muitos casos degradado e inadequado às necessidades.

Que o digam os trabalhadores do Funchal em relação ao seu Tribunal do Trabalho.

Que o digam os cidadãos de Setúbal, da Moita, do Seixal, do Barreiro.

Caberá ainda uma palavra para todos os profissionais do foro.

Trabalhando as mais das vezes para além do que permite a força humana, exigem do Governo melhores condições de trabalho, correspondentes ao exercício condigno da função judicial.

Uma palavra especial para os estagiários de advocacia, a quem se está a impor um sistema de estágio, com frequência de aulas em horário laboral, que impede os que exercem outra profissão para custear os estudos de aceder à profissão de advogado.

Que saibam que o PCP, há mais de dois anos, apresentou na Assembleia da República um projecto de lei para reformulação do estágio, e que o PCP, o único que tomou a iniciativa nessa área, tem aguardado que a senhora Bastonária responda a um pedido de entrevista que lhe apresentámos para discutir o Projecto.

A Justiça, nos termos da Constituição, é administrada em nome do Povo.

Mas como poderia o trabalhador, vítima de um Pacote Laboral, sentir que o Juiz está a administrar a Justiça em nome do Povo, quando aquele, forçado pela Lei, declara justa causa a inadaptabilidade do trabalhador? Como pode o inquilino sentir que a Justiça é administrada em nome do Povo, quando uma renda de quatro mil escudos passa para quarenta mil, apenas porque o primitivo inquilino morreu e o sucessor tem mais de 25 anos?

Como podem os sinistrados do trabalho sentir que a Justiça é administrada em nome do Povo quando vêem manter-se inalterada, através dos anos, as suas pensões de duzentos e tal escudos?

Assim, camaradas, o Povo Português, se quer uma Justiça justa (e isto não é um pleonismo), não terá outra solução senão varrer a direita autoritária e agressiva do Poder.

Senão escolher quem sempre tem pugnado pela realização dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o PCP.

É necessário um Plano de modernização da Justiça. Sob todos os aspectos. E tudo isto está nas mãos do povo, com uma das suas armas: o voto.

Portugal não pode ser um país adiado.

Não pode rever-se na cena final de Os Maias, quando João da Ega e Carlos da Maia, correndo atrás do transporte - o americano - que pretendem tomar, dizem com algum desalento: «Ainda o apanhamos! Ainda o apanhamos!»

Nós, no PCP, transportamos o socialismo, transportamos o Futuro. Por isso, conosco, Portugal pode ser melhor!



A Justiça do Governo PSD não é para todos

# ANGARIADORES PERMANENTES DE ASSINATURAS DO *Avante!*

Vantagens para os angariadores:

**comissões em dinheiro de 2,5% a 10%  
e ainda prémios especiais trimestrais**

**A** Editorial «Avante!» pretende criar uma rede nacional de angariadores permanentes de assinaturas do *Avante!* Esta iniciativa integra-se e complementa as medidas de remodelação em curso com vista a alargar a sua difusão e venda.

Para mobilizar as organizações e os militantes na criação de uma tal rede e para um seu funcionamento eficaz e duradouro, a Editorial «Avante!» decidiu instituir um sistema de comissões em dinheiro a dar às organizações ou militantes. Esse sistema tem por base o estabelecimento de **metas de angariação**, com uma **comissão de montante progressivo e com efeito retroactivo** (calculada sempre sobre o preço a assinatura para Portugal-Continente), e ainda com a atribuição trimestral de prémios especiais (para este efeito, proceder-se-á a um sorteio entre os angariadores, que possuirão um **cartão de angariador**). Concretamente, o sistema é o seguinte:

— o angariador põe-se ao trabalho e vai angariando assinaturas que envia imediatamente, com a importância respectiva, para a Editorial «Avante!». Quando atingir **6 assinaturas** começa por receber **675\$00** (correspondentes a **2,5%** sobre o preço da assinatura; esta comissão, assim como as a seguir indicadas, **poderá ser logo deduzida** pelo angariador no montante a enviar);

— continua o seu trabalho de angariação e logo que tiver conseguido **12 assinaturas** receberá **mais 2025\$00** (correspondentes a **mais 2,5%** sobre as primeiras 6 assinaturas e a **5%** sobre as 6 seguintes);

— como bom angariador, persiste na sua actividade de angariação e os resultados não se fazem esperar: **24 assinantes** por si angariados passam a ler regularmente o *Avante!* recebido em suas casas, e receberá então **mais 8100\$00** (correspondentes a **mais 5%** sobre as primeiras 12 assinaturas e a **10%** sobre as 6 seguintes). No total, terá, portanto, recebido **10 800\$00**;

— as coisas não param aqui, pois o nosso angariador continua avante. Passa a ser um **angariador permanente** e por **cada nova assinatura** enviada a partir das 24 anteriores receberá logo **450\$00** (correspondentes a **10%** sobre o preço da assinatura), além de se habilitar a **prémios especiais** que **trimestralmente** atribuiremos e que anunciaremos no *Avante!*.

A Editorial «Avante!», para facilitar o trabalho dos angariadores, prestar-lhes-á todo o apoio. Logo após a recepção da primeira assinatura angariada ser-lhes-ão enviadas fichas para recolha de assinaturas com local para identificação do angariador (do tipo da ficha de assinatura abaixo apresentada), folhetos de promoção, envelopes RSF para envio grátis das fichas de assinaturas angariadas e dos cheques respectivos, listagens de eventuais assinantes a contactar, etc. E, evidentemente, consideraremos com toda a atenção as sugestões para facilitar e melhorar o seu trabalho.



## FICHA DE ASSINATURA DO AVANTE!

A preencher pelo assinante

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código postal \_\_\_\_\_

Junto envio o cheque/vale do correio nº \_\_\_\_\_, sobre o Banco/Estação

do Correio \_\_\_\_\_, dirigido a Editorial «Avante!»,

Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa, no valor de \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_\_.

A preencher pelo angariador

Nome (individual ou organização) \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Código postal \_\_\_\_\_



## TABELA DE ASSINATURAS

Portugal (Continente) — 50 números: 4500\$00; 25 números: 2325\$00. Regiões Autónomas — 50 números: 5707\$50. Espanha — 50 números: 7090\$00. Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe — 50 números: 12 190\$00. Europa (e Argélia, Marrocos, Tunísia e URSS): 13 350\$00. Macau — 50 números: 11 140\$00. Extra-Europa — 50 números: 16 450\$00.

## Aveiro e a comunicação social

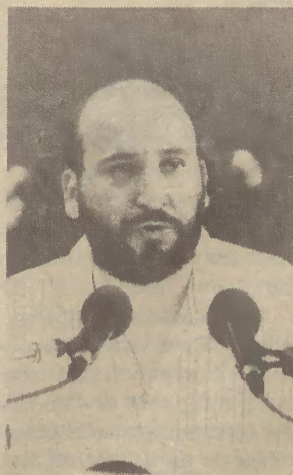
Com 68 jornais e 25 rádios o Distrito de Aveiro ocupa o 2.º e o 3.º lugares, respectivamente, no conjunto do País, ao que se juntam as delegações e os correspondentes dos grandes órgãos nacionais. Trata-se de um enorme potencial de intervenção na luta das ideias, que a DORAV tem em devida conta.

Sabemos bem que existe nos grandes órgãos da comunicação social (OCS) uma situação de discriminação e bloqueio quanto às posições e à actividade do Partido. Mas será um grave erro pensar que tal situação se estende de igual modo a toda a comunicação social (CS), particularmente à regional, ou que não possa ser contrariada.

Podemos mesmo afirmar que nos últimos anos melhorou significativamente a presença das apreciações e propostas do PCP nos OCS do Distrito, apesar de nossa influência orgânica ser neles praticamente igual a zero. Isto porque se assumiu como prioritário o trabalho com a CS tomando as subsequentes medidas de quadros, de apetrechamento, de simplificação de processos, de promoção de alteração de comportamentos individuais e das organizações nas relações com a imprensa.

Dessas medidas são exemplo a criação e utilização de uma base de dados informática; a utilização da telecópia para comunicação mais dinâmica; o aproveitamento e a criação das oportunidades para ser notícia; a diversificação das formas de trabalho e dos locais da sua realização.

Ao mesmo tempo temos procurado fornecer a informação em formato «pronto a usar» tendo em conta os



**António Salavessa  
da DORAV**

nossos objectivos, mas procurando corresponder ao interesse e ao critério jornalístico, evitando afogar a CS com informação em cadadupas.

Procuramos ter relações descomplexadas e bem dispostas com os elementos da CSR, sem subserviência, chamando a atenção para erros ou omissões que tenhamos a apontar e respeitando especialmente os que participam nas conferências de imprensa e iniciativas similares dando-lhes mais do que aos outros.

Procuramos criar entre os principais quadros o hábito de responder aos pedidos de comentários ou declarações, com base nas posições gerais do Partido ou da DORAV sem ter que esperar por uma reunião ou pela chegada do mais responsável.

Os problemas locais, a actividade nacional do Partido e as principais iniciativas regionais motivaram, desde Janeiro de 1990, cerca de 50 notas, à CS, duas dezenas de conferências de imprensa ou iniciativas similares e um elevado número de intervenções nas

rádios locais, entrevistas de fundo e artigos de opinião, apenas da iniciativa da DORAV. Mas também nas principais organizações concelhias se tem verificado uma crescente atenção e intervenção junto da CSR.

Alguns órgãos continuam fechados ao PCP, outros gerem pseudo-aberturas com mão de ferro defendendo criteriosamente os interesses do partido ou do grupo a que se encontram ligados. Mas o balanço que fazemos da alteração da situação é francamente positivo. A nossa iniciativa política e a melhoria da intervenção na CSR contribuíram para o reforço da imagem do PCP como Partido necessário.

Com a aproximação das eleições, as dificuldades junto da CSR serão acrescidas. Mas as raízes são hoje mais firmes — a experiência acumulada, as relações estabelecidas e a credibilidade conquistada não desaparecerão neste período.

Como é óbvio, a CS é apenas uma área da intervenção eleitoral da DORAV. Outras coisas importantes estão em movimento — a lista está praticamente pronta; procuramos garantir a mobilização do Partido; está-se já no trabalho de difusão da imagem da CDU; preparam-se todos os aspectos das eleições. Com as organizações e militantes do Partido, com os demais componentes da CDU, vamos reforçar a nossa intervenção junto dos trabalhadores e da população para que, em Outubro, a vindima seja a melhor possível e se consiga, além dos objectivos nacionais, o cacho mais apetreitado — a reconquista do deputado que já tivemos e Aveiro necessita.





EM FOCO

# Fome em África

## Uma agricultura mundial inadaptada

Primeiro a guerra do Golfo, e depois a questão curda, ocultaram de facto a rápida degradação da situação alimentar numa série de países em África.

Especialistas da FAO acabam de propor medidas no sentido de melhor adaptar a agricultura mundial às necessidades das populações. Mas as opções da FAO estão longe de ser apoiadas por todos.

No decurso de um debate recentemente organizado na Bélgica, no quadro da «Flander's Technology», o director do programa europeu «FAST» — programa de investigação tecnológica e científica nomeadamente no domínio da alimentação — considerou ser tecnicamente possível hoje alimentar uma população mundial de pelo menos 50 mil milhões de pessoas, se de facto houver a vontade necessária para o fazer.

«Quarenta milhões de crianças morrem anualmente antes de atingir a idade de cinco anos, enquanto a população mundial se situa actualmente nos 5,5 mil milhões. Como é isto possível?», pergunta-se Riccardo Petrella, director do «FAST». A sua resposta é simultaneamente simples e esmagadora para o mundo ocidental. Petrella acusa os principais países industrializados e o sistema mundial de relações económicas, constatando que só os mais ricos e poderosos beneficiam actualmente do domínio tecnológico quase total do Homem em todos os planos. Assiste-se hoje a uma redução da esperança de vida em África e na América do Sul e simultaneamente não se pode responder às necessidades elementares de milhões de pessoas não só em alimentação como em água, habitação e educação.

As reflexões de Riccardo Petrella constituem em si uma profunda contestação das opções políticas e económicas impostas neste fim do século pelo clube dos países ricos e em particular pelos Estados Unidos.

Nenhum debate deste tipo ocorreu quando da recente conferência da FAO, a organização das Nações Unidas

para a alimentação e a agricultura, realizada em Den Bosch, nos Países Baixos. Esta conferência teve naturalmente interesse, na medida em que contribuiu para demonstrar que a FAO se encontra hoje confrontada com um verdadeiro impasse e que terá de avançar para soluções em ruptura com as estratégias até agora aplicadas, para tentar resolver os problemas da política alimentar mundial.

A conferência da FAO, organizada em conjunto com o governo holandês, inseria-se no quadro da preparação de uma conferência programada para Junho de 1992 no Rio de Janeiro, centrada no tema «meio ambiente e desenvolvimento». No fim dos debates, que tiveram muito pouca repercussão nos média europeus, a FAO adoptou uma declaração final que traduz uma vontade de trabalhar no sentido de uma remodelação da política alimentar mundial. Assim, a FAO sublinhou, como princípio fundamental, a promoção de uma agricultura ligada a um durável desenvolvimento regional. Na base de duas linhas de força: a intensificação e a diversificação.

Em Den Bosch, a FAO propôs um conjunto de medidas visando transformar profundamente a «paisagem agrícola» mundial, mas evitou entretanto pôr em causa certas opções políticas que tornam o mundo agrícola, em África e não só, dependente das flutuações de um mercado falseado.

As medidas em questão têm três objectivos: garantir a segurança alimentar para o conjunto da população do planeta, criar postos de trabalho e ocupação rendível nas zonas rurais, e enfim garantir a preservação dos recursos naturais e a protecção do meio ambiente. Para numerosas organizações europeias de defesa do meio ambiente e do desenvolvimento do Terceiro Mundo, a estratégia defendida pela FAO continua a ser totalmente inaceitável porque na sua opinião não é adequada a uma inversão de marcha. Alguns acusam mesmo a política da FAO de contribuir para a sistemática criação das condições para as fomes em grande escala.

Guy Htelet



## Turquia

# Liberalização enganadora

Em Ankara, levantam-se os protestos contra a nova legislação «antiterrorista» que em muitos casos reforça as disposições das leis anteriores, há bem pouco tempo abolidas.

Já há muitos anos que a Turquia é regularmente condenada pelas organizações de defesa dos direitos do homem. Entretanto, um passo importante parece ter sido dado com o recente anúncio, por parte do governo, da supressão de um certo número de artigos do código penal. Um gesto que suscitou a aprovação da comunidade internacional. Mas na Turquia, intelectuais e membros da oposição, reagiram. Na sua opinião, a democratização do país é puro engano e a maioria afirma a sua preocupação pelo futuro do país.

Para o destacado professor de criminologia, Cetin Osek, «a nova lei antiterrorista que substituiu os artigos 141, 142 e 163 do código penal turco, restringe as liberdades e pode fazer da Turquia uma enorme prisão». Os artigos mencionados pelo criminologista limitavam a liberdade de expressão e de organização. Visavam essencialmente os comunistas e os movimentos fundamentalistas muçulmanos. Foram recentemente suprimidos. Paralelamente, o Parlamento votou uma lei que legaliza a língua curda e ainda a libertação, sob certas condições, de cerca de 45 000 presos das superlotadas prisões do país. Mas estas medidas foram associadas a uma nova legislação, denominada «lei antiterrorista», que tem vindo a suscitar grande controvérsia nos meios judiciais turcos.

### Tortura

Um dos mais determinados adversários desta legislação é Eyup Asik, deputado do Partido da Mãe Pátria, actualmente no poder, e presidente da comissão parla-

mentar para os direitos do homem. «Certos crimes considerados nos artigos 141 e 142 e actualmente eliminados, são pura e simplesmente transferidos para o âmbito da lei antiterrorista», diz. «A tortura praticada em certas esquadras da polícia fica quase legitimada, dada a ausência de definição clara do processo de interrogatório dos suspeitos de terrorismo».

De entre os 45 000 presos libertados sob palavra, 3300 eram presos políticos. Na sua grande maioria — cerca de 2200 — tinham sido acusados de actividades de esquerda. Os outros pertenciam, em geral, a movimentos de extrema-direita. Todos os activistas de extrema-direita foram imediatamente libertados. Mas apenas 10 por cento dos outros presos políticos puderam de facto sair das prisões.

Os militantes da extrema-direita, frequentemente armados no momento da sua prisão, são acusados de delitos de direito comum. Os outros são por vezes condenados por «alta traição», a coberto da aplicação dos artigos 141 e 142. Ugur Mumcu, editorialista do diário «Chumburiyet», lamenta que «os militantes de extrema-direita, que mataram centenas de pessoas, tenham sido favorecidos (quando da sua libertação)».

### Diferenças

Um dos aspectos mais controversos do novo texto da lei é a definição que dá de «actos de terrorismo». Tratar-se-ia, nos termos do texto da lei, de qualquer acto que «enfraqueça a autoridade do Estado no interior tal como no estrangeiro, assim como a ordem pública, por acções opressivas, violentas, ameaçadoras ou promovendo o recurso à força». Assim, «se um único membro de uma associação é condenado por violação desta lei, tanto a própria associação como todos os seus membros são culpados do crime de terrorismo».

A acusação de crime de terrorismo ou de crime de direito comum implica grandes diferenças. E não apenas ao nível da pena, mas mesmo no que se refere a

métodos de interrogatório, do processo e das condições de detenção. Um exemplo: em caso de processo político, as testemunhas da polícia apenas comparecem em sessões fechadas. Os que conduziram os interrogatórios não podem ser condenados por terem torturado os suspeitos, a menos que haja autorização do governo. Ora, segundo as organizações de defesa dos direitos humanos, a tortura tende a ser retomada na Turquia. É verdade que a nova legislação levou à suspensão de cerca de 100 000 processos de natureza política. Processos respeitantes não apenas a pessoas isoladas mas também a organizações como a Confederação dos Sindicatos progressistas dos trabalhadores (DISK) e o Partido Comunista da Turquia.

Mas isto não significa que os acusados possam reorganizar os seus movimentos. Na verdade, tanto a Constituição como a lei sobre os partidos políticos continua a proibir o partido comunista e os partidos fundamentalistas muçulmanos. A lei antiterrorista reforça de facto estas interdições e prevê pesadas penas de prisão em caso de violação das disposições vigentes.

Outro aspecto pouco conhecido das últimas medidas governamentais: se é verdade que a língua curda é legalizada, em contrapartida quem gritar palavras de ordem em curdo em manifestações públicas está sujeito a penas três vezes mais pesadas que com a legislação anterior.

Fora dos círculos governamentais e presidenciais, as novas disposições legais são amplamente criticadas. Mesmo o antigo primeiro-ministro conservador, e hoje dirigente do Partido do Justo Caminho, Suleiman Demirel, se juntou aos juristas, às organizações de defesa dos direitos do homem e aos partidos de esquerda. Para o governo, preocupado com a sua imagem no Ocidente e em particular na Europa, estas críticas são muito inoportunas.

Nadire Mater

# Gazetilha

## O estranho jogo

Os Estados Unidos finalmente dizem estar resolvidos a construir a paz no Médio Oriente.

Mas chegam informações de agências, em tropel: acumulam-se as armas e aviões em Israel...

Afeiçoa-se o grito em cada aresta. De novo o medo investe. Que estranha paz é esta? Que estranho jogo é este?...

## Os pontos tontos

Chovem contos, chovem contos contos que o Cavaco dá chovem pontos, chovem pontos, pois sempre a TV lá está...

Chovem contos, contos, contos mas de quem são, para já, contos que o Cavaco dá para receber os seus pontos?

Se marca pontos com os contos que afinal dele não são pois atenção aos tais pontos pois só os tontos lhos dão...

## Fábula

Foi ali, foi ali na água escrava do pantanal tranquilo. Um homem que pescava pois serviu de manjar a um crocodilo.

E desde então em tal lugar ninguém, mais, não ninguém mais foi pescar...

Assim se vê grande lição que a experiência dá.

Nada mais diz a fábula. Pra quê?...

## O «desafio» da CEE

O PAC já usou fraque mas agora deu-lhe um baque. Já entrou para o bricabraque?

A CEE ao ataque já se desliga do PAC. A promessa? Foi um achaque.

É desafio? É um saque?

## Sim senhor, uma boa pergunta!

Contos da CEE: são setecentos. Não são histórias, não, e não são ventos não é lenda que passa.

São setecentos, sete, sete centos. Que fizeram da massa? O que lhe aconteceu?

Ora aí está uma boa pergunta, digo eu...

■ IGNOTUS SUM

## PONTOS CARDEAIS

**Incrível!**



## Sucesso

Fernando Nogueira, vice-presidente do PSD, vice-encerrou o I Congresso Regional Social-Democrata realizado no passado sábado no Algarve e vice (perdão: disse): «Portugal é hoje um País prestigiado, apresentado nos relatórios internacionais como um exemplo de sucesso». Os relatórios internacionais, que não vice-presidenciam o PSD e, por isso, não tiveram oportunidade de vice-encerrar este 1.º congresso regional, lembram-se, contudo, do exemplo e confirmam o sucesso. «Ah, sim, esses!» — comentou um vice-relatório que abordámos num intervalo internacional — «temos tido muito sucesso com eles!».

## Armar em paz

Geralmente a gente fica sempre a saber que quando estala uma guerra, o pretexto é instaurar uma «paz duradoura». Isto desde antes da Pax Romana, até à Pax Americana. Foi assim, segundo abundantemente se disse, com a guerra do Golfo. O que não se sabia é que, uma vez esmagado o Iraque — e miraculosamente salvo Hussein — a guerra ia

continuar. E mesmo reforçar os seus meios. Assim, certamente para assegurar a duração desta paz, os EUA estão a fornecer armas cada vez mais sofisticadas a Israel. Mais armado que nunca, este bastião do imperialismo na zona, convida os árabes para... o diálogo!



## No poupar...

Há um ditado (bem português, como diria o outro), que afirma textualmente que «no poupar é que está o ganho». Os pobres desconfiam muito deste ditado. Forçados a poupar, coitados, não vêem aumentar por isso os seus rendimentos. Quanto mais poupam mais fome têm. No entanto há quem se dê bem com a receita. E talvez seja por isso que estão cada vez mais ricos.

O exemplo vem agora da Inglaterra, cuja soberana, Isabel II, é, como se sabe, detentora de uma das maiores fortunas do mundo. Como lá teria chegado? Ficámos a saber — poupa. Ainda no outro dia pediu desconto nas despesas de avião. A despesa — mais de 77 mil contos — não era pequena. Imagine-se o que poupou.

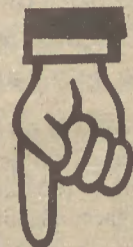
## Cem por cento

Inaugurar, com Cavaco Silva, é uma recensão histórica. Escora-se nas clássicas tesouradas de Américo Tomaz aproveitando-lhe o verbo e, sabiamente, esquecendo-lhe a verve, moderniza-se em João Jardim repetindo-lhe as torneiras mas dispensando-se dos bailinhos e — criação assinalável — diz coisas inteligíveis. A última foi em Bragança, quando inaugurava a Escola Superior Agrária local. Garantiu então que o seu Governo «pretende atingir até 1994/95 uma taxa de 100% de jovens com escolaridade obrigatória». Tão claro como isto só o plano escolar do Estado Novo, que decretou o fim do analfabetismo prometendo cobrir o País com uma nova rede de escolas primárias. E cobriu.

## frases da Semana

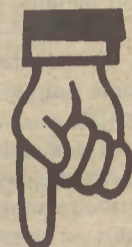
“Falar brasileiro, nunca!”

☛ Savimbi no Porto In «Diário de Notícias» de 4 de Junho.



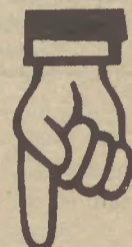
“Secaram as fontes da guerra!”

☛ «O Dia» de 4 de Junho.



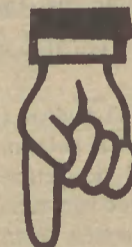
“Não há nada de mau no meu trabalho.”

☛ Cicciolina In «Diário de Notícias» de 4 de Junho.



“Gosto disto.”

☛ (Cavaco Silva, em fim de semana inaugural no Norte) In «Público» de 4 de Junho.



“Quero que Angola se lixe!”

☛ Manuel Maria Múrias in «O Diabo» de 4 de Junho.



“Temos aqui a prova de que a descolonização devia ter sido feita com mais juízo e com mais calma.”

☛ António José Saraiya, também in «O Diabo», de 4 de Junho.



## Álvaro Cunhal em Torres Vedras

No próximo sábado o camarada Álvaro Cunhal efectua uma visita ao concelho de Torres Vedras, aonde chegará cerca das 11 horas.

Às 11 e 30 estará presente num encontro com a juventude em Santa Cruz e participará no piquenique que em seguida se realiza no mesmo local.

De tarde, o camarada Álvaro Cunhal é recebido (às 15 e 30) na Câmara Municipal e visita o Centro Histórico da cidade. Será igualmente recebido na sede do Atlético Clube Torreense, no Castelo, pelas direcções das colectividades e população.

Às 18 horas participa num lanche em Zibreira (Carvoeira) e às 18 e 30 terá um encontro com colectividades da freguesia da Carvoeira na Serra de S. Julião.

Finalmente, a partir das 20 horas, o camarada Álvaro Cunhal participa no jantar-convívio que se realiza no Pavilhão da Feira de Sto. Isidro, na Carvoeira, intervindo no final.



### Quinta, 6

#### ● LISBOA

A intervenção do PCP e o desenvolvimento desportivo na cidade de Lisboa: encontro promovido pela Organização da Cidade de Lisboa do PCP, a partir das 21.00, na Sala Milão do Hotel Roma (ver destaque).

Plenário do Sector Público da ORL sobre a situação política e trabalho eleitoral, com a participação do camarada Edgar Correia - às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Sistema Educativo e Transformação das Mentalidades - 2º debate da série «Transformar-Juventude Anos 90», iniciativa da JCP no quadro da prepara-

ção das eleições legislativas. Às 18.00, no bar novo da Faculdade de Letras.

Plenário do Sector Serviços - às 19.30, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Plenário da célula da Mú-tua/Sector Seguros - às 17.00, no Centro de Trabalho de Alcântara.

#### ● PAREDE

Jornada de trabalho para completar obras no Centro de Trabalho. De manhã e à tarde, com almoço-convívio no intervalo.

### Domingo, 9

#### ● SEIXAL

Convívio CDU na Quinta da Ata-



## Plenário da Siderurgia

Para sexta-feira, dia 14 de Junho, está marcada a realização no Centro de Trabalho de Paio Pires do PCP de um importante plenário da célula da Siderurgia Nacional-EP, com o objectivo de discutir a situação social e política e as tarefas imediatas dos comunistas daquela grande empresa.

laia, a partir das 10.00. Sardinhada e outros petiscos, baile durante a tarde.

Participa o camarada Octávio Teixeira, cabeça de

lista da CDU no distrito de Setúbal, que fará cerca das 15.30 uma intervenção sobre a situação política e as eleições legislativas (ver destaque).

#### ● GONDOMAR

Festa popular, no pinhal junto ao campo de futebol da Mó, em S. Pedro da Cova - a partir das 14.30.

### Terça, 11

#### ● LISBOA

Visita de eleitos da CDU ao Núcleo Histórico dos Olivais - às 18.30.

Debate sobre habitação promovido pela organização da Colina da Graça no Grupo «Sempre Unidos» (R. Vale de Sto. António). Às 21.30.

#### ● PORTO

Encontro da CDU da cidade do Porto, com o objectivo de debater as principais orientações relativas à campanha eleitoral na cidade - às 21.30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim.

### Sábado, 8

#### ● TORRES VEDRAS

Visita do camarada Álvaro Cunhal ao concelho (ver destaque).

#### ● GAIA

Os camaradas Luís Sá, cabeça de lista da CDU no distrito do Porto, e Ilda Figueiredo, igualmente candidata, deslocam-se hoje ao concelho de Vila Nova de Gaia, visitando às 11 horas bairros de habitação social da freguesia de Quebrantões.

A partir das 14.30 estarão no Parque Biológico de Avintes, onde às 16.00 participam num convívio-merenda, visitando em seguida o parque. Nesse local será divulgada uma declaração sobre defesa do ambiente, a propósito do Dia Mundial do Ambiente.

#### ● LISBOA

Encontro Nacional dos comunistas da CP: na Voz do Operário, a partir das 10.30, com a participação do camarada Carlos Carvalhas (ver destaque).

Visita de eleitos da CDU a colectividades da freguesia de Olivais (a partir das 9.30).

Ciclo de debates

## Para uma reflexão aberta sobre problemas nacionais

\*

Hoje às 21.00  
Centro Jean Monet  
(R. do Salitre)

## «Portugal na Europa e no Mundo»

\*

Terça-feira às 21.00  
Sala Milão do Hotel Roma

## «Comunicação e democracia»

Sábado  
entre as 9.30 e as 18.00  
no Pavilhão Carlos Lopes

## Plenário Nacional do MURPI

Domingo  
a partir das 10.00

## Convívio CDU na Atalala

Participação  
de Octávio Teixeira



Sábado  
na Voz do Operário  
com início às 10.30

## Encontro Nacional dos comunistas na CP

- O PCP e as questões da modernização da CP  
- O PCP e o seu reforço na CP

Participação de  
Carlos Carvalhas

## Funchal

Sindicato da Construção Civil  
Dia 9 de Junho

## 3º Congresso Regional da Madeira do PCP

Participação de  
Carlos Carvalhas

**PCP**  
**TEMPO**  
**DE**  
**ANTENA**  
**Hoje**

Quinta-Feira - 6. junho

**RTP 1**  
A SEGUIR AO TELEJORNAL

PCP 2

## Televisão

### Quinta, 6

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Deixem-nos Viver  
14.00 Sem Legendas  
15.10 Ponto Por Ponto  
15.45 Mais Forte Que o Amor (ver «Filmes na TV»)  
17.25 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Sassá Mutema  
21.20 Eternos Novatos  
21.50 Twin Peaks  
22.40 Crónicas do Sobrenatural  
23.10 24 Horas  
23.45 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.05 A Força Astral  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 Jerry Lewis Show  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora Escolha!  
15.45 Aventura  
16.15 O Homem da Carabina  
16.40 Recreio do 2  
17.10 Tudo Menos Isso  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 A Família Forsythe  
20.50 O Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Dramazine  
21.55 Sinais do Tempo  
22.55 Viagem em Itália (ver «Filmes na TV»)  
00.15 Ténis-Torneio Roland Garros

### Sexta, 7

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.15 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 À descoberta do Mundo  
14.00 Sem Legendas  
14.50 Ponto por Ponto  
15.40 Adeus Capuchinho Vermelho (ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Sassá Mutema  
21.20 Baby - O Segredo da Floresta Perdida (ver «Filmes na TV»)  
23.10 Cheers, Aquele Bar  
23.40 24 Horas  
00.15 Remate  
00.40 Chapadão de Bugre

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.05 Universo Juvenil  
12.30 Curso de Inglês  
12.45 O Caminho das Estrelas II  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora Escolha!  
15.50 Médico Amigo  
16.20 É Já Amanhã  
16.40 Recreio do 2  
17.15 Stan Laurel  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 Nunca Mais é Sábado  
20.50 O Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Desejo  
22.20 Rotações  
23.25 Os Mistérios de Dorothy  
00.20 Roseanne  
00.45 Torneio Roland Garros

### Sábado, 8

#### Canal 1

09.00 À Mão de Semear  
09.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 Operação Mozart  
14.20 Rádio Macau  
16.00 Adivinha Quem Vem para Roubar (ver «Filmes na TV»)  
17.40 T & T  
18.00 Sida: a Ameaça Global  
18.50 A Ilha do Sol  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.30 Claxon  
22.00 Casa Cheia  
22.45 Hercule Poirot  
24.00 A Câmara Secreta (ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
10.15 Circo  
10.50 Cidades Mágicas  
11.50 Forum Musical  
13.10 Agarra o 2  
14.10 O Vale do Fugitivo (ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.00 Arca de Noé  
19.50 Outras Músicas  
21.10 Estádio  
23.30 O Mundo é Pequeno  
00.25 George Benson no Casino Estoril

### Domingo, 9

#### Canal 1

09.00 Canal Jovem  
11.30 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 Dick Turpin  
13.40 O Mundo de Audubon  
14.35 Mapa Cor de Rock  
15.25 O Candidato (ver «Filmes na TV»)  
17.25 Mãe à Força  
17.45 Regresso ao Passado  
18.55 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
21.00 Kananga do Japão  
22.25 Domingo Desportivo  
23.55 Controvérsias

#### Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 Tauromaquia  
10.30 Regiões Magazine  
11.30 Agarra o 2  
12.30 Competir  
13.00 Troféu  
18.00 Vida Nova  
19.00 Nós 2  
20.00 Anna Karenina  
20.50 Palavra Puxa Palavra  
21.45 Artes e Letras-Roman Polanski  
22.40 Chinatown (ver «Filmes na TV»)

### Segunda, 10

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 A Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Segredo dos Ursos  
14.00 Sem Legendas  
14.55 Ponto por Ponto  
15.50 Matar Saudades (ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Sassá Mutema  
21.20 O Preço Certo  
22.50 Praia da China  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.05 Flash Gordon  
12.30 Curso de Inglês  
12.45 Bate, Bate, Coração

13.35 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora, Escolha!  
15.45 Expedição  
16.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
19.55 Pelé  
20.50 Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Falar Claro  
22.30 Ballado - Harlem Ballet

### Terça, 11

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 A Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Sem Legendas  
14.30 Ponto por Ponto  
15.25 O Espião que Veio do Frio (ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Sassá Mutema  
21.20 A Lei das Ruas  
22.20 1ª Página  
23.20 A Mansão dos Marblehead  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas  
12.25 Curso de Alemão  
12.40 Variedades no Apollo  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora, Escolha!  
15.45 O Rouxinol  
16.10 A Minha Avó Yaya  
16.35 Recreio do 2  
17.05 Tribunal de Juri  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 Clássicos da TV  
20.50 Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Cinemazine  
22.00 Conversa Acabada (ver «Filmes na TV»)  
23.45 Universidade Aberta

### Quarta, 12

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 A Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Medicamentos  
14.00 Sem Legendas  
14.50 Ponto Por Ponto  
15.35 Clandestino para a Lua (ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.40 Roda da Sorte  
19.00 Telejornal  
20.20 Sassá Mutema  
21.35 Marchas Populares  
21.55 Os Três Amigos (ver «Filmes na TV»)  
00.15 24 Horas  
00.50 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.10 Os Centuriões  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 O Herói de Llan Xan Po  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora, Escolha!  
15.50 Madra - Cá Entre Nós  
16.40 Recreio do 2  
17.10 Férias no Mundo  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 Clássicos da TV  
20.50 Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Joaquim Letria  
22.30 Pop-Off  
23.35 Universidade Aberta

## Capra na Cinemateca

Desde o passado dia 1 e até 29 decorre na Cinemateca Portuguesa, em várias sessões diárias de segunda a sábado, um ciclo Frank Capra durante o qual serão projectadas cópias restauradas - desde os filmes que realizou para Harry Langdon, no início dos anos 20, até às grandes comédias de autor dos anos 30-inícios de 40. Muitos dos filmes a exibir são inéditos comercialmente em Portugal - casos de «The Power of the Press», de 1928, que pode ser visto na próxima sexta-feira às 18.30, ou «Platinum Blonde», uma divertidíssima comédia com Jean Harlow programada para quarta-feira às 21.30

Jean Harlow, a «loira platinada» de Capra



## Filmes na TV

**Mais Forte Que o Amor**  
«The Passionate Friends» (GBR/1948). Realização de David Lean, interpretação de Ann Todd, Claude Rains, Trevor Howard. P/B, 88 minutos.

Na linha do «Breve Encontro» de 2 anos antes, David Lean volta neste filme ao melodrama amoroso, centrado nos encontros e desencontros de uma mulher-bem-casada com um seu antigo apaixonado. O argumento é a adaptação de um romance de H. G. Wells, que Lean trata com delicadeza e com saber profissional. Note-se a montagem, a criteriosa utilização do *flash back*, a riqueza do preto e branco e a direcção de actores, que são aliás (os protagonistas) três grandes actores do cinema britânico.

Quinta, 15.45, Canal 1



**Viagem em Itália**  
«Viaggio in Italia» (Itália/1952). Realização de Roberto Rossellini, interpretação de Ingrid Bergman, George Sanders. P/B, 81 minutos.

Para muitos, este é um dos mais belos e «verdadeiros» filmes de Rossellini. De histórias de casais em crise viajando através da Itália nasceram, como se sabe, inúmeros filmes românticos, histórias que a beleza e o pitoresco da paisagem torna (dir-se-ia, inevitavelmente) ligeiras e felizes. Mas não nas mãos de Rossellini. Nesta «Viagem a Itália», os seres humanos e os seus dramas particulares fundem-se com a natureza circundante e a sua carga emocional, histórica e misteriosa, numa das mais sublimes simbioses alguma vez conseguidas em cinema entre personagens e décors, entre sentimentos e paisagem. Sem retóricas nem «explicações», antes com admirável despojamento, Rossellini leva-nos afinal, nesta «viagem», ao âmago de uma das nossas relações essenciais com o mundo. Ingrid Bergman é admirável.

Quinta, 22.55, Canal 2

**Adeus Capuchinho Vermelho**

«Bye Bye Red Riding Hood» (Canadá-Hungria). Realização de Marta Meszaros. Cor, 95 minutos.

Variação sobre a história tradicional infantil e mantendo o seu toque de fábula, esta co-produção entre o Canadá e a Hungria assinada pela cineasta húngara Marta Meszaros conta a história de uma garota de doze anos que vive livre e feliz numa floresta mais ou menos encantada até ao dia em que começa a descobrir a riqueza e a variedade da vida real.

O filme faz parte de uma série, de produção canadiana - Contos para Todos -, que tem obtido assinalável êxito entre a crítica.

Sexta, 15.40, Canal 1

**Baby-O Segredo da Floresta Perdida**

«Baby-Secret of the Lost Legend» (EUA/1985). Realização de B.W.L. Norton, interpretação de William Katt, Sean Young, Patrick McGouham. Produção Estúdios Disney. Cor, 100 minutos.

Disney pisca o olho à ecologia, nesta aventura sem grande graça, passada na África de hoje com dinossauros e amigos dos dinossauros. A RTP afirma que «é um excelente espectáculo de pura diversão».

<45>Sexta, 21.20, Canal 1

**O Vale do Fugitivo**

«Tell them Willie Boy is Here» (EUA/1969). Realização de Abraham Polonsky, interpretação de Robert Redford, Katherine Ross, Robert Blake, Barry Sullivan. Cor, 94 minutos.

Na Califórnia, no início do século, brancos e índios confrontam-se: os brancos, depois de reduzir toda a nação índia a um punhado de gente miserável e confinada a reservas, tentam moldá-la aos códigos da sociedade imposta; os índios resistem orgulhosamente à absorção e neutralização, mesmo através de acções desesperadas e inconsequentes como as de Willie Boy, um índio implacavelmente perseguido cuja história dá o nome e o tema ao libelo anti-racista que é este filme.

Polonsky, o seu realizador, protagonizou na vida outra história de perseguição: considerado nos fins dos anos 40 como um dos mais talentosos e promissores realizadores de Hollywood, foi perseguido e incriminado pela Comissão de

Actividades Anti-Americanas e impedido, durante 20 anos, de trabalhar em qualquer estúdio. Conseguiu sobreviver como argumentista - porém sempre sob nome suposto.

«O Vale do Fugitivo», realizado em 69, é tido como um filme estimável; pergunta-se normalmente, no entanto, quanto mais o seria se o seu autor pudesse ter feito, daqueles 20 anos de silêncio, 20 anos de experiência.

Sábado, 14.10, Canal 2

**Adivinha Quem Vem para Roubar**

«Fun With Dick and Jane» (EUA/1976). Realização de Ted Kotcheff, interpretação de George Segal, Jane Fonda, Ed McMahon. Cor, 92 minutos.

Comédia satírica sobre as desventuras de um casal de «bons princípios», bem instalado na vida, que se vê subitamente na miséria, rapidamente vencida à custa de acções e processos que antes desprezavam, este filme critica aspectos da vida americana actual, com a sua feroz competitividade profissional, o culto do poder do dinheiro e a sua estratificação social. Entre os intérpretes, George Segal e Jane Fonda distinguem-se.

Sábado, 16.00, Canal 1

**A Câmara Secreta**

«The Star Chamber» (EUA/1983). Realização de Peter Hyams, interpretação de Michael Douglas, Hal Holbrook, Sharon Gless. Cor, 105 minutos.

A Justiça americana é pano de fundo para este thriller, história de um juiz que quando se farta de pôr criminosos em liberdade por virtude dos dúbios aspectos técnicos do processual norte-americano, decide aderir a uma sociedade secreta de juizes, que fazem a revisão de alguns casos de gritante injustiça e mandam directamente executar os réus que julgam culpados.

Sábado, 24.00, Canal 1

**O Candidato**

«The Candidate» (EUA/1972). Realização de Michael Ritchie, interpretação de Robert Redford, Peter Boyle, Melvyn Douglas, Allen Garfield, Karen Carlson. Cor, 106 minutos.

Produzido e interpretado por Robert Redford, no papel de um advogado que sai do anonimato para uma carreira política que o leva ao Senado, «O Candidato» traça um quadro dos mecanismos e

**Cinema**

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Alice	—	★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b> Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	★★★
<b>C</b> Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
<b>D</b> Um Chá no Deserto	—	★★★	—	★★★
<b>E</b> Casamento por Conveniência	—	—	★★★	★★★
<b>F</b> Sentimento	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. David Lynch — Estúdio Sheza (15.15, 21.15) — Lisboa.
- C — Real. Kevin Costner — Alfa Clube (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), São Jorge/1 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Bernardo Bertolucci — Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00), Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Peter Weir — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 24.00), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.

práticas eleitorais e do Poder nos Estados Unidos, criticando-os da perspectiva do liberalismo americano, em que Redford milita, contra a subversão das virtudes ideológicas da «grande democracia americana».

Domingo, 15.25, Canal 1



**Chinatown**  
«Chinatown» (EUA/1974). Realização de Roman Polanski, interpretação de Jack Nicholson, Faye Dunaway, John Huston, entre outros. Cor, 126 minutos.



Chinatown é, a par de «Por Favor não me Morda o Pescoço» e «A semente do Diabo» um dos grandes sucessos da carreira de Roman Polanski. Construído na melhor tradição do cinema negro americano dos anos 30 e 40, com explícita evocação dos velhos filmes de Bogart e dos enredos de Chandler e Hammett, «Chinatown» é um emocionante thriller primorosamente filmado por John Alonzo, com Jack Nicholson no papel do detective cínico e desprezado, Faye Dunaway na mulher fatal e John Huston no perverso vilão da história, toda ela feita de equívocos, aparências e meias-verdades.

A obra de Polanski é tema do programa que no domingo «Artes e Letras» do Canal 2 dedica ao realizador.

Domingo, 21.45, Canal 2

**Matar Saudades**  
Realização de Fernando Lopes (Port/1987). Interpretação de Rogério Samora, Teresa Madruga, Pedro Efe, Alexandre de Sousa, Eunice Muñoz, entre outros. Cor, 80 minutos.

Revelado e saudado 23 anos antes pelo seu inesquecível «Belarmino», Fernando Lopes situa esta sua quinta longa-metragem em Trás-os-Montes, no encaixe de um emigrante que de França regressa à sua aldeia transmontana para consumir um plano de vingança.

O filme é regra geral criticado pela inconsistência e inverosimilhança da recriação daquele espaço e das personagens.

Segunda, 15.40, Canal 1

**O Espião que Salu do Frio**  
«The Spy who Came in from the Cold» (GBR/1965). Interpretação de Richard Burton, Claire Bloom, Oskar Werner, Peter Van Eyck. P/B, 118 minutos.

Este é um célebre filme de

dentemente...), que afinal era agente duplo...

Terça, 15.25, Canal 1

**Conversa Acabada**  
Realização de João Botelho (Port/82). Interpretação de Cabral Martins, André Gomes, Jorge Silva Melo, Juliet Berto, entre outros. Cor, 100 minutos.

«O filme é bonito, embora raramente tenha força para ser belo», escreve Leitão Ramos no Dicionário do Cinema Português, «revelava, no então quase estreante João Botelho, qualidades incógnitas de cineasta que o futuro confirmaria. Porém, a muito deficiente direcção de actores e a má orientação imprimida à leitura dos textos levam a perder «Conversa Acabada», que resvala mais para o empalhamento dos dois poetas que para uma reflexão viva».

Os dois poetas são Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, em cuja amizade, correspondência e obra «Conversa Acabada» se baseia.

Terça, 22.00, Canal 2

**Clandestino para a Lua**  
«Stowaway to the Moon» (telefilme, EUA/1975). Realização de Andrew V. McLaglen, interpretação de Lloyd Bridges, Michael Link, Jeremy Slate. Cor, 91 minutos.

Quarta, 15.35, Canal 1

**Os Três Amigos**  
«Big Wednesday» (EUA/1978). Realização de John Millius, interpretação de Jan-Michael Vincent, William Katt, Gary Busey, Patty D'Arbanville. Cor, 115 minutos.

John Millius, um cineasta da geração «universitária» como Spielberg, Lucas, Scorsese, evoca neste filme a memória da sua própria adolescência através da história da amizade de três amigos ligados pela paixão do surf e por uma trajectória vulgar e sem sobressaltos numa localidade costeira da Califórnia, onde para eles tudo começa e acaba.

Quarta, 21.55, Canal 1

**Tempo**

No fim-de-semana, céu geralmente pouco nublado. Vento fraco e neblinas matinais. Pequena subida de temperatura no domingo.



**Teatro**

**CASA DA COMÉDIA**  
Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 17.30. O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

**CLUBE ESTEFÂNIA**  
Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00. dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

**COMUNA**  
Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. TERRA, de Abel Neves. Encenação de João Mota (Sala 1, de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17). II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cunha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

**TEATRO ABERTO**  
Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. O SUICIDÁRIO, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros.

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**  
Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. COMÉDIA DE RUBENA, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Comucópia.

**TEATRO DA MALAPOSTA**  
Rua de Angola, Olival Basto, Loures. Tel. 9873299. Bilhetes: 700\$00. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**  
Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

**TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA**

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. AS SUPPLICANTES, de FONSECA LOBO. Encenação de Joaquim Benite, música de Amador Cortés-Medina, cenografia de Vasco Eloy, interpretação da Companhia de Teatro de Almada e do Coro Polifónico de Almada.

**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

**TEATRO DO SÉCULO**

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. VESTIR OS NÚS, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

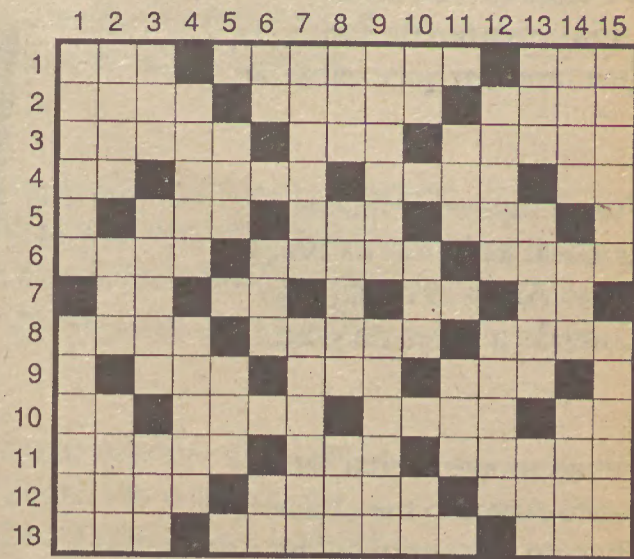
**Para crianças**

**TIL**  
Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. A GRANDE AVENTURA, de Fernando Gomes, pelo TIL.

**TEATRO DO BANDO**

Rua Sto. António à Estrela, 60. Sab. e dom. às 16.00, sáb., 5ª e 6ª às 21.30. VI-VIRIATO, dramaturgia e encenação de João Brites, interpretação de O Bando.

**PALAVRAS CRUZADAS**



**Horizontais** 1- Cabelos brancos; planeta do sistema solar; capital de Marrocos; 2- impulso; líquido escuro com que se faz uma tinta muito usada; flutue; 3- fruto; partias; espingarda; 4- nota musical (inv.); o mesmo; remem para trás; apelido; 5- patriarca bíblico; patrão; decifrar; 6- remoinhos de água; palavreado (pop.); papel moeda; 7- Actínio (simb.); nota musical; alternativa; germânio (simb.); 8- a frente do navio; madeiras para queimar; ruminante cérvida; 9- afirmação; lista; cânhamo da Índia; 10- naquele lugar; miséria; grande lago salgado asiático; nota musical; 11- saírias; regressar; transportar; 12- demónio; destinos; ditador romano rival de Mário; 13- patrão, notáveis; pêlos de certos animais.

**Verticais** 1- Autor de «A Corja»; descorada; 2- acolá; lareira; lavrem; 3- astro-rei; pedaços; íntimo; 4- coriscos; espécie de andorinha; 5- poesia lírica; defeito; 6- art.; piedosa; nota musical; 7- insistir; pregar; 8- corcovo; feixe; passado; 9- traços; levantámos; 10- Sódio (simb.); cont. prep. e art.; solitário; 11- Bília; desgraça; 12- poder celeste; antigas embarcações de vela e remos; 13- executa; suplicas; miserável; 14- vereadores; possui; discurso; 15- vigiava; rezaras.

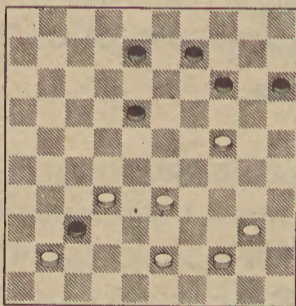
**Solução do número anterior**

**Horizontais** 1- Douro; eta; Porto; 2- ar; ais; os; 3- dar; ovarina; nus; 4- idem; adido; cera; 5- vou; primata; mor; 6- ar; aiar; sana; Si; 7- iças; seda; 8- irós; dor; leva; 9- unir; veloz; leis; 10- Sena; abas; 11- VI; sola; rios; tu; 12- ora; servida; nas; 13- saia; seira; fala.

**Verticais** 1- Dádivas; uivos; 2- orador; in; ira; 3- réu; Iris; af; 4- ré; Açores; 5- ovo; pias; nós; 6- avaras; vales; 7- adir; de; are; 8- Turim; Zola; vi; 9- idas; ró; rir; 10- anotas; Zaida; 11- pia; anel; boa; 12- Os; adelas; 13- nem; aves; Na; 14- touros; af; tal; 15- ossário; Sousa.

**DAMAS**

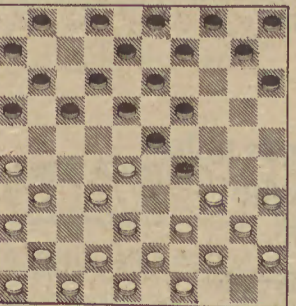
CCCVII - 6 de Junho 1991  
Proposição nº 307  
Por: W.B.Monsma-1936  
Pr.: [6]: 8-9-14-15-18-37  
Br.: [7]: 24-32-33-40-41-43-44



Branças jogam e ganham

\*\*\*

**Golpe Nº 307**  
Por: Paul Sonier-1911  
Pr.: [19]: 1-2-3-4-5-6-8-9-10-11-12-13-15-16-17-18-19-23-29  
Br.: [19]: 26-28-31-32-34-35-36-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49



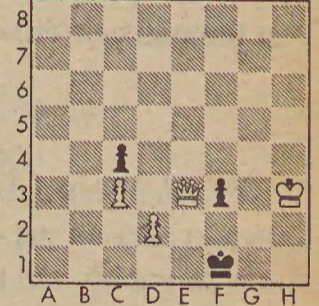
Branças jogam e perdem material

\*\*\*

Nº 307 (W.B.M.): 44-39 e 39-34 e 34x3D+  
**Golpe Nº 307 (P.S.):** 1. 31-27 (29-33); 2. 38x29, (17-21); 3. 26x17, 11x24 etc...+  
A. de M. M.

**XADREZ**

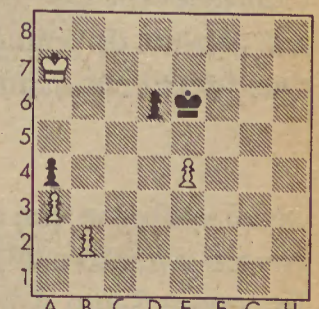
CCCVII - 6 de Junho de 1991  
Proposição nº 307/A  
Por: Alex. W. Galitzkij  
- Tidskrift for Schack, 1891  
Pr.: [3]: Ps.ç4,f3-Rf1  
Br.: [4]: Ps.ç3, d2-Dé3-Rh3



Mate em 3 lances

\*\*\*

**Proposição Nº 307/B**  
Por: F. Dedrle  
VI Prémio: Schachmatny, 1928



Branças jogam e ganham

\*\*\*

Nº 307/A (A.W.G.): 1. d4!, C:d4 e.p.; 2. Dd2, f2: Dd1++ 1.... f2; 2. Dé4 e 3. Dg2++  
Nº 307/B (F.D.): 1. Rb8!, Rf6; 2. Rç8, Ré5!, 3. Rç7!, Ré6; 4. Rd8!, Ré5; 5. Ré7, d5; 6. P:P, R:P; 7. Rd7+ e ganha. Se: 3. Rd7?, d5; 4. P:P, R:P=  
A. de M. M.

Santo António me acenou  
De cima do seu altar...  
Olha o maroto do santo,  
Que também quer namorar.

Folgai rapazes e moças  
Quebrai as bilhas na praça;  
Santo António é folgazão  
Compõe a louça de graça.

Fui ao monte rachar lenha  
Santo António me chamou;  
Quando os santinhos me chamam  
Que fará quem me amou.

Santo António português  
Quando foi pregar ao mar  
Até os peixes na água  
Se puseram a escutar!

Santo António p'ra ver as moças  
Corria sete quintais;  
Eu p'ra ver esses teus olhos  
Corria catorze ou mais.

Santo António vende pêras,  
Vende pêras a vintém;  
Lá irá o meu menino  
Santinho, aviai-o bem.

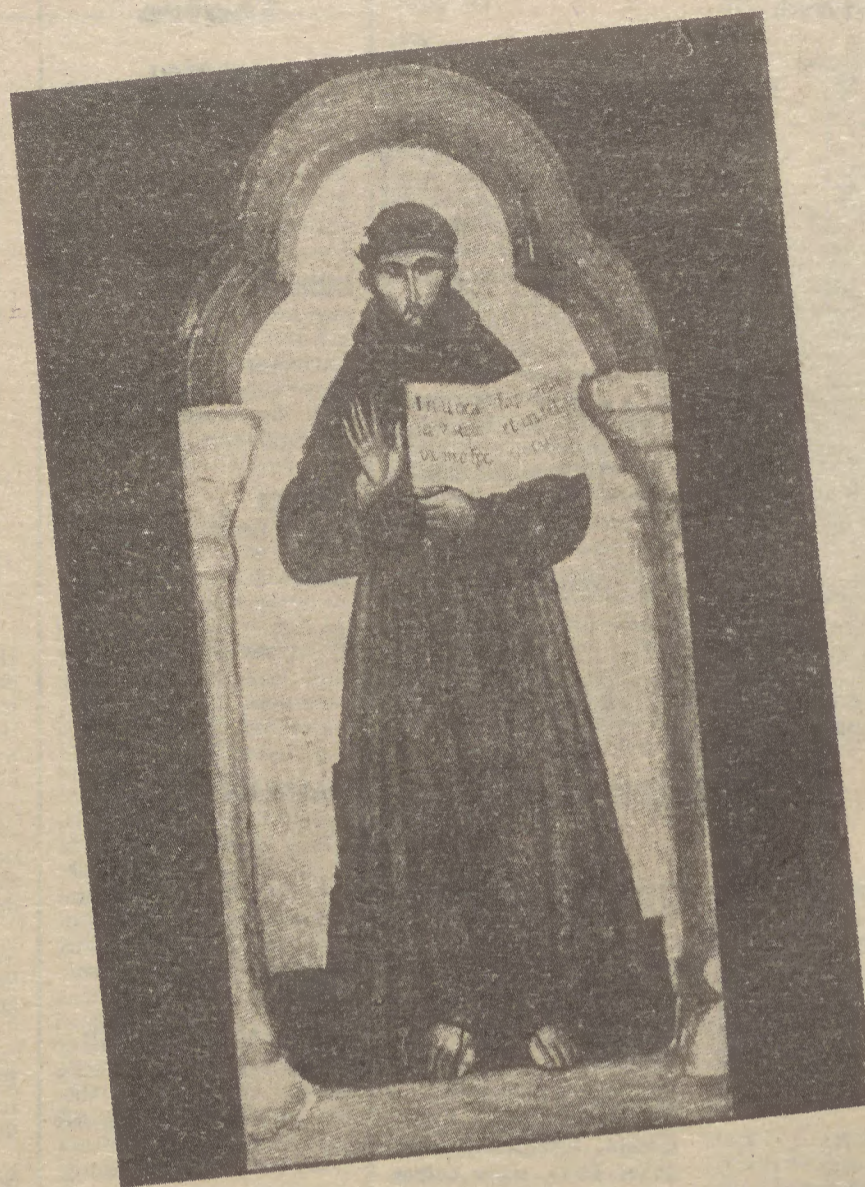
Meu amor é barreneiro,  
Trabalha na contra mina;  
Vou pedir a Santo António  
P'ra lhe não cair em cima.

Onde estará Santo António  
Que não está na sua igreja?  
Anda de mastro em mastro  
P'ra ver quem no festeja.

Confessei-me a Santo António,  
Confessei-me que andava amando;  
Ele deu-me de penitência  
Que fosse continuando.

Se eu soubesse que ainda tinha  
No teu coração cabimento  
Era como Santo António  
Que tornou para o convento.

Minha avó tem lá em casa  
Um Santo António velhinho.  
Em as moças não me querendo  
Dou pancada no santinho...



Quadro do séc. XIII da Pinacoteca de Perugia (Itália).



Gravura portuguesa que se encontra em: - Ho Flos sanctorum em linguagem portugueza. Lisboa, por Herman de campis bom-bardino delrey, e Roberto rabelo, 1513. In: J. A. B. 243, col. 1.ª. A vida e fim do beaunturado sancto antonio de padua. A gravura está no começo da col. 2.ª. A vida do santo está entre os extravagantes, depois da ordem do calendário. Deve ser a 1.ª grav. do santo impr. em Portugal.

(Reprodução do Boletim da «Real Sociedade dos Architectos e Archeologos Portuguezes» - 3.ª série - T. VII 1895 - n.º 3 e 4).

# A 13 do mês de Junho Santo António se demove; S. João, a vinte e quatro S. Pedro a vinte e nove

Santo António é bom filho  
Que livre seu pai da morte;  
Também nos há-de livrar  
Desta batalha tão forte.

Santo António, com ser santo,  
Também teve seus amores;  
Quando os santos namoriscam  
Que farão os pecadores!

Santo António de Lisboa  
Venha ver o que cá vai;  
Deu a rabuge nos homens  
Como deu nos animais.

Despedi-me do amor  
Lá cima aos Olivais;  
Santo António me respondeu,  
Não dês suspiros nem ais.

Santo António está chorando  
Porque quer uns sapatinhos;  
Cale-se ó meu Santo António  
Que lhe faltam os saltinhos.

Santo António e S. Francisco  
Ambos vivem no convento  
Santo António está cá fora;  
S. Francisco está lá dentro.

Santo António é brejeiro  
E alguma coisa mais;  
Faz chorar as raparigas  
E andarem sempre aos ais.

O Santo António das moças  
Perdoa seja a quem for;  
Os delitos desta noite  
Que se façam por amor.

Santo António, com ser santo  
Foi sempre um grande gaiato;  
Foi à fonte com três moças  
Recolheu, trazia quatro.

Santo António de Lisboa  
Casamenteiro das velhas;  
Porque não casas as moças  
Que mal vos fizeram elas?



«Na Fabrica de An.º Joaq.º Rib.º na Rua d'Padaria, n.º 17.»

## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Sinal dos tempos

Viajar no tempo é um velho sonho dos homens, como largamente se comprova pela copiosa produção de material de ficção, amiúde rotulada de científica, embora as mais das vezes não passe de banha da cobra de trazer por casa. Não vem daí mal nenhum ao mundo, dirão alguns; só serve para meter ideias estranhas na cabeça e distrair do que é essencial, dirão outros. Tudo normal, portanto, direi eu, que tenho para mim que ainda está para nascer, ou ser inventado, tema sem polémica no reino dos humanos, sem qualquer dúvida a maior invenção - a polémica - de todos os tempos contra o tédio e as chatezas da vida.

Já não sei quem disse que tudo tem o seu reverso, ilustrando o dito com um manancial de exemplos: o reverso da medalha, o reverso da moeda, os bastidores da política, as públicas virtudes e os privados vícios, etc., etc., etc. Mas a verdade é que acertou em cheio.

Veja-se, por exemplo, o nosso ilustre primeiro-ministro. Homem discreto, austero, de poucas falas, sóbrio, trabalhador, bom chefe de família, incontestado líder, uma mão cheia de certezas e outra de certezas cheia. É quase impossível imaginá-lo despenteado, com a barba por fazer, descalço ou de calções (salvo naturalmente para subir a um coqueiro sob o olhar atento de algum fotógrafo).

Pois bem, basta a proximidade de uma campanha eleitoral e zás!, lá vem o reverso, a deitar por terra as nossas mais seguras impressões.

Ainda a procição vai no adro e já o chefe do executivo anda por aí a aproveitar as ausências da cara metade para dizer que as jovens peessedês são boas em todos os sentidos, e largar o recato dos gabinetes para se lançar à desfilada país acima país abaixo, colarinho desapertado e mangas de camisa.

E ainda por cima a fazer incursões na máquina do tempo, aqui a acenar do futuro, ali a aconchegar-se no passado. Em Lisboa a mandar fechar o Parlamento para calar os deputados, no Norte a mandar abrir os microfones para falar em alto e bom som.

Os mais incrédulos devem ter ficado de cara à banda, no passado-fim-de-semana, com o desconchavo do reverso primeiro-ministerial. Foi vê-lo andar num virote, em terras de Trás-os-Montes, ora agora inaugura uma escola com mais de dois anos de funcionamento; ora agora inaugura um quartel de bombeiros, por acaso da iniciativa da autarquia; ora agora descerra uma estátua à Mãe (em geral e não de Cavaco Silva em particular), só por beneplácito governamental transformada em instituição nacional por tais filhos que ao país deu.

Não faltou sequer o coro de centenas de criancinhas da escola do ensino básico, vestidas a preceito e ensaiadas a rigor por professores como já se não usa, certamente imbuídos de espírito de missão e com a secreta esperança de receber ainda este mês o dinheiro que o Ministério lhes deve, a cantar loas em louvor do Professor, ao som da fanfarra e à luz dos foguetes, com gigantones a abrilhantar a festa. Lindo de morrer. Como se o tempo tivesse voltado para trás, por obra e graça do primeiro-ministro.

Só lhe faltou dizer esta é a primeira vez que cá venho desde a última vez que cá estive. Em vez disso, Cavaco fez promessas e guardou no bolso as cartas com reivindicações populares, sob o olhar atento dos que lhe espreitaram as costas a certificar-se da resistência dos pespontos.

Sinal dos tempos.

■ AF

# Urgências mostram como faliu a política de Saúde de Cavaco

A situação da Urgência nos hospitais é um dos mais significativos sintomas da falência da política de Saúde do Governo PSD/Cavaco Silva - afirma o PCP, que antontem realizou uma conferência de imprensa para se pronunciar sobre as notícias mais recentes acerca da grave situação vivida nos Hospitais Civis de Lisboa, após a opção governamental de abertura de «mini-bancos» nos hospitais Curry Cabral, Capuchos e Santa Marta.

Os médicos comunistas João Camilo, deputado, e Isabel Ramires, dirigente sindical, criticaram a forma como Arlindo de Carvalho e o seu Ministério estão a efectuar a «descentralização» do banco de São José, recordando que já no ano passado, em inter-

relação parlamentar, haviam alertado para os perigos que acarretava um plano inventado à pressa e ao arrepio de realidades incontornáveis.

O problema atinge agora um momento crítico, com a saída de dezenas de médicos de São José para os «mini-bancos», colocando a maior Urgência do País em risco de ruptura. A posição do PCP, recordaram João Camilo e Isabel Ramires, é compartilhada pelos especialistas e técnicos. As medidas do Governo não têm em conta as condições físicas (localização e acessos, instalações) dos hospitais onde vão ser abertos os «mini-bancos», bem como a falta de profissionais e os problemas que a dispersão do pessoal vai provocar.

Sublinhando as respon-

sabilidades do PSD, que detém há 15 anos a pasta da Saúde em sucessivos governos, o PCP acusa o executivo de Arlindo de Carvalho e Cavaco Silva de, em vez de actuarem sobre as verdadeiras causas que levam à ruptura das urgências, se dedicarem a lançar pseudo-soluções com fins eleitoralistas, criando falsas expectativas na população e, na prática, atentando gravemente contra o seu direito à saúde.

Os comunistas, conforme foi anunciado na conferência de imprensa, vão exigir, nomeadamente através do seu Grupo Parlamentar, uma cabal explicação dos factos à equipa do Ministério da Saúde, já que, sublinharam João Camilo e Isabel

Ramires, é a própria vida dos doentes que é posta em causa pela demagogia governamental.

A situação das urgências em Lisboa, sublinharam, constitui assim uma prova da justeza da apreciação que o PCP tem feito - em particular nos dois últimos encontros nacionais sobre Saúde - em relação à política do executivo PSD/Cavaco para o sector, e coloca claramente na ordem do dia a necessidade de um novo governo e uma nova política, dando prioridade ao desenvolvimento de verdadeiros cuidados de saúde primários, à regionalização dos serviços de saúde e à participação dos profissionais e da população no planeamento, na gestão e no controlo dos serviços.

## Oposição requer prolongamento dos trabalhos da AR

PCP, PS e CDS requerem na passada terça-feira, em conferência de imprensa, o prolongamento dos trabalhos da Assembleia da República por 15 dias com o objectivo de permitir o cumprimento integral das suas obrigações, enquanto órgão político.

Segundo se afirmou, a maioria PSD recusa o prolongamento por dois motivos: «o Governo quer reduzir a vida política a um carnaval de visitas e inaugurações» e o PSD tem «dificuldades na escolha dos seus futuros deputados» e

pretende realizar essa tarefa «com tranquilidade».

Carlos Brito disse que se está perante um «abuso de poder grave» ainda mais quando se está num período

como o fim de uma legislatura em que iniciativas legislativas caem por terra se não forem concluídas.

Deste modo, referiu o deputado comunista, «meia

centena de diplomas aprovados na generalidade e cerca de duas dezenas de petições, subscritas por um total de 50 mil cidadãos, ficam pendentes».



## Hotéis do Algarve com salários em atraso

A direcção da Feshot (federação sindical da Hotelaria) informou recentemente o secretário de Estado do Turismo que há salários em atraso em várias empresas hoteleiras do Algarve.

A Feshot, ao dirigir-se aos órgãos da comunicação social em 28 de Maio findo, mencionava como estando nessas condições o Hotel Vasco da Gama (3 meses), o Alcazar (1 mês), o Rocha/Vau (1 mês), o Hotel da Rocha (2 meses) e o Globo (3 meses).

O mesmo fenómeno, que o Governo considera erradicado, afecta a Torralta-Algarve. Só em 21 de Maio é que os trabalhadores receberam os salários de Abril, refere a Feshot.

## Desporto em Lisboa

Hoje à noite a DORL do PCP promove, na sala Milão do Hotel Roma, um encontro sobre a intervenção dos comunistas e o desenvolvimento desportivo na cidade de Lisboa, no qual intervirão Rego Mendes, vereador da CML eleito pelo Partido e que é responsável pelo pelouro do Desporto, Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva Nacional do Comité

Central, e o professor Melo de Carvalho.

O encontro tem início marcado para as 21 horas e é aberto à participação de instituições e personalidades ligadas ao tema, nomeadamente autarquias, federações e associações, colectividades, escolas, sindicatos, professores, treinadores, animadores, árbitros e praticantes desportivos.

## PSD retalia em Cascais

O PSD decidiu retirar todos os pelouros aos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais, o que é considerado como uma retaliação pela denúncia que Carlos Sota e Vítor Silva têm feito dos projectos urbanísticos que ameaçam destruir milhões de metros quadrados de património paisagístico e ecológico.

A decisão foi tomada no dia 31 de Maio e divulgada na segunda-feira em conferência de imprensa pelo vereador substituto do presidente, Manuel Ceia, alegando incompetência, falta de iniciativa e má gestão.

Os dois vereadores da CDU tinham a seu cargo os pelouros do trânsito, cemitérios, oficinas e equipamento. Contactado pelo «Avante!», Carlos Sota considerou que, com esta atitude, o PSD está a escamotear a verdade e a iludir as razões concretas da retirada de pelouros à CDU, recordando que no próprio relatório de actividades da Câmara em 1990 se referia um nível de eficácia de 95 por

cento nas áreas da responsabilidade dos vereadores comunistas.

Assim, esta atitude é encarada como «retaliação e desespero face ao nosso trabalho e, sobretudo, porque nunca empenhámos os nossos princípios, nunca traímos a população, nunca trocámos pelouros pelo silêncio» - nas palavras daquele autarca, que recordou o papel activo dos eleitos da CDU na luta contra projectos que, a concretizar-se, iriam destruir vastas zonas de interesse turístico e ambiental, como o Abano, a Quinta das Patinhas, a área de paisagem protegida, a Quinta do Barão, a troco de milhões de contos de lucros para dois ou três investidores. Estes problemas foram colocados pelos vereadores da coligação PCP-PEV no Procurador-Geral da República e na inspecção técnica que está a decorrer na CM de Cascais.

Para ontem, os vereadores da CDU convocaram uma conferência de imprensa onde este problema iria ser tratado com mais pormenor.